



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

BOA VISTA-RR

2020

# **1. ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA**

## **1.1. Reitoria e Vice-Reitoria**

Prof. Dr Regys Odlare Lima de Freitas

Prof. Dr. Cláudio Travassos Delicato

## **1.2. Pró-Reitorias**

Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. Prof. Karine de Alcântara Figueiredo

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Prof. Vinícios Denardin Cardoso

Pró-Reitor de Pró-Reitor de Extensão e Cultura. Prof. André Faria Russo

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Alvin Bandeira Neto

Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças. Ana Lídia de Souza Mendes

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas. Prof. Gloria Maria Souto Maior Costa Lima

## **1.3. Coordenador do Curso de Direito**

Prof. Dr. Emanuel Maciel da Silva Ramiro

# **2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

## **2.1 Nome do curso:**

Bacharelado em Direito (graduação)

## **2.2 Grau Conferido**

Bacharel em Direito

## **2.3 Modalidade de Ensino**

Presencial e Semipresencial (não ultrapassando 20% da carga horária total do curso).

## **2.4 Titulação Profissional**

Bacharel em Direito (Advogado, Promotor Estadual e Federal, Defensor Público Estadual e Federal, Juiz Estadual e Federal, Procurador Municipal, Estadual ou Federal, Assessor Jurídico, Analista jurídico, Delegado de Polícia Estadual e Federal, Professor).

## **2.5 Ato de Criação do Curso**

Resolução do CEE/RR nº 12/2011

## **2.6 Carga Horária de Estágio Supervisionado**

480h (quatrocentas e oitenta horas)

## **2.7 Carga Horária Total do Curso**

4.320 horas

## **2.8 Duração do Curso**

Período Mínimo - Graduação: 5 anos – 10 semestres;

Período Máximo– Graduação: 7,5 anos – 15 semestres.

## **2.9 Local de Funcionamento do Curso**

Campus de Boa Vista, localizado na Rua 7 de Setembro, nº 231, Bairro Canarinho.

## **2.10 Forma de Ingresso**

Vestibular, Transferência interna, transferências de outras Instituições e ingresso de portadores de diplomas para suprir necessidade de vagas ociosas.

## **2.11 Data de início do curso**

2006.1.

## **2.12 Grande Área**

Ciências Humanas

## **2.13 Área de Conhecimento**

Sociais Aplicadas

## **2.14 Número de Vagas**

35 anualmente por vestibular

## **2.15 Turno de Funcionamento do Curso**

Integral (Manhã, Tarde e Noite)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
1 JUSTIFICATIVA PARA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO .....	6
2 CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO CURSO .....	8
3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES .....	9
4 OBJETIVOS .....	11
4.1 OBJETIVO GERAL.....	11
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	11
5 DO EGRESSO .....	12
5.1 DO PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	12
5.2 DO ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO .....	14
6 ÁREA DE ATUAÇÃO .....	14
7 PRÁTICA DOCENTE.....	15
8 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR .....	16
8.1 DURAÇÃO DO CURSO DE DIREITO DA UERR.....	16
8.2 PRÉ-REQUISITOS DAS DISCIPLINAS .....	17
8.3 NÚCLEO DAS DISCIPLINAS COMUNS DA UERR E DO EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL DO DIREITO .....	18
8.4 NÚCLEO DAS DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DO EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	18
8.5 NÚCLEO DAS DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PRÁTICA .....	19
8.6 NÚCLEO DE DISCIPLINAS ELETIVAS.....	20
8.7 DAS DISCIPLINAS CONTEMPLADAS COM TEMAS TRANSVERSAIS.....	20
8.8 DAS DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS OU À DISTÂNCIA.....	21
8.9 DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	21
9 NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO .....	21
10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	26
11 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO .....	27
12 AVALIAÇÃO .....	28
12.1 AVALIAÇÃO E APROVEITAMENTO ACADÊMICO .....	30
12.2 AVALIAÇÃO DO CURSO .....	31
12.3 AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO.....	31
12.4 AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO.....	31
12.5 AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE .....	32

12.6 PROGRAMA DE NIVELAMENTO .....	32
12.7 DAS DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO ENADE .....	32
13 QUADRO DOCENTE .....	33
13.1 COLEGIADO DE CURSO .....	33
13.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	34
14 MATRIZ CURRICULAR .....	36
15 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA .....	41
15.1. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DISCIPLINA OPTATIVA.....	96
16 VIGÊNCIA DO PPC, REGRA DE TRANSIÇÃO E EQUIVALÊNCIAS .....	89
16.1 TABELA DE EQUIVALÊNCIAS .....	91
17.DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	123
18 DA EXTENSÃO .....	123
19 BIBLIOGRAFIA DO PROJETO .....	124
ANEXO I.....	126
ANEXO II.....	128

## **APRESENTAÇÃO**

A Universidade Estadual de Roraima visa proporcionar à sociedade roraimense mecanismos técnicos, científicos e culturais favoráveis à formação integral do indivíduo, com vistas ao crescimento econômico e social do Estado, atuando como força transformadora a fim de contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Neste sentido o Curso de Direito da UERR tem a responsabilidade de formar, com qualidade e excelência, os profissionais que contribuirão para o processo de desenvolvimento da região amazônica por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Direito - alicerçado nas diretrizes regimentais e em especial no disposto na Resolução CNE/CES n. 09, de 29 de setembro de 2004 - trata das competências e habilidades, conteúdos curriculares, estágio supervisionado, atividades complementares, sistema de avaliação, trabalho de conclusão de curso, regime acadêmico de oferta, duração do curso, dentre outros temas relevantes.

O Direito, por ser uma ciência social aplicada, deverá suprir através das normas jurídicas as necessidades da sociedade para qual se direciona. Do mesmo modo é que diante dos desafios apresentados pelo Século XXI faz-se necessário adequar o presente Projeto Pedagógico a fim de incorporar as necessidades da comunidade acadêmica que compõe o Curso de Direito da UERR.

Desse modo é que, mediante a reforma do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, almeja-se alcançar a excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para fazer valer os investimentos feitos pelo contribuinte roraimense na formação de bacharéis em direito.

O Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso de Direito, cientes de sua responsabilidade institucional, atuaram diligentemente na elaboração deste Projeto Pedagógico a fim de propiciar no âmbito da UERR uma formação jurídica adequada às demandas sociais e às exigências legais.

## 1. JUSTIFICATIVA PARA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO

O Direito é uma ciência socialmente aplicada e por isso mesmo deve refletir a evolução experimentada pela sociedade. Diante disso, é que a Ordem Jurídica deverá ser constantemente aperfeiçoada no sentido de fazer frente às demandas impostas pelos diversos segmentos sociais e pelo Estado.

Neste sentido é que a Universidade Estadual de Roraima tem o dever institucional de constantemente aperfeiçoar os fundamentos que regem o Curso de Direito em suas dimensões relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Os desafios ambientais, étnicos e agrícolas surgidos a partir da sua dimensão regional, bem como a posição fronteiriça do Estado de Roraima em relação a outros países, demonstram a necessidade de adequação do conhecimento jurídico científico produzido pela UERR.

Os avanços tecnológicos e alterações na dinâmica dos valores e costumes da sociedade brasileira têm tido reflexos em constantes manifestações dos poderes Judiciário e Legislativo, o que exige da academia uma adequação, a fim de preparar o corpo discente para a compreensão destas questões.

A reforma do Projeto Pedagógico incorpora os avanços da sociedade pela modernização da grade curricular do curso, por meio de uma readequação manifesta pela inclusão, supressão e readequação de disciplinas no intuito de melhorar a qualidade do ensino.

Há ainda um grande esforço para melhorar a atuação no curso no que tange à extensão e à pesquisa. No que se refere especialmente à pesquisa e pós-graduação o projeto inova ao prever a oferta de pós-graduação em sentido lato e estrito sensu.

O Estado de Roraima passa por transformações políticas, sociais e econômicas surgidas a partir de disputas fundiárias, proteção ambiental, demarcação de áreas indígenas, questões estas que conduzem à reflexão sobre os rumos do desenvolvimento de Roraima.

Nesta linha, o Curso de Direito da UERR possibilita ao seu corpo discente uma nova perspectiva profissional, integrando-o à realidade em que vive, a fim de habilitá-lo à atuação em favor do desenvolvimento socioeconômico regional.

Além das justificativas já mencionadas também foram decisivas, para a reforma do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, as seguintes questões:

- a) complexidade das relações sociais que devem levar ao aprofundamento do estudo do Direito de enquanto elemento capaz de prevenir e resolver conflitos sociais pela implantação de segurança jurídica;

- b) adequação ao mercado de trabalho que comporta inúmeras áreas de atuação com novas perspectivas profissionais na área do Direito;
- c) preparo de corpo discente de forma ampla em perspectiva humanística no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão;
- d) realização de cursos de pós-graduação em Direito, visando à capacitação da comunidade acadêmica;
- e) adequação às novas áreas do Direito surgidas a partir do Século XX atinentes à integração dos povos, ao meio-ambiente, à defesa dos direitos transindividuais e coletivos, à mediação e à arbitragem, bem como à proteção da criança, adolescente, idoso e minorias.

## **2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO CURSO**

O Curso de Bacharelado em Direito foi concebido e organizado, obedecendo rigorosamente à legislação vigente, que fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico. Levou-se em especial consideração o disposto no artigo 43 da Lei Federal nº 9.394/96, ao preceituar que “a educação superior terá de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”, bem como “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica”; “prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” e “promover a extensão.” Portanto, infere-se que a estruturação curricular ora apresentada foi concebida numa postura crítico-reflexiva, tendo como eixo de referência a sua função social e comunitária, ressaltando que a missão do Curso de Direito não se restringe tão somente a aspectos didático-pedagógicos.

A matriz curricular do curso divide-se em três eixos interligados e complementares, sendo eles: a) Eixo de formação fundamental, que tem por objetivo integrar o estudante no campo do direito, estabelecendo as relações do direito com outras áreas do saber, abrangendo, dentre outros, o estudo de conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia, aplicados ao contexto jurídico; b) Eixo de formação profissional, abrangendo os conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual, Ambiental, além de outros ramos que se demonstraram importantes ante as peculiaridades



sociais regionais; c) Eixo de Formação Prática, consistente no Estágio Supervisionado, nas atividades complementares e no Trabalho de Conclusão de Curso, de caráter obrigatório.

O Curso de Direito da UERR estrutura-se nos seguintes fundamentos:

- a) Estrutura curricular em que o Direito é considerado como fenômeno social conectado e interligado com outros fenômenos sociais, políticos e jurídicos, em respeito ao binômio ciência-humanismo.
- b) Estrutura curricular consistente, abrangente, vanguardista e contemporânea.
- c) Acadêmico enquanto sujeito do processo.
- d) Integração entre ensino, pesquisa e extensão com o estabelecimento da interdisciplinaridade, integração entre teoria e prática, treinamento prático e efetivo, combinação de aulas expositivas com seminários e outros recursos, técnicas e atividades complementares.
- e) Extensão para cumprimento da função social do conhecimento produzido na academia jurídica, abrindo canais de interligação com a comunidade, levando a ela os benefícios resultantes tanto do ensino quanto da pesquisa científica, e treinando os futuros profissionais na distinção do saber real do saber imaginário no trato com as situações e fatos próprios da vida.

No que se refere à integração entre ensino, pesquisa e extensão como proposto no item 'd', vale dizer que o Curso de Direito da UERR promoverá anualmente práticas de extensão: Júri Simulado, Semana Jurídica, Seminário, Congressos Jurídicos e Cursos de Extensão certificados pela Pró-Reitoria de Extensão.

Quanto às atividades de pesquisa o Curso de Direito da UERR oferta Curso de Especialização em Direito coordenado por docente sob indicação e aprovação do Colegiado do Curso de Direito, fruto dos estudos realizados no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito Público (NEPDIP) do curso, cujo principal objetivo do Núcleo é despertar nos discentes do curso o interesse pela pesquisa científica e produção acadêmica.

O Curso de Direito atuará em cooperação com Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MPSPDHC) para fins de cooperação em atividades de extensão e pesquisa.

### **3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

O perfil do Curso de Direito foi elaborado a partir da concepção do ensino

jurídico apresentado, tendo em vista as mudanças socioeconômicas e tecnológicas, a nova legislação que disciplina a formação de bacharéis em Direito, o currículo mínimo da Portaria MEC nº 1.886/94 e as legislações vigentes no país.

O Curso de Direito da UERR deverá, portanto, formar bacharéis que estejam aptos a:

- a) ter uma visão interdisciplinar do Direito, compreendendo-o com os problemas humanos e não apenas como um conjunto de normas, agregando uma formação humanística, técnico-jurídica e prática do Direito, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- b) ter capacidade para assumir uma postura inovadora frente ao Direito, para adequá-lo à realidade sócio-econômica e tecnológica emergente;
- c) ter senso ético-profissional associado à responsabilidade social, com compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade;
- d) ter capacidade de desenvolver visão crítica e construção do conhecimento;
- e) ter capacidade para equacionar os problemas jurídicos e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais;
- f) ter capacidade de reflexão para tomada de decisões no campo jurídico;
- g) ter visão atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas de seu tempo e seu espaço, tendo uma visão global e uma ação local;
- h) realizar pesquisa e utilizar a legislação, jurisprudência, doutrina, costumes regionais e outras fontes do Direito;
- i) ter adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- j) ter capacidade de utilizar corretamente a linguagem com clareza, precisão e propriedade – fluência verbal e riqueza vocabular;
- k) ter capacidade de utilização do raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- l) ter capacidade técnico-instrumental de conhecimento do Direito e seu exercício;
- m) elaborar programas e projetos de base jurídica que visem o desenvolvimento regional; e
- n) dominar as tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1. OBJETIVO GERAL**

Com fulcro na Resolução nº 09/2004-CNE/MEC, o Curso de Direito deverá assegurar, ao graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania, propiciando a construção do conhecimento por intermédio de projetos científicos interdisciplinares e que estimulem o desenvolvimento regional.

Ainda, fundamental é que sejam formados profissionais dotados de competência profissional e ética que atuem na sociedade com responsabilidade e justiça. O Curso pretende formar profissionais preparados para gerar e gerir conhecimento, e para atender às demandas do mundo contemporâneo no que diz respeito ao multiculturalismo, ao desenvolvimento das habilidades relativas ao trabalho, ao conhecimento das relações, à humanização da ciência.

### **4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

São objetivos específicos do Curso de Direito da UERR a serem alcançados com a implantação deste PPC:

- a) imprimir no curso linhas de pensamento claras, plurais, de modo a permitir atitudes de intervenção e manifestação perante os grandes problemas da atualidade e indicar soluções novas e mediações eficazes para os novos conflitos e problemas sociais;
- b) formar bacharéis aptos ao desempenho das funções e cargos nas áreas pertinentes as especificidades do Direito, tanto na esfera pública como privada, atendo-se ao contexto social, político e econômico atual, bem como às necessidades regionais e locais, e também às exigências da globalização;
- c) viabilizar capacitação crítica para questionar as instituições e propor alternativas;

- d) desencadear um processo em que educador e educando interajam na construção do conhecimento das ciências jurídicas;
- e) atender à comunidade menos favorecida, em sintonia a uma nova ordem social democrática, solidária, comunitária, justa e participativa, tendo como foco, em especial, tutelar direitos da criança, do adolescente, dos idosos e dos menos favorecidos;
- f) motivar e desenvolver o espírito e a habilidade de pesquisa, bem como a formação permanente.
- g) acentuar o papel da especialização, sendo esta sistematizada nos programas de pós-graduação (pós-graduação lato e stricto sensu); Articular ensino, pesquisa e extensão, resguardando a identidade confessional-axiológica na práxis didático-pedagógica;
- h) atualizar e debater temas jurídicos mediante semana de estudos jurídicos, semanas culturais integradas, participação em congressos, seminários e similares, bem como através de revista jurídica institucional e Cadernos Jurídicos do Curso;
- i) incentivar a produção científica dos docentes, bem como a sua contínua capacitação;
- j) possibilitar o domínio dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- k) promover a participação ativa dos alunos no processo didático, facilitando a sua compreensão da causalidade e finalidade sociais da norma jurídica como elemento dinâmico da sociedade, capacitando o discente a desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos; e
- l) proporcionar situações práticas do Direito, através do adequado conhecimento do exercício profissional, de seus problemas e responsabilidades no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas.

## **5. DO EGRESSO**

### **5.1. DO PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

O perfil desejado do egresso do Curso de Direito foi concebido a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional da UERR e, conseqüentemente, do próprio curso, tendo em

vista às peculiaridades da contemporaneidade, o mercado de trabalho, as mudanças socioeconômicas regionais e tecnológicas, além da legislação que disciplina a formação do bacharel em Direito.

Algumas competências merecem destaque na consolidação desse perfil: a) competência teórica e prática, norteada pela incessante busca do conhecimento; b) competência dialógica, baseada na compreensão do profissional como agente de interlocução entre os diferentes seguimentos da sociedade; c) competência ética, fundamentada no respeito à grandeza e a responsabilidade do profissional, cujos valores ultrapassam o espaço de atuação.

O profissional egresso do Curso de Direito da UERR deverá apresentar, necessariamente, uma capacidade crítica e incessante preocupação de superar paradigmas estagnados e anacrônicos, construída com uma sólida visão interdisciplinar, integrando as disciplinas jurídicas com conhecimentos de ciência política, psicologia, economia, ética, filosofia, sociologia, história e antropologia.

Esse perfil acarretará em um profissional com as seguintes características:

- a) consciência de seu papel na sociedade em que se inserem atuando de maneira ética, competente, solidária e crítica no desempenho profissional, tendo assimilado os valores preconizados no Curso em que se graduou;
- b) fixação de relação entre teoria e prática, configurando-se como profissional com competências e habilidades para atuar no campo jurídico-forense, bem como atuar na carreira docente, mediante qualificação em especializações e cursos de pós-graduação;
- c) capacidade para obtenção de aprovação no Exame de Ordem da OAB e exercer a advocacia, com visão crítica e consciência sócio-política;
- d) aprovação nos diversos concursos públicos para os quais a conclusão do Curso de Direito é pré-requisito, estando em condições de desempenhar adequadamente as funções públicas correspondentes;
- e) visão interdisciplinar do Direito adequando sua formação profissional às necessidades do mercado de trabalho e às diversas realidades locais, regionais, nacionais e internacionais;
- f) visão multidisciplinar do Direito, compreendendo-o como um fenômeno sócio-político e ético e não apenas como um conjunto de normas positivadas; e
- g) atuação com vistas à produção científica na área jurídica.

## 5.2 DO ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

A UERR manifesta a preocupação de acompanhar a trajetória profissional dos concludentes do Curso de Direito, a fim de verificar o seu desempenho no que se refere à aprovação no Exame da OAB, aprovação e posse em concursos públicos, aprovação em cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, dentre outras atividades, a fim de formar um banco de dados com essas informações para orientar as ações futuras do curso, por um período de cinco anos a contar da data da colação de grau.

Com base na formação humanística proporcionada pela UERR visa-se ainda aproximar o egresso da Instituição possibilitando sua atuação em cursos, atividades de extensão e pós-graduação, bem como incentivar-lhe ao ingresso no magistério superior no quadro efetivo ou provisório da Instituição.

Nesse sentido o acompanhamento de egressos será feito por meio de atualização dos dados dos acadêmicos saídos do Curso, com o auxílio do Departamento de Registro Acadêmico, e seguirá as diretrizes institucionais do programa de acompanhamento da UERR, conforme previsto no PDI.

## 6 ÁREA DE ATUAÇÃO

O Bacharel em Direito estará apto a desenvolver diversas atividades profissionais, no âmbito público e privado, tais como:

- a) Advogado;
- b) Promotor Estadual e Federal;
- c) Defensor Público Estadual e Federal;
- d) Juiz Estadual e Federal;
- e) Procurador Municipal, Estadual ou Federal;
- f) Assessor Jurídico;
- g) Analista jurídico;
- h) Delegado de Polícia Estadual e Federal.
- i) Professor.
- j) Outras áreas ligadas às atividades jurídicas.

## 7. PRÁTICA DOCENTE

O corpo docente deverá desempenhar suas funções a fim de atingir os objetivos de formação já delineados, pautando-se na ética em todas as suas ações.

Além disso, cabe ao docente contribuir para o melhor desempenho acadêmico possível, utilizando para isso os recursos necessários e disponíveis, buscando sempre o aperfeiçoamento profissional no âmbito de sua formação e a atualização dos conteúdos ministrados. De modo geral, deverão ser empregadas nas unidades curriculares as seguintes atividades pedagógicas:

**Aula teórica expositiva:** consiste na aula tradicional, na qual são apresentados os conceitos e suas aplicações. É apresentada e coordenada diretamente pelo docente responsável, devendo enfatizar a apresentação de conhecimentos gerais e específicos sobre determinada disciplina, a metodologia para a solução de problemas e os facilitadores para acesso à informação com qualidade. O objetivo da aula teórica expositiva é atingir o adequado domínio do conhecimento conceitual.

**Aplicação e correção de exercícios:** são desenvolvidos exercícios através de trabalhos individuais ou em grupos, visando ao aprimoramento dos conhecimentos trabalhados nas aulas expositivas, além de propiciar uma troca de experiências entre os participantes. A realização dos exercícios é acompanhada e orientada pelos professores. Exemplos práticos são utilizados com o objetivo de estimular a participação dos alunos;

**Trabalhos em grupos e trabalhos individuais:** são atividades que têm por objetivo fornecer ao aluno a capacidade de síntese, a produção de conhecimentos e a sua aplicação em temas práticos, associados às competências do módulo vigente;

**Debate:** consiste em atividades na qual o tema é enunciado para a discussão junto aos alunos, despertando a capacidade crítica e, sobretudo, a troca de experiências vivenciais entre os alunos. Esta aula é mediada e conduzida pelo docente, podendo ser conjugada com uma palestra;

**Atividades Interdisciplinares e visitas técnicas:** haverá predominância do trabalho interdisciplinar integrador a partir da análise de cada disciplina e sua contribuição para o semestre vigente. Os alunos desenvolverão projetos focados em temas que retratam todas as competências associadas ao semestre em estudo. Esta prática propicia aos alunos o desenvolvimento do processo de tomada de decisão, do trabalho em equipe, da capacidade crítica e reflexiva, desenvolvimento de um referencial conceitual mais consolidado, um despertar para a pesquisa e a possibilidade de colocar em prática as disciplinas estudadas

dentro do contexto organizacional. Com vistas à fixação dos conteúdos teóricos, os docentes poderão realizar visitas técnicas às entidades e aos órgãos públicos relacionados à prestação jurisdicional.

## **8. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR**

O curso de Direito está organizado em semestres letivos que funcionarão em tempo integral assim entendido como ofertas de aulas nos turnos noturno e vespertino e aos sábados nos turnos matutino e/ou vespertino, sendo que as atividades de prática jurídica, extensão e pesquisa poderão ocorrer nos turnos noturno, matutino e vespertino, independentemente do turno disposto em edital do vestibular.

O vestibular do Curso de Direito levará em conta a sistemática de oferta de turmas em turnos alternados entre vespertino e noturno, sendo que nos anos pares a oferta ocorrerá para o turno vespertino e nos anos ímpares para o turno noturno.

### **8.1. DURAÇÃO DO CURSO DE DIREITO DA UERR**

O Curso de Bacharelado em Direito da UERR será constituído por 10 (dez) semestres, totalizando 05 (cinco) anos de duração, podendo ser concluído pelo acadêmico em até 15 (quinze) semestres, totalizando o prazo máximo de 07 (sete) anos e seis meses para conclusão, conforme estabelece o PDI/UERR.

O projeto pedagógico do curso se acha adequado ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional - (Item 3.1.3.1.7 - Integralização Curricular), onde se lê que: "A duração máxima não pode exceder em mais de 50% (cinquenta por cento) a duração padrão" - em consonância com o tempo de duração total do Curso de Direito previsto no PPC, que será de 5 (cinco) anos, acrescido de metade deste tempo, perfazendo o total de 7 (sete) anos e meio.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Parágrafo incluído no texto original a partir de deliberação do colegiado do Curso de Direito, manifesta em ata de reunião do dia 21.10.2020, onde foram feitas considerações acerca de manifestação do Conselho Estadual de Educação de Roraima para adequação do PPC do Curso de Direito à Resolução nº 05/2018-CNE, consoante disposto no Processo 17201.002588/2020.24.



## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

A carga horária do curso de direito compreende um total de 4.320h (quatro mil e trezentos e vinte horas), assim distribuídas:

- a) 3540 (três mil quinhentos e quarenta horas): disciplinas obrigatórias fundamentais e profissionalizantes, exceto os estágios e as atividades complementares.
- b) 480h (quatrocentas e oitenta horas): estágio curricular supervisionado.
- c) 300h (trezentas horas): atividades complementares.
- d) 60h (sessenta horas) disciplina optativa.
- e) 60h (sessenta horas) disciplina eletiva.

## 8.2. PRÉ-REQUISITOS DAS DISCIPLINAS

As disciplinas listadas abaixo passam a constituir pré-requisito de outras com elas relacionadas da seguinte forma:

- a) Metodologia do Trabalho Científico: pré-requisito para Trabalho de Conclusão de Curso I;
- b) Trabalho de Conclusão de Curso I: pré-requisito para Trabalho de Conclusão de Curso II;
- c) Direito Constitucional I: pré-requisito para Constitucional II, III e IV.
- d) Direito Administrativo I: pré-requisito para Direito Administrativo II e III.
- e) Direito Empresarial I: pré-requisito para Direito Empresarial II e III.
- f) Teoria Geral do Processo: pré-requisito para Direito Processual Civil I, II, III, Direito Processual Penal I, II, III; Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Constitucional.
- g) Direito Civil I: pré-requisito para Direito Civil II, III, IV, V e VI
- h) Direito Penal I: pré-requisito para Direito Penal II, III e IV.
- i) Teoria Econômica e Direito e Introdução ao Estudo do Direito: pré-requisitos para Direito Econômico.
- j) Teoria Geral do Processo e Direito Constitucional III: pré-requisitos para Direito Processual Constitucional.
- k) Filosofia do Direito e Introdução ao Estudo do Direito: pré-requisitos para Ética Geral e das Profissões Jurídicas.
- l) Direito Processual Civil I: pré-requisito para Estágio de Prática Jurídica I - Real e Simulada (Cível I).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

- m) Direito Processual Civil I e Direito Processual Constitucional: pré-requisitos para Estágio de Prática Jurídica II - Real e Simulada (Cível II).
- n) Direito Processual Trabalhista: pré-requisito para Estágio de Prática Jurídica III - Real e Simulada (Trabalhista).
- o) Direito Processual Penal I: pré-requisito para Estágio de Prática Jurídica IV - Real e Simulada (Penal).
- p) Introdução ao Estudo do Direito: pré-requisito para as demais disciplinas específicas do eixo de formação profissional e prática.

O currículo apresenta as disciplinas fundamentais e profissionalizantes conforme Portaria MEC nº 1.886/94, também as disciplinas no núcleo comum a todos os cursos da UERR.

### **8.3 NÚCLEO DAS DISCIPLINAS COMUNS DA UERR E DO EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL DO DIREITO**

As disciplinas desse núcleo visam integrar o estudante no campo do Direito, estabelecendo as relações deste com outras áreas do saber. Além disso, a UERR, visando sólida formação humanística e técnico-científica, possui as disciplinas de Redação e Linguagem Jurídica e Metodologia do Trabalho Científico e Ética, Sociedade e Ambiente como obrigatórias em todos os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos.

Assim, estão presentes no Projeto Pedagógico do Curso de Direito as seguintes disciplinas do eixo de formação fundamental do Direito e do núcleo comum da UERR: História do Direito, Redação e Linguagem Jurídica, Metodologia do Trabalho Científico, Ética Sociedade e Ambiente, Introdução ao Estudo do Direito, Filosofia do Direito, Criminologia, Teoria Geral do Estado e Ciência Política, Teoria Econômica e Direito, Sociologia e Antropologia do Direito, Psicologia do Direito, Ética Geral e das Profissões Jurídicas.

### **8.4. NÚCLEO DAS DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DO EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

No eixo de formação profissional estão presentes as disciplinas com enfoque dogmático, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, estudados

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.

São disciplinas do eixo de formação profissional previstas no Projeto Pedagógico: Teoria Geral do Processo, Direito Civil I, II, III, IV, V e VI, Direito Penal I, II, III e IV, Direito Constitucional I,II,III e IV, Direito Processual Constitucional, Direito Processual Civil I, II,III, Direito Processual Penal I, II, III, Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Empresarial I,II,III, Direito Eleitoral, Medicina Forense, Direito Internacional Público, Direito da Seguridade Social, Direito Agrário, Direito Ambiental, Direito Internacional Privado, Direito Administrativo I,II,III, Direito Tributário I e II, Direito Financeiro, Direito Econômico, Direito da Criança e do Adolescente e Direito indígena.

### **8.5. NÚCLEO DAS DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PRÁTICA**

As disciplinas desse núcleo objetivam a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos.

Estão contempladas neste núcleo as disciplinas: Estágio de Prática Jurídica I, II, III e IV simulada e real, Orientação de Monografia I e II e Atividades Complementares.

### **8.6 NÚCLEO DE DISCIPLINAS ELETIVAS**

O núcleo de disciplinas eletivas é de integralização facultativa pelo acadêmico, conforme seu interesse particular, e visa proporcionar a aquisição de conhecimentos disponibilizados nos projetos pedagógicos de outros cursos de graduação da UERR, figurando como uma possibilidade ao acadêmico do acesso a tais conhecimentos no ambiente universitário.

Será considerada a carga horária de 60 horas no que concerne às disciplinas eletivas, por decisão do NDE do curso de direito. (conforme deliberação contida em Ata NDE de 15.12.2020)

A seleção das disciplinas - que o acadêmico pretender cursar como eletivas - fica a seu critério e dependerá de vaga disponibilizada no momento da oferta de disciplinas, sem poder preterir a matrícula dos alunos do referido curso escolhido.

### **8.7 DAS DISCIPLINAS CONTEMPLADAS COM TEMAS TRANSVERSAIS**

Este projeto pedagógico está em consonância com o disposto no artigo 2º, §4º, da Resolução nº 05/2018-CNE, onde se lê: "*O PPC deve prever ainda as formas de tratamento transversal dos conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, entre outras.*"

A partir deste dado, este PPC se acha adequado à Resolução nº 05/2018-CNE quanto ao atendimento a temas tratados de forma transversal, no bojo das seguintes disciplinas do Curso de Direito: *histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena* em Ética, sociedade e ambiente e Direito indígena, *políticas de educação ambiental* em Direito Ambiental, *educação em direitos humanos* em Direitos Humanos e Cidadania, *educação para a terceira idade e de educação em políticas de gênero* em Direitos, difusos e coletivos e Direito Constitucional.<sup>2</sup>

## **8.8. DAS DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS OU À DISTÂNCIA**

Com a implantação do Ensino a Distância na UERR, será possível articular a execução das atividades curriculares de parte da matriz na modalidade à distância, desde que não ultrapasse 20% da carga horária total do curso, uma vez que todos os cursos que até então eram genuinamente presenciais passam a ter uma estruturação semipresencial, atentando para o fato de que a oferta a distância, conforme o PDI, deverá atender às disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico e Ética Sociedade e Ambiente, podendo ser um recurso utilizado para as atividades de outras disciplinas, respeitado o limite legal.

No entanto, mesmo nas disciplinas ofertadas pelo Curso de Direito na modalidade a distância deverá ser reservado momento presencial para a realização dos processos avaliativos que, segundo artigo 1º, §1º, do Decreto nº 5.622, de 19 de fevereiro de 2005, são obrigatórios na modalidade a distância.

## **8.9. DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS**

A carga horária para disciplina optativa será de 60h, e contemplará a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nos termos do Decreto n. 5526/2005.

---

<sup>2</sup> Manifestação inserida no texto original a partir de deliberação colegiada do Curso de Direito, contida em ata de reunião realizada no dia 21.10.2020.

## 9. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio de Prática Jurídica tem como objetivo propiciar ao acadêmico a experiência prática no campo de atuação específica a sua formação, por meio de atividades práticas orientadas que pressupõem que o aluno já tenha cursado a disciplina teoria geral do processo, bem como as disciplinas processuais pertinentes a cada um dos estágios de prática jurídica.

Estas atividades estão voltadas ao desenvolvimento de habilidades e competências, ao aprimoramento pessoal e profissional e à inserção na vida profissional. Deve integrar o processo de ensino-aprendizagem, favorecer a atualização e o uso de novas tecnologias, incentivando a iniciação científica.

A prática jurídica consiste na produção de peças processuais cíveis, criminais e trabalhistas em processos judiciais reais ou em situações hipotéticas a partir de simulações que serão apresentados pelo professor supervisor para resolução pelos acadêmicos. As peças deverão ser produzidas individualmente e apresentadas ao professor para a devida correção e indicação de alterações a serem feitas pelos alunos, após isso cada aluno deverá entregar a versão final de sua peça ao professor supervisor.

As equipes que realizarem atendimento agendado para orientação jurídica à comunidade durante a atividade prática poderão, a critério do professor supervisor, ter prorrogação de prazo para entrega das atividades.

Dentre as atividades simuladas que poderão ser ofertadas pelo Núcleo de Prática Jurídica constam:

- a) Júri Simulado;
- b) Audiências simuladas a partir de Autos findos;
- c) Exame da OAB simulado;
- d) Visitas supervisionadas ao Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias, Institutos Prisionais, etc.;
- e) Sustentação oral simulada.

O júri simulado será realizado mediante projeto de extensão a fim de conferir horas complementares aos seus participantes.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

No interesse das disciplinas de prática jurídica haverá visita externa das turmas a órgãos públicos que desempenhem atividades relacionadas às disciplinas, sob a supervisão de professor do NPJ.

O Estágio do Curso de Direito pauta-se nas diretrizes preconizadas pela Resolução nº 09/2004 – CNE/MEC, em especial nos artigos 7º e seus parágrafos, com as alterações realizadas pela Resolução CNE/MEC nº 3, de 14 de julho de 2017, a saber:

Art. 7º O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata esse artigo poderá ser realizado:

I - Na própria Instituição de Educação Superior, por meio do seu Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo seu órgão colegiado competente, podendo ser celebrado convênio com a Defensoria Pública para prestação de assistência jurídica suplementar;

II - Em serviços de assistência jurídica de responsabilidade da Instituição de Educação Superior por ela organizados, desenvolvidos e implantados;

III - Nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais Departamentos Jurídicos Oficiais;

IV - Em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

§ 2º As atividades de Estágio Supervisionado poderão ser reprogramadas e reorientadas em função do aprendizado teórico-prático gradualmente demonstrado pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

O estágio supervisionado do Curso de Direito da UERR será desenvolvido, nas dependências da própria Instituição, pelo Núcleo de Prática Jurídica através de atividades práticas, individuais, em grupos, atuando o professor orientador como consultor e supervisor, devendo este ser inscrito devidamente na OAB, sem incompatibilidades para o exercício da advocacia. Sendo esta a opção adotada pelo Curso de Direito da UERR, em conformidade

com a faculdade que lhe assegura a Resolução nº 09/2004 – CNE/MEC, em especial nos artigos 7º e seus parágrafos, com as alterações realizadas pela Resolução CNE/MEC nº 3, de 14 de julho de 2017.

O acadêmico, além de se fazer presente nas atividades do Núcleo de Prática Jurídica, deverá assistir ao número de audiências especificadas em resolução própria, devendo comprovar sua frequência às audiências por meio de certidão expedida pelo órgão judicial, acompanhada de relatório para avaliação pelo professor supervisor do estágio. O tempo empregado pelo acadêmico nas audiências compõe a carga horária da disciplina.

As atividades no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica estruturam-se em 2 bases:

1. Atividade teórica; 2. Atividade prática. O estágio supervisionado deverá ser cumprido integralmente em total mínimo de 480 horas, a partir do sétimo semestre, com carga horária de 120 horas por semestre letivo, sendo 60 horas de prática no NPJ e 60 horas teóricas em sala de aula sobre técnica para produção das peças jurídicas.

Vale frisar que a cada semestre o aluno terá que cumprir 60 horas de atividade prática junto ao NPJ, ou excepcionalmente em outro órgão público/escritório de advocacia, quando o NPJ não puder atender no respectivo semestre à demanda de alunos. Neste caso, os alunos deverão entregar relatórios de atividades relacionadas ao conteúdo do estágio jurídico externo.

O aluno que realizar o seu estágio de prática jurídica de 60h fora do Núcleo de Prática Jurídica deverá entregar relatório (encadernado), contendo os seguintes dados: Informação do órgão/entidade/escritório onde as atividades foram desenvolvidas com descrição resumida das atividades (cópias de petições e documentos produzidos), frequência, período, horário e assinatura do advogado responsável técnico pelo estágio. Além disso, o aluno que realizar prática jurídica externa ao NPJ deverá realizar uma prova para produção de peça jurídica elaborada e aplicada pelo professor supervisor ao final de cada semestre letivo.

Alunos que realizarem a prática jurídica fora do NPJ não se desobrigam de consignar a carga horária referente à disciplina teórica de 60 horas ofertada durante o semestre.

Os estágios de prática jurídica estão contemplados como disciplinas regulares, vinculados às ementas respectivas. Os acadêmicos deverão desenvolver peças jurídicas relacionadas aos temas constantes nas ementas, podendo para isso se valer de casos fictícios ou reais com livre acesso à legislação e aos meios eletrônicos.

O Núcleo de Prática Jurídica será coordenado por um docente efetivo –escolhido pelo colegiado do Curso de Direito para um período de 2 anos, podendo ser imediatamente

reconduzido ao cargo uma vez - com inscrição ativa na OAB e sem incompatibilidades para o exercício da advocacia.

O exercício da coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas - enquanto não for criado o cargo comissionado de coordenador do NPJ – poderá possibilitar ao coordenador o benefício de ser dispensado de uma de suas disciplinas teóricas, externas ao núcleo.

O Núcleo de Prática Jurídica, além das atividades de ensino prático, poderá atuar em extensão universitária, oferecendo serviço gratuito de consultoria à comunidade carente. O NPJ poderá ainda ajuizar ações decorrentes do atendimento feito à comunidade mediante declaração de insuficiência econômica, sendo que tais ações deverão ser produzidas pelo alunado sob a supervisão de docente do NPJ.

O acompanhamento digital dos processos ajuizados pelo Núcleo de Prática Jurídica deverá ser feito semanalmente pelas equipes de alunos matriculados no NPJ sob a supervisão professoral.

Os processos iniciados pelo NPJ exigem assinatura de procuração judicial e de declaração de insuficiência econômica.

A UERR (NPJ) poderá realizar convênio/cooperação técnica com o Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias no âmbito municipal, estadual e federal, dentre outros órgãos.

A UERR poderá ainda firmar convênio com as Defensorias Públicas do Estado de Roraima e da União para junto ao NPJ promover:

- a) O encaminhamento de ações sobre situações reais na área cível produzidas no NPJ a fim de serem ajuizadas por defensores públicos;
- b) A realização de Estágio de prática jurídica nas áreas cível e criminal correspondentes à parte prática das disciplinas Estágio de prática jurídica I, II e III;
- c) A cooperação para realização de cursos de extensão, palestras e eventos.

Até que sejam firmados convênios com as defensorias públicas nos termos do item ‘a’, os docentes efetivos do Núcleo de Prática Jurídica - no patrocínio de pelo menos 5 (cinco) processos ativos vinculados ao NPJ – poderão pleitear a dispensa de uma de suas disciplinas teóricas, sendo que tal benefício exige a atuação do docente no NPJ no semestre de solicitação do benefício.

A comprovação da atuação processual de docente do NPJ deverá ser feita mediante certidão judicial e declaração do coordenador do NPJ. Este benefício não poderá ser



## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

acumulado pelo coordenador do NPJ com a dispensa de uma disciplina decorrente do exercício da coordenação.

O coordenador do NPJ poderá, durante o tempo de sua atuação na coordenação, atuar em pelo menos 5 processos judiciais ativos. O desligamento do coordenador das atividades do NPJ implicará em substabelecimento dos referidos processos.

Docentes horistas, inscritos na OAB, poderão atuar como professor orientador no NPJ, sendo-lhes vedado constar como advogado em procuração jurídica nas causas patrocinadas pelo NPJ, bem como não lhes será permitido promover atos de advocacia externa (participação em audiências) na defesa de processos ajuizados pelo NPJ/UERR.

Com efeito, as atividades de consultoria jurídica e ajuizamento de peças judiciais são manifestações típicas da advocacia. Desta forma, a utilização pelo NPJ/UERR dos serviços de advocacia prestados pelos docentes efetivos do Curso de Direito, inscritos na OAB, justifica a dispensa de uma disciplina, sob pena de esvaziamento do atendimento jurídico de consultoria e ajuizamento de ações em prol da comunidade, com prejuízos a atividade prático-jurídica do alunado.

O desligamento do docente do NPJ implicará em substabelecimento das referidas ações. Nas procurações judiciais deverão constar os nomes de todos os docentes efetivos do NPJ e demais causídicos autorizados, cabendo ao coordenador do núcleo atribuir o acompanhamento do processo a um docente específico que registrará o Feito como processo ativo sob sua responsabilidade, o que vinculará o referido professor a: atendimento ao cliente no decorrer do processo, acompanhamento processual, realização de manifestações intercorrentes no processo e participação em audiências no Poder Judiciário.

Portanto, será considerado processo ativo, o feito patrocinado por todos os docentes efetivos do NPJ e causídicos autorizados, mas atribuído pelo coordenador do NPJ para acompanhamento de um docente efetivo orientador com todos os encargos inerentes ao processo judicial até a extinção do Feito.

Diante da perda de prazos e do não comparecimento às audiências, o acompanhamento do processo, patrocinado pelo núcleo, poderá ser destinado a outro docente orientador pelo coordenador do NPJ.

Cada disciplina do Núcleo de Prática Jurídica poderá ter no máximo 30 alunos.

A composição das equipes para atividade prática real no NPJ será feita mediante inscrição dos alunos para preenchimento de vagas em horários dispostos pelo NPJ. As inscrições serão informadas ao Registro Acadêmico para fins de matrícula acadêmica.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

As aulas das disciplinas relacionadas ao NPJ serão ministradas nos turnos da manhã e da tarde em dias letivos, e não serão ofertadas à noite. O NPJ funcionará das 8h às 12h e das 14h às 18h de segunda à sexta-feira. A prática simulada poderá ser ofertada de segunda a sábado, enquanto que a prática real será ofertada de segunda à sexta-feira de acordo com o horário de funcionamento do NPJ.

A UERR poderá excepcionalmente montar um corpo de advogados a partir de seus servidores, bem como poderá contratar advogados, por tempo determinado, para atuar no NPJ a fim de auxiliar os professores no patrocínio de processos judiciais, consultoria jurídica e atendimento jurídico.

O NPJ poderá elaborar regulamento próprio. No que se refere ao estágio supervisionado, realizado no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas da UERR, as disposições contidas neste tópico do projeto pedagógico complementam a Resolução nº 022/2010, naquilo em que for omissa.

## **10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As atividades complementares são regidas por resolução específica, com cunho obrigatório aos acadêmicos do curso de Direito da UERR, e abrangem projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, publicação de artigos científicos estágio extracurricular, participação em diretório central de estudantes, diretório acadêmico e empresa júnior além de outras atividades reconhecidas pelo colegiado do curso. Essas atividades deverão totalizar 300 (trezentas) horas que precisarão ser registradas nos termos da resolução específica.

O acadêmico, até o final do penúltimo semestre, conforme previsão do Calendário Acadêmico deverá apresentar ao Coordenador do Curso (mediante protocolo) para aval e conferência, os comprovantes válidos e idôneos referentes às horas cumpridas em atividades complementares, sendo estas encaminhadas posteriormente ao setor competente para arquivo e anotações devidas.

As atividades complementares deverão ser apresentadas pelo aluno, da seguinte forma:

- a) as atividades genéricas na área do curso, seminário, simpósio, congresso, fórum, conferência, palestra, júri simulado, estágios extracurriculares, participação em empresa júnior, mesa redonda, mini-curso, dentre outras

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

atividades reconhecidas pelo colegiado do curso. Até o limite máximo de 200 (duzentas) horas.

- b) as atividades de pesquisa, extensão, iniciação científica na área jurídica (Exceto TCC) e outras atividades culturais ligadas à área humanística, social e jurídica. Até o limite máximo de 150 (cento e cinquenta) horas.
- c) as monitorias desenvolvidas em disciplinas jurídicas de instituições de ensino superior. Até o limite máximo de 72 (setenta e duas) horas.
- d) disciplinas já cursadas na área jurídica e que não sejam aproveitadas pelo acadêmico por equivalência. Até o limite máximo de 100 (cem) horas.

Na execução de atividades complementares, o acadêmico deverá cumprir, concomitantemente às 300 horas, pelo menos 05 (cinco) modalidades previstas na aludida na resolução específica.

Conforme o PDI as atividades complementares à distância não poderão exceder 20% da carga horária destinada a essas atividades.

## **11 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Como requisito obrigatório para obtenção do diploma de bacharel em Direito, o acadêmico deverá cursar e ser aprovado nas disciplinas TCC I e II, consistindo estas na apresentação de um Projeto de Pesquisa e uma Monografia jurídica, respectivamente.

O TCC deve ser entendido como momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional, devendo o acadêmico demonstrar a sistematização do conhecimento, resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, gerada no decorrer do curso.

São finalidades do TCC a dinamização das atividades acadêmicas, a estimulação científica, o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, a demonstração das habilidades adquiridas durante o curso e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica.

O projeto de pesquisa e a monografia jurídica devem ser produzidos dentro dos padrões de exigências metodológicas e acadêmico-científicas, elaborado pelo acadêmico com base nas diretrizes do curso, sob a orientação do professor da disciplina.

As disciplinas TCC e o trabalho de conclusão de curso serão objeto de resolução específica.

## **12 AVALIAÇÃO**

O objetivo maior da avaliação, preferencialmente continuada, é garantir um processo democrático, onde os acadêmicos sejam autores e executores em busca de uma aprendizagem efetiva. Os professores de cada disciplina devem trabalhar casos teóricos e práticos, apresentando soluções que se amoldem de acordo com a filosofia do curso e o perfil do egresso. Nesse sentido, a avaliação se mostrará como um dos indicadores fundamentais para a verificação da qualidade do ensino que, entrelaçado com os demais indicadores, garantem a efetivação do processo de ensino-aprendizado.

As avaliações das disciplinas do Curso de Direito seguirão o disposto nas normas institucionais aprovadas pelo CONUNI (Conselho Universitário) e válidas para todos os cursos da instituição, além de outras disposições previstas no presente Projeto Pedagógico conforme regulamentado pela Resolução n. 004, de 26.02.2007 (CONUNI), é exigido do acadêmico, para aprovação, a média final mínima de 70,0 (setenta) pontos e frequência mínima de 75%.

### **12.1 AVALIAÇÃO E APROVEITAMENTO ACADÊMICO**

O Rendimento escolar do aluno será realizado em função de sua frequência e aproveitamento dos estudos, conforme normas prescritas na legislação educacional vigente e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A avaliação do aproveitamento acadêmico do aluno, realizada pelo professor, será expressa através de notas variáveis de 0 (zero) a 100 (cem). Ao aluno que deixar de comparecer à atividade avaliativa na data fixada poderá, nos termos da regulamentação específica, ser concedida segunda chamada mediante requerimento feito junto ao Registro Acadêmico.

Ao final de cada período letivo será atribuída ao aluno, em cada disciplina regularmente cursada, uma nota final, resultante da média de no mínimo 3 (três) atividades avaliativas realizadas durante o semestre, independente da sua carga horária.

O exame final do componente curricular será feito exclusivamente por meio de provas escritas que deverão, necessariamente, abordar todo o conteúdo ministrado e, após a correção e ciência pelo acadêmico da nota obtida, deverá ser entregue na Coordenação para

encaminhamento ao Departamento de Registro Acadêmico para o devido arquivamento na pasta de registros acadêmicos do aluno.

Os acadêmicos do Curso de Direito que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio dos seguintes requisitos cumulativos: ter índice de rendimento acadêmico superior a noventa pontos na média acadêmica das disciplinas cursadas; ter cursado pelos menos oito semestres letivos; não ter sido reprovado em nenhuma disciplina; ter comprovada integralização das horas complementares; ter integralizada a carga horária prática; ter autorização do professor orientador para defesa do TCC; ter comprovada participação em grupo de pesquisa por mais de três anos durante o curso; ter comprovada publicação de pelo menos cinco artigos científicos em revistas indexadas, sendo pelo menos um em Qualis B2 ou superior; e ter comprovada participação em pelo menos cinco projetos de extensão, poderão exercer o direito, conforme o §2º, do artigo 47, da Lei nº 9.394/1996, à realização de provas para avaliação dos componentes específicos restantes, aplicadas por banca examinadora especial composta por três professores efetivos do Curso de Direito da UERR, a fim de ter abreviada a duração do curso.

## **12.2 AVALIAÇÃO DO CURSO**

A avaliação qualitativa do Projeto Pedagógico do Curso será realizada com base nas dimensões e categorias de análise exigidas pela Resolução Nº 07/2006 do Conselho Estadual de Educação e indicadores constantes no Sistema de Avaliação da Educação Superior/INEP, acompanhado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UERR.

O curso será avaliado através do acompanhamento do desempenho do corpo docente, verificando seu Plano de Curso, as Estratégias de Ensino adotadas e a sua Prática Docente.

## **12.3 AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO**

Serão observados e avaliados pelo NDE os seguintes indicadores no Projeto de Curso:

- a) Atualização de acordo com os pressupostos legais e com a realidade socioeconômica do Estado;

- b) Garantia de contextualização e integração das unidades curriculares no desenvolvimento das atividades relativas ao processo ensino-aprendizagem;
- c) Capacidade de operacionalização do Projeto, observando a flexibilidade no desenvolvimento das atividades do curso.

#### **12.4 AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO**

Serão observadas, pelo NDE, as estratégias de ensino propostas nos Programas das Disciplinas ou Planos de Ensino, considerando:

- a) A adequação das estratégias frente aos objetivos propostos;
- b) A flexibilidade das estratégias propostas frente aos resultados parciais;
- c) A utilização dos recursos bibliográficos, didáticos, financeiros e humanos disponíveis e programados no desenvolvimento das atividades de ensino;
- d) A individualidade do aluno, mesmo que em atividades em grupo, respeitando seu contexto, seu ritmo e desempenho.

#### **12.5 AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE**

A avaliação da prática docente se faz necessária para a adequação a atualização do processo ensino-aprendizagem e será realizada pela Comissão Própria de Avaliação, com o auxílio da Coordenação de Curso e do Núcleo Docente Estruturante.

#### **12.6 PROGRAMA DE NIVELAMENTO**

Programa de Nivelamento é uma atividade programada para atendimento aos acadêmicos iniciantes e tem como objetivo atender estudantes ingressantes no 1º e 2º semestres que demonstrem dificuldades de aprendizagem e ou deficiências de conteúdos básicos necessários para o desenvolvimento de competências e habilidades do curso, bem como recuperar conteúdos que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem do graduando, permitindo que ele possa continuar seus estudos de maneira eficaz. Contribuindo para a integralização da matriz curricular no prazo estipulado no projeto pedagógico e diminuição dos índices de retenção e evasão. O nivelamento dos acadêmicos do Curso de Direito da UERR será realizado conforme estabelece o programa de nivelamento institucional.

## **12.7 DAS DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO ENADE**

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), componente curricular obrigatório, cujo objetivo geral é avaliar o desempenho dos estudantes no que diz respeito aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

A atual configuração do Enade prevê a realização de uma prova, com duração total de quatro horas, que avaliará o componente de formação geral comum aos cursos de todas as áreas, com dez questões, sendo duas discursivas e oito de múltipla escolha e componente específico da área de Direito, envolvendo situações problemas e estudos de caso tanto no componente de formação geral quanto no específico.

A prova de formação geral tem a concepção dos seus itens e o processo de correção balizados pelos princípios dos Direitos Humanos e as questões discursivas avaliam aspectos como clareza, coerência, coesão, estratégias argumentativas, utilização de vocabulário adequado e correção gramatical do texto.

As questões partem do princípio de que o concluinte desenvolveu durante a graduação um perfil ético e comprometido com as questões sociais, culturais e ambientais; humanista e crítico, apoiado em conhecimentos científico, social e cultural, historicamente construídos, que transcendam o ambiente próprio de sua formação; protagonista do saber, com visão do mundo em sua diversidade para práticas de letramento, voltadas para o exercício pleno de cidadania; proativo, solidário, autônomo e consciente na tomada de decisões pautadas pela análise contextualizada das evidências disponíveis; e colaborativo e propositivo no trabalho em equipes, grupos e redes, atuando com respeito, cooperação, iniciativa e responsabilidade social.

Nesse sentido, no componente de formação geral é avaliado se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para fazer escolhas éticas, responsabilizando-se por suas consequências; ler, interpretar e produzir textos com clareza e coerência; compreender as linguagens como veículos de comunicação e expressão, respeitando as diferentes manifestações étnico-culturais e a variação linguística; interpretar diferentes representações simbólicas, gráficas e numéricas de um mesmo conceito; formular e articular argumentos consistentes em situações sociocomunicativas, expressando-se com

clareza, coerência e precisão; organizar, interpretar e sintetizar informações para tomada de decisões; planejar e elaborar projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades, de forma coerente, em diferentes contextos; buscar soluções viáveis e inovadoras na resolução de situações-problema; trabalhar em equipe, promovendo a troca de informações e a participação coletiva, com autocontrole e flexibilidade; promover, em situações de conflito, diálogo e regras coletivas de convivência, integrando saberes e conhecimentos, compartilhando metas e objetivos coletivos.

No tocante ao componente específico da área de Direito, o Enade tem como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, as normativas posteriores associadas e a legislação profissional e é composto por uma prova com trinta questões, sendo três discursivas e vinte e sete de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

A prova específica referente à área de Direito leva em consideração características, indispensáveis ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania e pressupõe que o perfil do egresso seja ancorado em uma formação generalista, humanística e axiológica, com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, assim como a disposição de adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, possuindo uma atitude reflexiva, crítica e ética, com aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica.

No tocante ao desenvolvimento das competências e habilidades o componente específico da área de Direito, avaliará se o estudante desenvolveu, no processo de formação, as competências e habilidades para demonstrar domínio da linguagem jurídica; identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos; ler, compreender e elaborar textos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das técnicas e dos métodos pertinentes; fazer uso da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica; compreender de forma interdisciplinar os fenômenos políticos, sociais, econômicos, entre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; inter-relacionar fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito com sua aplicação prática; exercer atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; atuar em julgamentos e na tomada de decisões; dispor do conhecimento de tecnologias e métodos para atualização do Direito e solução de controvérsias; e aplicar fundamentos, métodos e técnicas científicas para pesquisa jurídica.



## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

O conteúdo da prova de componente específico da área de Direito, na atual configuração, tem como referencial os componentes curriculares de Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.

Sendo assim, os professores do Curso deverão planejar e lecionar suas disciplinas de forma que possam promover o desenvolvimento nos alunos das características gerais e específicas, assim como das competências e habilidades exigidas no Enade. Assim, em pelo menos uma das atividades avaliativas de cada disciplina deverá ser adotado pelo respectivo professor o modelo de avaliação do Enade.

Durante o desenvolvimento do curso o Colegiado deverá aplicar pelo menos cinco provas testes para os acadêmicos do curso no padrão exigido no Enade, que serão de realização obrigatória por todos os acadêmicos matriculados, a fim de elucidar as características, competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos acadêmicos, bem como acompanhar o desempenho de cada discente durante o período de formação.

### **13 QUADRO DOCENTE**

#### **13.1 COLEGIADO DE CURSO**

O colegiado do Curso de Direito é formado por professores efetivos lotados no Curso de Direito, representante discente do curso, escolhido por processo eletivo, e representante técnico-administrativo da UERR eleito de acordo com as normas regimentais. O colegiado é instância máxima de deliberação e decisão das políticas pedagógicas, administrativas, acadêmicas e curriculares do curso. Será presidido por um docente efetivo, eleito para coordenar o curso para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a reeleição para um mandato de igual período.

Cabe ao colegiado a produção do regimento interno do curso, elaborado de acordo com as normas institucionais e instâncias superiores da Universidade. Nele devem constar os assuntos correlatos à graduação, pesquisa/pós-graduação e extensão.

O corpo docente do colegiado do curso é composto atualmente por 12 (doze) professores efetivos que atuarão no âmbito do Curso de Direito e do Curso de Especialização em Direito, sendo que os professores doutores do Curso de Direito tem ministrado aulas no

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MPSPDHC).

Os docentes do Curso de Direito atuam ainda no atendimento das demandas oriundas do Núcleo de Prática Jurídica, cursos de extensão, bem como em disciplinas jurídicas ofertadas pelos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Segurança Pública, Medicina e Serviço Social. Diante disto apresenta-se como fundamental a realização de concurso público para professor efetivo para fazer frente ao crescimento das atribuições do Curso de Direito.

O curso poderá contemplar ainda a atuação de professores horistas que promoverão atividades letivas por tempo determinado, mediante contrato, com vistas a suprir possível carência do curso em virtude de vacância temporária motivada por afastamentos e licenças de professores efetivos.

O corpo docente do Curso de Direito da UERR é composto pelos seguintes professores efetivos:

Professores Efetivos	Titulação	Carga Horária
Ana Paula Joaquim Macedo	Mestre	40h
Alberto Correia de Oliveira Filho	Mestre	40h
Edson Damas da Silveira	Doutor	40h
Ellen Eurídice Cardoso de Araújo	Mestre	40h
Emanoel Maciel da Silva Ramiro	Doutor	40h
Erick Cavalcanti Linhares Lima	Doutor	40h
Fabiana Studart Cabral <sup>3</sup>	Especialista	40h
Fernando César C. Xavier	Doutor	40h
Leonardo Pache de Faria Cupello	Mestre	40h
Marcello Renault Menezes	Mestre	40h
Pierre Santos Castro	Doutor	40h
Regys Odlare Lima de Freitas	Doutor	40h
Rozane Pereira Ignácio	Doutor	40h
Sergio Mateus	Mestre	40h
Serguei Aily Franco de Camargo	Doutor	40h

### 13.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

<sup>3</sup> Professora licenciada para acompanhamento de cônjuge.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

A normatização da exigência do Núcleo Docente Estruturante nos cursos de graduação ocorreu com a Resolução nº 001, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, com fundamento nas competências que lhe confere o inciso I, do art. 6.º, da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, do disposto no Parecer CONAES nº 04, de 17 de junho de 2010 e do conceito criado pela Portaria nº 147, de 02 de fevereiro de 2007, do Ministério de Estado da Educação, quando tratava dos processos de autorização dos cursos de graduação em Direito e Medicina, respectivamente nos artigos 2º e 3º daquela Portaria.

No âmbito da Universidade Estadual de Roraima, a norma disciplinadora dos Núcleos Docentes Estruturantes é a Resolução nº 010/2017 do Conselho Universitário.

No tocante à relação existente entre o Projeto Pedagógico de Curso - PPC e o respectivo NDE, o Parecer do CONAES nº 004/2010 assevera que isso faz com que os Projetos Pedagógicos dos Cursos deixem de ser, definitivamente, uma peça meramente documental, para ser o azimute de todas as ações do curso. Isso porque um importante objetivo do NDE é formalizar o trabalho e disciplinar a otimização dos recursos materiais e humanos para uma reflexão permanente sobre o curso e o perfil dos seus egressos.

Nesse sentido, o NDE do Curso de Direito, que deverá funcionar conforme estabelece a Resolução nº 010/2017, é responsável pela promoção da inter-relação entre as dimensões intelectuais do corpo docente, o objeto do PPC do curso e o perfil do egresso e deve ser considerado um elemento primordial para uma melhor qualidade do curso. Até porque, o trabalho do colegiado do curso não pode ser confundido com o papel do seu NDE, mesmo que exercidos pelas mesmas pessoas, já que o NDE, além do regular o processo de formação do curso, estará diretamente comprometimento coma excelência do padrão acadêmico.

O NDE do Curso de Direito tem atualmente a seguinte composição:

Nº	Professor (a)	Titulação
01	Ana Paula Joaquim Macedo	Mestre
02	Emanoel Maciel da Silva Ramiro	Doutor
03	Marcello Renault Menezes	Mestre
04	Serguei A. F. Camargo	Doutor
05	Fernando C. C. Xavier	Doutor

**14 MATRIZ CURRICULAR**

SEM.	CÓDIGO	DISCIPLINAS	PRÉ – REQUISITO	CH	CRÉDITOS
1º	IED	Introdução ao Estudo do Direito		60	4
	TED	Teoria Econômica e Direito		60	4
	Crim.	Criminologia		60	4
	Red.L.Jur.	Redação e Linguagem Jurídica		60	4
	MTC	Metodologia do Trabalho Científico		60	4
	Hist.Dir.	História do Direito		60	4
	ESA	Ética, Sociedade e Ambiente		60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				420	28
2º	Dir. Civil I	Direito Civil I	IED	60	4
	TGE	Teoria Geral do Estado e Ciência Política		60	4
	Dir. Penal I	Direito Penal I	Crim./IED	60	4
	Soc.Ant.Dir.	Sociologia e Antropologia do Direito		60	4
	Fil.Dir.	Filosofia do Direito		60	4
	DHC	Direitos Humanos e Cidadania	IED	60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				360	24
3º	Dir. Civil II	Direito Civil II	Dir. Civil I	60	4
	Dir. Penal II	Direito Penal II	Dir. Penal I	60	4
	E.G.P.J	Ética Geral e das Profissões Jurídicas	Fil.Dir./IED	60	4
	DIR.ADM.I	Direito Administrativo I	IED	60	4
	Dir. Const. I	Direito Constitucional I	IED/DFC	60	4
	Dir. Agr.	Direito Agrário	IED	60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				360	24
4º	Dir. Civil III	Direito Civil III	Dir. Civil I	60	4
	Dir. Const. II	Direito Constitucional II	Dir. Const. I	60	4
	DIR.ADM.II	Direito Administrativo II	DIR.ADM.I	60	4
	Dir. Penal III	Direito Penal III	Dir. Penal I	60	4
	TGP	Teoria Geral do Processo	IED	60	4
	Dir. Indig.	Direito Indígena	IED	60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				360	24

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

5º	Dir. Penal IV	Direito Penal IV	Dir. Penal I	60	4
	Dir. Civil IV	Direito Civil IV	Dir. Civil I	60	4
	DPP I	Direito Processual Penal I	TGP	60	4
	DPC I	Direito Processual Civil I	TGP	60	4
	Dir. Const. III	Direito Constitucional III	Dir. Const. I	60	4
	DIR.ADM.III	Direito Administrativo III	DIR.ADM.I	60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				360	24
6º	Dir.Trab	Direito do Trabalho	IED	60	4
	Dir. Civil V	Direito Civil V	Dir. Civil I	60	4
	DPP II	Direito Processual Penal II	DPP I	60	4
	Dir. Const. IV	Direito Constitucional IV	Dir. Const. I	60	4
	DPC II	Direito Processual Civil II	DPC I	60	4
	Dir. Econ.	Direito Econômico	IED/TED	60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				360	24
7º	DPCONST	Direito Processual Constitucional	TGP/Dir.Const.III	60	4
	Dir. Civil VI	Direito Civil VI	Dir. Civil I	60	4
	DPC III	Direito Processual Civil III	DPC I	60	4
	DPT	Direito Processual do Trabalho	TGP/Dir.Trab.	60	4
	DPP III	Direito Processual Penal III	DPP I	60	4
	EPJR I	Estágio de Prática Jurídica Real I (Cível I)	DPC I	60	4
	EPJS I	Estágio de Prática Jurídica Simulada I (Cível I)	DPC I	60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				420	28
8º	Dir. Trib. I	Direito Tributário I	IED	60	4
	Dir. Emp I	Direito Empresarial I	IED	60	4
	Dir. Fin.	Direito Financeiro	IED	60	4
	TCC I	Orientação de Monografia I	MTC	60	4
	DIP	Direito Internacional Público	IED	60	4
	EPJR II	Estágio de Prática Jurídica Real II – (Cível II)	DPC I e DPCONST	60	4
	EPJS II	Estágio de Prática Jurídica Simulada II – (Cível II)	DPC I e DPCONST	60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				420	28
9º	DSS	Direito da Seguridade Social	IED	60	4
	DIPr.	Direito Internacional Privado	IED	60	4
	Dir. Emp.II	Direito Empresarial II	Dir. Emp.I	60	4
	Dir. Trib.II	Direito Tributário II	Dir. Trib. I	60	4
	TCC II	Orientação de Monografia II	MTC	60	4

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

	EPJR III	Estágio de Prática Jurídica Simulada III - (Trabalhista)	D.P.TRAB.	60	4
	EPJS III	Estágio de Prática Jurídica Real III - (Trabalhista)	D.P.TRAB.	60	4
		DISCIPLINA ELETIVA		60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				480	32
10º	Dir. Emp III	Direito Empresarial III	Dir. Emp I	60	4
	Med. For.	Medicina Forense	IED	30	2
	DDC	Direitos Difusos e Coletivos	IED	60	4
	Dir. Amb.	Direito Ambiental	IED	60	4
	Psic. Dir.	Psicologia do Direito	IED	30	2
	Dir. Eleit.	Direito Eleitoral	IED	60	4
	EPJR IV	Estágio de Prática Jurídica Real IV (Penal)	D.PENAL I	60	4
	EPJ SIV.	Estágio de Prática Jurídica Simulada IV (Penal)	D.PENAL I	60	4
		DISCIPLINA OPTATIVA LIBRAS		60	4
Carga Horária/Créditos do Semestre				480	32
Carga Horária e Créditos de disciplinas			4020		268
Carga Horária de Atividades Complementares			300		
Total Geral de Carga Horária e Créditos do Curso			4320		268

**15. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA****1º SEMESTRE****INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Noção de Direito: origem do direito. Direito e Moral. Direito, sociedade e Estado. Direito e justiça. Direito Natural e Direito Positivo. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Direito público, direito privado, direito social, direitos difusos e coletivos. As fontes do direito. Norma jurídica: espécies, processo legislativo, interpretação e integração. Teoria do Mínimo Ético. Teoria tridimensional do direito. Sistemas jurídicos ocidentais: *Common Law*

*e Civil Law*. Hermenêutica Jurídica. Validade, vigência e eficácia da norma jurídica. Antinomias e lacunas legais. Hierarquia das normas. Relações jurídicas. Estudo da LINDB.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. 39. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. 33ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 39.a ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. 2.ed. Malheiros: São Paulo, 2017.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito, 26ª edição, São Paulo: Saraiva, 2017.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 2003.

NUNES, Rizzatto. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. 6ª ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2006.

### **TEORIA ECONÔMICA E DIREITO**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Análise histórica do pensamento econômico. Acumulação primitiva do capital, formação do mercado mundial e revoluções burguesas. Valor, distribuição e acumulação na teoria econômica clássica, o “*Laissez-faire*” e o Direito, liberalismo econômico (Adam Smith e David Ricardo). Dirigismo estatal Marxista, a crítica ao modelo econômico de Karl Marx: trabalho, mercadoria, valor, exploração, mais-valia. O Direito na teoria Marxista. Escola Econômica Keynesiana e a de Chicago. Direito, Política e Economia.

#### BILIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do pensamento econômico. São Paulo: Atlas, 2015.

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia política. São Paulo: Saraiva, 2016.

HUNT, T. História do pensamento econômico. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999

SOUZA, Sérgio Augusto G. Pereira de. *Premissas de Direito Econômico*. São Paulo: Fórum. 2015.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSSETTI, José Paschoal, *Introdução à economia*. São Paulo: Saraiva, 2016.

VASCONCELOS, Márcio Antônio S. GARCIA, Manoel E. *Fundamentos de Economia*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

WEYNE, Gastão Rúbio de Sá. *Igualdade e Poder Econômico*. São Paulo: Memória Jurídica . 2005.

#### **CRIMINOLOGIA**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Conceito, método objeto, sistema e funções da Criminologia. História do pensamento criminológico. Criminologia do consenso e do conflito. Escola de Chicago. Associação Diferencial. Teoria da Anomia. Subcultura delinquente. Labelling Approach Prevenção do delito. Sistemas de reação do delito. Temas especiais de criminologia.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do direito penal*. Rio, Revan, 1997.

BECKER, Howard. S. *Outsiders*. Nova York, Free Press, 1973. CASTRO. Lola Aniyar

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2004.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Lola Aniyar de. *Pensamento Criminológico. Da Criminologia Clássica à Criminologia dos Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do delito*. Rio, Forense, 1998

GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia*. 3ª edição revisada. Editora RT, 2000.

WACQUANT, Lolc. *As Prisões da Miséria*, Jorge Zahar Editora, 2001.

#### **REDAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA**

CARGA HORÁRIA: 60 h



EMENTA: Técnicas básicas de redação: uso da linguagem jurídica; Siglas e abreviaturas na linguagem jurídica. Vernáculo e brocardos em latim. Redação oficial. Decisões judiciais: a linguagem das decisões e da necessidade de ser compreendida. Redação de peças jurídicas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, Renato. Manual de português e redação jurídica. Renato Aquino, William Douglas. 6. Ed, Niterói: Impetus, 2017.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Matoso. Manual de expressão oral e escrita. Petrópolis: Vozes, 2015.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de português jurídico. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico. 2ª ed. São Paulo: Saraiva. 1997.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida e HENRIQUES, Antônio. Língua Portuguesa: Noções básicas para Cursos Superiores. São Paulo: Atlas, 2014.

KOCH, Ingedore. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Cortez, 1999

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. (trad.) Cláudia Schinling. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, De Plácido e. Vocabulário jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no direito: (linguagem forense). Rio de Janeiro: Forense, 2014.

#### **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Iniciação ao pensamento científico. Ciência e conhecimento científico: o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. O método científico: a questão do método, métodos científicos, métodos e técnicas de pesquisa social. Organização do trabalho acadêmico, registro de informações e normas da ABNT. Redação de textos de divulgação científica.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 14. Ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

CARNEIRO, Maria Francisca. Metodologia da aprendizagem: aspectos, questões e aproximações, Curitiba: Juruá, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 8. Ed. São Paulo: Atlas. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito, 2.ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

PASOLD, César Luiz. Prática da Pesquisa Jurídica e Metodologia da Pesquisa Jurídica. Florianópolis: OAB/SC. 2007.

### HISTÓRIA DO DIREITO

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: A História do Direito. Direito Antigo, Direito Romano, Direito Medieval, Direito Anglo-saxônico, Direito Contemporâneo. História e Instituições Jurídica. História do Direito no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Imperial e Brasil Republicano.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAGNOLI, Vicente; BARBOSA, Susana Mesquita; OLIVEIRA, Cristina Godoy Bernardi de. Introdução à história do direito. Atlas, 2014. COULANGES, Fustel de. A cidade antiga - estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Hemus, 1996

MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. *História do direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NASCIMENTO, Walter Vieira. Lições de História do Direito. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamento da história do Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALVES, José Carlos Moreira. Direito romano. Vol I e II. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos. *Curso de História do Direito*. 3 ed. São Paulo: Método, 2013.

**ÉTICA, SOCIEDADE E AMBIENTE**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Análise e reflexão sobre as primeiras sociedades humanas até a consolidação dos princípios éticos e filosóficos das sociedades contemporâneas. O papel das ciências sociais na compreensão dos debates ambientais e tecnológicos, bem como seus aspectos sócio-éticos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

COMPARATO, F. K. *Ética: Direito, moral e religião no mundo moderno*. SP: Companhia das Letras, 2006.

FERRY, L. *Le nouvel ordre écologique. L'arbre, l'animal et l'homme*. Paris: Bernard Grasset, 1992.

REALE, G. *Corpo, alma e saúde: o conceito de homem de Homero a Platão*. SP: Paulos. 2002.

SCRUTON, R. *Green Philosophy: How to think seriously about the planet*. London: Atlantic Book, 2013.

VOEGELIN, E. *Ordem e história (Vols. I,II, III e IV)*. SP: É Realizações, 2ª Ed., 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

KIRK, R. *A política da Prudência*. SP: É Realizações, 2013.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. 4ª Ed. SP: Cortez Editora, 2007.

POPPER, K. *Em busca de um mundo melhor*. SP: Martins Fontes, 2006.

WEBER, M. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. SP: Martin Claret, 2003.

**2º SEMESTRE****DIREITO CIVIL I**

**CARGA HORÁRIA:** 60 h

**EMENTA:** Das pessoas naturais e jurídicas: personalidade, capacidade, ausência, constituição, domicílio, sucessão provisória e definitiva; dos bens: públicos, considerados em si mesmo, movei e imóveis, fungíveis e consumíveis, divisíveis, singulares e coletivos, reciprocamente considerados; dos fatos jurídicos: representação, condição, termo e encargo, dos defeitos do negócio jurídico, erro ou ignorância, dolo, coação e estado de perigo, lesão, fraude contra credores e invalidade do negócio jurídico, dos atos jurídicos lícitos e ilícitos, da prescrição e decadência e provas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro –Teoria Geral do Direito Civil. Vol. 1. 34ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil – Parte Geral. Vol. 1 – 19 Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

TARTUCE, Flávio. Lei de Introdução e Parte Geral - Vol. 1 - 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BITTAR, Carlos Alberto. Direitos da Personalidade. Rio de Janeiro: Forence, 2001.

DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretado. São Paulo: Saraiva 2002.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Forence, 2002.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forence, 2005

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Vol 1. São Paulo: Atlas, 2005

WALD, Arnoldo. Curso de Direito Civil Brasileiro – Introdução e Parte Geral. 8. ed., São Paulo: RT, 1995.

**TEORIA GERAL DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA**

**CARGA HORÁRIA:** 60 h

**EMENTA:** Evolução das instituições e do pensamento político. Teorias sobre a origem da sociedade humana. Origem, nascimento, evolução histórica e extinção do Estado. Elementos essenciais do Estado. As relações entre o Estado e o Direito. Formas de Estado, formas e

sistemas de governo. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Problemas do Estado Contemporâneo.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elemento da Teoria Geral do Estado. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DE CICCIO, Cláudio; GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. Ciência Política e Teoria Geral do Estado. 8. ed. revista e atualizada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à Ciência Política. 1.ed. Rio de Janeiro: Globo Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. Teoria Geral do Estado. 1.ed. Rio de Janeiro: Globo Editora, 2008.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. 5.ed. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 23.ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

\_\_\_\_\_. Teoria do Estado. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 2015

#### **DIREITO PENAL I**

**CARGA HORÁRIA:** 60 h

**EMENTA:** História, fundamentos, definição e delimitação do Direito Penal. Princípios Limitadores do Poder Punitivo. Teoria da Norma Penal. Lei Penal no Tempo. Lei Penal no Espaço. Conflito aparente de Normas. Teoria Geral do Delito. Conceito de Crime. Conduta Punível. Tipicidade Penal. Ilicitude Penal. Culpabilidade Penal. Erro de Tipo e de Proibição. Tentativa. Concurso de Crimes.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHINI, Alice. DAHER, Flávio. GOMES, Luiz Flávio. Curso de Direito Penal parte geral. Vol. 1, 2ª ed. Salvador. Juspodivm, 2016.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal parte geral, vol. 1. 20ª ed. São Paulo. Saraiva, 2016.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. 23ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017, 1v.

MIRABETE, Júlio Fabrini - Manual de Direito Penal, Parte Geral, vol. 1, 32ª Ed. Editora Atlas, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MIR PUIG, Santiago. Direito penal: fundamentos e teoria do delito. Trad.: Cláudia Vianna Garcia e José Carlos Nobre Porciúncula Neto. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007;

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral e parte especial. 10ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014;

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral. São Paulo: RT, 2016, 1v.

#### **SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Sociologia Geral. O problema da autonomia: O Feticismo. O Biologismo. O Psicologismo. O Sociologismo. O problema do objeto: Sociologia Enciclopédica e Sociologia Especial. Sociologia Material ou Cultural e Sociologia Formal. Sociologia Naturalista e Culturalista, O problema do método da sociologia. A sociologia jurídica. Fundadores. Objeto. Teorias sociológicas do Direito. Antropologia Jurídica. Pluralismo Jurídico. Escolas antropológicas. Concepções de cultura.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Olney Queiroz. KÜMPEL, Vitor Frederico. Manual de Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011.

GUERRA FILHO, Willis Santiago; CARNIO, Henrique Garbellini. Introdução à Sociologia do Direito. Revista dos Tribunais, 2015.

NETO, Machado Antônio Luís. Sociologia Jurídica. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

SHIRLEY, Roberto Weaver. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1987.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FARIA, José Eduardo. Direito e Conjuntura. São Paulo: Saraiva, 2008.

FEBBRAJO, Alberto; LIMA, Fernando Rister de Sousa; PUGLIESI, Márcio. Sociologia do Direito – Teoria e Práxis. Juruá, 2015.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Economia e Sociedade: Fundamentos de Sociologia Compreensiva. Brasília: UnB, 2004.

**FILOSOFIA DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Noções de Filosofia. A Filosofia e suas implicações no estudo do Direito. Positivismo Jurídico e Jusnaturalismo. Principais pensadores da Filosofia do Direito. Hermenêutica jurídica. Métodos de interpretação. Tipos de interpretação. Interpretação e integração. Argumentação. Aplicação do Direito. Tipologia dos argumentos jurídicos. Razoabilidade da decisão. Hermenêutica e jurisprudência.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. São Paulo: Atlas, 2005.

BOBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1999.

NADER, Paulo. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: 24ª edição, Forense, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2017.

**DIREITOS HUMANOS**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Origem histórica dos direitos humanos. Direitos fundamentais e direitos humanos, uma questão conceitual. Características dos direitos humanos. Princípio da dignidade humana. Os tratados internacionais de direitos humanos e sua incorporação no ordenamento jurídico brasileiro. Questões polêmicas do Estatuto de Roma e Tribunal Penal Internacional. Meio ambiente e direitos humanos. Direitos humanos, ações afirmativas e grupos vulneráveis. Política Nacional de Direitos Humanos. Lei de Migração e direitos humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH. Direitos humanos, segurança pública e cidadania.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOBBIO, Norberto. Era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 9ª ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 16ª ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARENDRT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2008.
- LEMBO, Cláudio. A pessoa: seus direitos. Barueri/SP: Manole, 2007.
- SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2007.

<b>3º SEMESTRE</b>
--------------------

#### **DIREITO CIVIL II**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Introdução ao Direito das Obrigações. Classificação das obrigações. Modos de extinção das obrigações: pagamento, pagamento por consignação. Pagamento com sub-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Transação. Confusão. Remissão das dívidas. Extinção da relação obrigacional sem



pagamento. Conseqüências da inexecução das obrigações por fato imputável ao devedor: inadimplemento voluntário. Mora, perdas e danos. Cláusula penal. Transmissão das obrigações.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 2. 34ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Vol. 2 – 19 Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

TARTUCE, Flávio. Lei de Introdução e Parte Geral - Vol. 2 - 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Forence, 2002.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. 2. Rio de Janeiro: Forence, 2005

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Vol 2. São Paulo: Atlas, 2005

### **DIREITO PENAL II**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Princípios Gerais da Pena. Penas Privativas de Liberdade. Penas Restritivas e Direito. Penas Pecuniárias. Aplicação da Pena. Concurso de Crimes. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Medidas de Segurança. Extinção da Punibilidade. Prescrição.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHINI, Alice. DAHER, Flávio. GOMES, Luiz Flávio. Curso de Direito Penal parte geral. Vol. 1, 2ª ed. Salvador. Juspodivm, 2016.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal parte geral, vol. 1. 20ª ed. São Paulo. Saraiva, 2016.

JESUS, Damásio E, de. Direito Penal. Parte Geral, 36ª ed. Saraiva, São Paulo, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabrini - Manual de Direito Penal Parte Geral, vol. 1, 32ª Ed. Editora Atlas, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MIR PUIG, Santiago. Direito penal: fundamentos e teoria do delito. Trad.: Cláudia Vianna Garcia e José Carlos Nobre Porciúncula Neto. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007;

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral e parte especial. 10ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014;

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral. São Paulo: RT, 2016, 1v.

**ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL**

CARGA HORÁRIA: 60 h.

EMENTA: A questão ética fundamental: o fenômeno humano e a liberdade. As relações entre ética e direito. Da Deontologia Jurídica. A ética profissional na atividade da Magistratura, Ministério Público e advocacia. O Estatuto da OAB e o Código de ética e disciplina. Advocacia pública e privada. Da bioética.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BARBOSA, Rui. O dever do advogado: posse de direitos pessoais. 1ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.

COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia jurídica: ética das profissões jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Bauru: Edipro, 2009.

RIOS, T. A. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 2004.

VASQUEZ, A. S. Ética. 23ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

**DIREITO ADMINISTRATIVO I**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Direito Administrativo; Princípios Administrativos; Poderes Administrativos; Organização Administrativa; Órgãos Públicos; Agentes Públicos e Serviços Públicos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmkem Júris, 31<sup>a</sup>. ed. 2017.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva. 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

MOTTA. Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL I**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: A Constituição. O Constitucionalismo. Poder Constituinte. Poder Constituinte Originário. Poder Constituinte Derivado. Mutação Constitucional. Das normas constitucionais. Espécies. Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação Constitucional. Elementos tradicionais de interpretação. Elementos atuais. Princípios específicos de interpretação constitucional.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Luiz Alberto David. JUNIOR, Vidal Serrano Nunes. Curso de Direito Constitucional. 21.ed. São Paulo: Verbatim, 2017.

SARMENTO, Daniel. NETO, Cláudio Pereira de Souza. Direito Constitucional. Teoria, história e métodos de trabalhos. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fórum, 2014.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. — 5. ed. atual. até a EC 90/2015. — Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2016. Modo de acesso: <<http://www.stf.jus.br/aconstituicaoecosupremo/>>.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos Fundamentais – conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2.ed. 4ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2017.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

**DIREITO AGRÁRIO**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Conceito do direito agrário e atividade agrária. Fundamentos econômicos e sociais. As grandes diretrizes jurídicas: reforma agrária e desenvolvimento rural. A reforma agrária no Brasil. A função social da propriedade rural. Terras públicas e terras particulares. Áreas de conflito de terras. Imóvel rural. A "propriedade familiar". Módulo rural. Empresa rural; O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Colonização - pública e particular. Incentivos e legislação pertinente. A Transamazônica e o processo colonizador. Imigração. As migrações internas e o êxodo rural; A desapropriação para fins da Reforma Agrária; A função do imposto territorial rural - ITR; Uso ou posse temporária da terra. O arrendamento rural. A parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

SCAFF, Fernando Campos. Direito Agrário - Origens, Evolução e Biotecnologia. Ed. Atlas, São Paulo, 2017.

MARQUES, Benedito Ferreira; SILVA, Carla Regina. Direito Agrário Brasileiro - 12ª Ed. Atlas, São Paulo 2016.

OPITZ, Silvia C. B., OPITZ, Oswaldo. Curso Completo de Direito Agrário. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DE-MATTIA, Fábio Maria. Especialidade do Direito Agrário. São Paulo, 1992. Capítulo sobre atividade agrária, empresas agrárias, estabelecimento (tese na FDUSP).

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. O Extrativismo no Direito Agrário Brasileiro. São Paulo, 1981 (tese de doutorado na FDUSP).

PACHECO BARROS Wellington, Curso de Direito Agrário, Volume I, 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado 2007.

<b>4º SEMESTRE</b>
--------------------

### **DIREITO CIVIL III**

CARGA HORÁRIA: 60 h

#### EMENTA

Noções gerais de responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil. Causas excludentes da responsabilidade civil subjetiva. Responsabilidade civil objetiva. Responsabilidade civil por ato de terceiro. Responsabilidade civil pelo fato da coisa ou do animal. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil contratual. Da indenização.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALIERI FILHO, Sergio, Programa de responsabilidade civil, Ed. Atlas, 2007

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

PAMBLONA FILHO, Rodolfo. GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR DIAS, José de, Da responsabilidade civil, 11ª edição, Rio de Janeiro, Renovar, 2006.

LIMA, Alvino, Culpa e risco, Ed. RT., 1999.

NORONHA, Fernando, Direito das Obrigações, São Paulo: Saraiva, 2013.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL II**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. A trajetória Constitucional brasileira. A Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição da República Federativa de 1988. Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais: Dos Direitos e deveres

individuais e coletivos. Dos direitos sociais. Do direito de nacionalidade. Dos direitos de cidadania. Garantias Constitucionais. Da Ordem Social.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Luiz Alberto David. JUNIOR, Vidal Serrano Nunes. Curso de Direito Constitucional. 21.ed. São Paulo: Verbatim, 2017.

DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. 2.ed. Malheiros: São Paulo, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. — 5. ed. atual. até a EC 90/2015. — Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2016. Modo de acesso: <<http://www.stf.jus.br/aconstituicaoosupremo/>>.

SARMENTO, Daniel. NETO, Cláudio Pereira de Souza. Direito Constitucional. Teoria, história e métodos de trabalhos. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fórum, 2014.

SILVA, José Afonso da. O Constitucionalismo Brasileiro – Evolução Institucional. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos Fundamentais – conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2.ed. 4ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2017.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO II**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Ato Administrativo; Processo Administrativo; Licitação; Contratos Administrativos e Autocomposição na Administração Pública.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmkem Júris, 31ª , edição. 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRETELA, Júnior. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2001.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva. 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

LENZA, Pedro. Teoria geral da ação civil pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

#### **DIREITO PENAL III**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Teoria geral da parte especial. Os tipos penais e a proteção dos bens jurídicos.

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a organização do trabalho.

Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal parte especial. Vol. 2 e 3. São Paulo. Saraiva, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabrini - Manual de direito penal parte especial, vol. e, 32ª Ed. Editora Atlas, 2015.

ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal. Parte Especial. 11ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

PRADO, Luis Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Geral. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, 3v.

ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal. Parte Especial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

**TEORIA GERAL DO PROCESSO**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Noções introdutórias e históricas. O direito processual como ciência, suas características e fontes. Compreensão do fenômeno jurisdicional, do processo como instrumento da realização da jurisdição e da ação como provocação da jurisdição. Princípios gerais do direito processual. Tutela constitucional do processo. Jurisdição e princípios fundamentais. Noções de competência, ação e processo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALVIM, José Eduardo C. Elementos de Teoria Geral do Processo. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Novo Processo Civil. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* Teoria Geral do Processo. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo e outros. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2016.

LEAL, Rosemiro Pereira. Teoria Geral do Processo. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ROCHA, José de Albuquerque. Teoria geral do Processo. São Paulo: Atlas, 2016.

**DIREITO INDÍGENA**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Noções preliminares necessárias à introdução da temática indígena. Evolução Histórica do Direito Indigenista. Brasil Colônia, Império e República. A questão da escravidão, cidadania e terras. A Assembleia Nacional Constituinte. Os direitos constitucionais indígenas. Os instrumentos internacionais de proteção aos direitos dos povos indígenas. O Direito Indígena Contemporâneo. A demarcação de terras indígenas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**



CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil. História, Direitos e Cidadania. Claroenigma, 2013.

KAYSER, Hartmut-Emanuel. Direito dos Povos Indígenas do Brasil. Sergio Fabris, 2010.

MARÉS, Carlos Frederico Marés de Souza. O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito. Juruá, 1998.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da Questão Indígena. Estudos Avançados, 1994. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a16.pdf>>.

JUNQUEIRA, Carmen. Antropologia Indígena: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil. São Paulo: Educ, 1991.

MONTANARI JR., Isaias. Demarcação de Terras Indígenas e Cooperação Internacional. Juruá, 2013.

SANTILLI, Juliana. Os Direitos Indígenas e a Constituição. Porto Alegre. Editor Sergio Antonio Fabris, 1993.

SILVEIRA, Edson Damas. Meio Ambiente, Terras Indígenas e Defesa Nacional. Direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia Brasileira. Juruá, 2010.

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Direito e Justiça na América Indígena: da Conquista à colonização. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 1998.

<b>5º SEMESTRE</b>
--------------------

#### **DIREITO PENAL IV**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Lei das contravenções penais. Lei dos crimes hediondos. Lei do crime organizado. Lei da lavagem de dinheiro. Crimes de trânsito. Abuso de autoridade Crimes previstos no estatuto do desarmamento. Interceptação telefônica. Terrorismo. Tortura. Lei de drogas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Legislação penal especial. Vol. 4. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

JESUS, Damásio E de. Lei das Contravenções Penais Anotada. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação criminal especial comentada: volume único. 5ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

#### BILBIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

PRADO, Luis Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal. Parte Especial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005

#### **DIREITO CIVIL IV**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Teoria geral dos contratos. Conceito e requisitos. Classificações gerais. Formação, conteúdo, perfeição, interpretação, imprevisão e revisão dos contratos. Princípios fundamentais. Efeitos quanto às partes e terceiros. Compra e venda. Permuta. Doação. Locação. Empreitada. Empréstimo. Depósito. Mandato. Do transporte. Seguro. Jogo e aposta. Fiança. Contratos inominados. Figuras especiais. Declarações unilaterais de vontade: títulos ao portador, promessa de recompensa, gestão de negócios.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria das obrigações contratuais. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 3v.

VENOSA, Silvio de Salvo. Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 16ª ed., São Paulo: Atlas. 2016 2v. 4v.

GOMES, Orlando. Obrigações. 17 ed. rev., atual e aum. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BETTI, Emilio. Teoria geral das obrigações. Trad. Francisco José Galvão Bruno. Campinas: Bookseller, 2016

NORONHA, Fernando. Direito das obrigações: fundamento do direito das obrigações; introdução à responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: O processo penal no Estado Democrático de Direito. A humanização do processo penal. Princípios Constitucionais processuais penais e direitos fundamentais do acusado. Sistemas de processo penal. Fontes e interpretação da lei processual penal. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Inquérito Policial. Audiência de custódia. Jurisdição e Competências. Incidentes processuais. Prova. Ação civil *ex delicto*.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 23ª ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

GIACOMOLLI, Nereu José. O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica. 3ª ed, ver. Atual. E ampl. São Paulo: Atlas, 2016,

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 11ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código de Processo Penal*, 3.ª edição, UCP, Lisboa, 2009.

BELEZA, Teresa Pizarro - *Apontamentos de Processo Penal* (com a colaboração de outros autores), 3 volumes, AAFDL, Lisboa, 1995

.SILVA, Germano MARQUES DA - *Curso de Processo Penal*, 3 volumes, Verbo, Lisboa, vol. I (5ª ed.) 2008, vol. II (4ª ed.) 2008, vol. III (2ª ed.) 2000 .

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Das normas processuais civis. Da função jurisdicional. Dos Sujeitos do Processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Do Juiz e dos auxiliares da Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Defensoria Pública. Dos atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARENHART, Sérgio Cruz. MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 20ª ed. rev., reformulada e atualizada. São Paulo: Atlas. 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. Único. Salvador: JusPodivm, 2017.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Forense. Volumes: 01 a 03, 2016.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. Saraiva. Volumes: 01 a 03, 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de direito processual civil. 2016.

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL III**

**CARGA HORÁRIA:** 60 h

**EMENTA:** Da organização do Estado. Da estrutura básica da Federação. O Federalismo brasileiro e sua assimetria. Repartição de Competências dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. Da divisão orgânica do Poder: Poder Executivo. Poder Legislativo. Poder Judiciário. Das funções essenciais à justiça. Divisão Orgânica do Poder do Estado e Município. Direito Constitucional Estadual. A atuação estadual no processo de reforma da Constituição Federal.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ARAÚJO, Luiz Alberto David. JUNIOR, Vidal Serrano Nunes. Curso de Direito Constitucional. 21.ed. São Paulo: Verbatim, 2017.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. — 5. ed. atual. até a EC 90/2015. — Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2016. Modo de acesso: <<http://www.stf.jus.br/aconstituicao eosupremo/>>.

RORAIMA. Constituição. Constituição do Estado de Roraima. Modo de acesso: <[http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Leis\\_em\\_PDF/const.estadual.pdf](http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Leis_em_PDF/const.estadual.pdf)>

### **DIREITO ADMINISTRATIVO III**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Estado e Políticas Públicas. Ética e moralidade na Administração Pública. Improbidade administrativa. O combate à corrupção na Administração Pública. Ilícitos administrativos. Sindicância. Processo administrativo: conceito, requisitos, princípios, classificação, espécies e fases. Administração pública nos Poderes Judiciário e Legislativo e no Ministério Público. A atuação administrativa do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e dos tribunais de contas.

Perspectivas do direito administrativo.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmkem Júris, 31ª, edição. 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2016.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CRETELA, Júnior. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2001.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva. 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

LENZA, Pedro. Teoria geral da ação civil pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

**DIREITO DO TRABALHO**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Direito do trabalho: evolução histórica, conceito, natureza jurídica, fontes e princípios. Aplicação e interpretação das normas trabalhistas. Contrato de trabalho. Segurança e medicina do trabalho. Espécies de trabalhadores Salário e remuneração. Alterações das condições de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Duração do trabalho. Repouso semanal remunerado. Férias. Estabilidade. FGTS. Extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio. Organização Sindical. Liberdade Sindical e Representação de Trabalhadores nos Locais de Trabalho. Conflitos Coletivos de Trabalho. Autonomia Coletiva dos Grupos. Negociação Coletiva. Acordos e convenções coletivas. Formas de Composição de Conflitos Coletivos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 22ª ed. São Paulo: Atlas. 2006.  
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR. 2016  
RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de direito do trabalho. Curitiba: Juruá, 2015.  
SUSSEKIND, Arnaldo. MARANHÃO, Délio. VIANNA, Segadas. TEIXEIRA FILHO, João de Lima. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2015.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 19 ed. São Paulo: Saraiva. 2004.  
MARANHÃO, Délio; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.  
MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antônio Carlos. Introdução ao direito do trabalho. 8ª. ed., São Paulo: LTr, 2000.

**DIREITO CIVIL V**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: A constitucionalização da posse e da propriedade. Posse e sua proteção: classificação, aquisição, interditos possessórios, percepção dos frutos, retenção de benfeitorias, perda da posse. Propriedade e sua proteção: propriedade, classificação, aquisição

da propriedade móvel e imóvel, aquisição por usucapião, limitações do direito de propriedade, direito de vizinhança, condomínio ordinário e especial. Incorporação imobiliária, perda da propriedade. Direitos reais sobre coisa alheia. Usufruto. Uso. Habilitação. Renda constituída sobre imóvel. Servidão. Direitos de superfície. Enfitese. Direitos reais de garantia. Hipoteca. Penhor. Anticrese. Direitos reais de aquisição.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 4v.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2017, 5v.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. 17 ed. São Paulo: Atlas. 2016. 5v.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BETTI, Emilio. Teoria geral das obrigações. Trad. Francisco José Galvão Bruno. Campinas: Bookseller, 2016

GOMES, Orlando. Obrigações. 17 ed. rev., atual e aum. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil. São Paulo: RT. 2006. 4v.

NORONHA, Fernando. Direito das obrigações: fundamento do direito das obrigações; introdução à responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL II**

**CARGA HORÁRIA:** 60 h

**EMENTA:** As partes no processo penal. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Citações e intimações. Sentença. Procedimentos. O rito do júri. Nulidades. Recursos em espécie. Ações de impugnação. Reabilitação. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais. Carta rogatória.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 23ª ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 11ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

TOURINHO FILHO; Fernando Costa. Manual de Processo Penal. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código de Processo Penal*, 3.<sup>a</sup> edição, UCP, Lisboa, 2009.

BELEZA, Teresa Pizarro - *Apontamentos de Processo Penal* (com a colaboração de outros autores), 3 volumes, AAFDL, Lisboa, 1995

.SILVA, Germano MARQUES DA - *Curso de Processo Penal*, 3 volumes, Verbo, Lisboa, vol. I (5<sup>a</sup> ed.) 2008, vol. II (4<sup>a</sup> ed.) 2008, vol. III (2<sup>a</sup> ed.) 2000 .

**DIREITO CONSTITUCIONAL IV**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Controle de Constitucionalidade Federal e Estadual. Da Administração Pública. Das Finanças Públicas e do Orçamento. Da Ordem Econômica. Atos das disposições gerais. Atos das disposições constitucionais transitórias: definição, considerações gerais e dispositivos mais relevantes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ARAÚJO, Luiz Alberto David. JUNIOR, Vidal Serrano Nunes. *Curso de Direito Constitucional*. 21.ed. São Paulo: Verbatim, 2017.

BARROSO, Luis Roberto. *O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). *A Constituição e o Supremo* [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. — 5. ed. atual. até a EC 90/2015. — Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2016. Modo de acesso: <<http://www.stf.jus.br/aconstituicaoecosupremo/>>.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade*. Estudos de Direito Constitucional. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.



**DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Da tutela provisória. Do procedimento comum: da petição inicial; da improcedência liminar do pedido; da audiência de conciliação ou de mediação; da contestação; da reconvenção; da revelia; das providências preliminares e do saneamento; do julgamento conforme o estado de processo; da audiência de instrução e julgamento; das provas; da sentença e da coisa julgada; da liquidação de sentença. Do cumprimento de sentença.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARENHART, Sérgio Cruz. MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BODART, Bruno Vinícius da Rós. Tutela de Evidência: Teoria da Cognição, análise econômica do direito processual e comentários sobre o novo CPC. 2ª ed. rev., atual. e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. (Coleção Liebman/ coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier e Eduardo Talamini)

DONIZETTI, Elpidio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 20ª ed. rev., reformulada e atualizada. São Paulo: Atlas. 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. Único. Salvador: JusPodivm, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Forense. Volumes: 01 a 03, 2016.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. Saraiva. Volumes: 01 a 03, 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de direito processual civil. 2016.

**DIREITO ECONÔMICO**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Conceito, objeto, método e autonomia. Constituição econômica. Ordem jurídico-econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico. Empresa e poder econômico. Empresas estatais. Regime de economia de mercado. O Direito da concorrência. Órgãos

brasileiros de defesa da concorrência. Atuação do CADE e do Poder Judiciário na defesa da Concorrência.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Luiz Carlos Barnabé de. Introdução ao Direito Econômico. 4 ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

LEOPOLDINO DA FONSECA, João Bosco. Direito Econômico. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2017.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *O direito da concorrência e o Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Eugenio Rosa de. Direito Econômico. 4 ed. Impetus. 2010.

LEOPOLDINO DA FONSECA, João Bosco (Coord.). *Temas de Direito da Concorrência*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – Pós-graduação, 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei de proteção da concorrência: comentários à lei antitruste*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Forense, 2001.

<b>7º SEMESTRE</b>
--------------------

#### **DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Princípios processuais constitucionais. Análise processualística das seguintes ações: Mandado de segurança, *habeas corpus*, *habeas data* mandado de injunção e ação popular. Aspectos processuais das ações do Controle de constitucionalidade das leis: ADI, ADC, ADPF. A competência constitucional dos tribunais. Outros instrumentos processuais constitucionais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. 12ª edição. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2016.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Direito Processual Constitucional. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES Correia, Marcus Orione. Direito Processual Constitucional. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011

SIQUEIRA JR, Paulo Hamilton. Direito Processual Constitucional. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCÂNTARA MACHADO, Carlos Augusto. *Mandado de Injunção. Um instrumento de Efetividade da Constituição*. São Paulo: Atlas, 2014.

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. 2.ed. Malheiros: São Paulo, 2017.

ANDOLINA, Ítalo Augusto. O papel do processo na atuação do ordenamento constitucional e transnacional. *Revista de Processo*, n° 87/63-69.

APPIO, Eduardo. *Hábeas corpus no cível*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

#### **DIREITO CIVIL VI**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Do direito pessoal: do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração de bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Da tutela e da curatela. Da adoção e da guarda. Princípios gerais do direito sucessório. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2017. 5v e 6v.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Direito de família. São Paulo: Atlas. 2016. 6v e 7v..

LEITE, Eduardo de Oliveira. Estudos de Direito de Família e Pareceres de Direito Civil. Rio de Janeiro. Forense. 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol.VI - Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2015.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil. São Paulo: RT. 2004. 5v e 6v.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, 6v.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha . Princípios norteadores do direito de família. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Dos procedimentos especiais. Dos procedimentos de jurisdição voluntária. Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo de execução. Dos processos nos Tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais. Das disposições finais e transitórias.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARENHART, Sérgio Cruz. MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 20ª ed. rev., reformulada e atualizada. São Paulo: Atlas. 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. Único. Salvador: JusPodivm, 2017.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Forense. Volumes: 01 a 03, 2016.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. Saraiva. Volumes: 01 a 03, 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de direito processual civil. 2016.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

EMENTA: Direito processual do trabalho: histórico, conceito, princípios constitucionais fundamentais e princípios próprios, peculiaridades. Organização e competências da justiça do trabalho. Dissídios individuais. Audiência. Provas. Sentença. Procedimentos especiais. Recursos. Processo de execução. Dissídio coletivo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- CARRION, Valentin. Comentários à CLT. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GIGLIO, Wagner. Direito processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2015.
- MALTA, Chistovão Piragibe Tostes. Prática do processo trabalhista. São Paulo: LTr, 2015.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Atlas, 2016.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. 29ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- OLIVEIRA, Aristeu de. Cálculos Trabalhistas. São Paulo: Atlas. 2015
- SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr. 2014
- TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr. 2014

**DIREITO PROCESSUAL PENAL III**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Execução penal. Atribuições da Polícia Federal. Identificação criminal. Aspectos processuais da Interceptação telefônica, lavagem de dinheiro, organização criminosa e juízos colegiados. Deleção premiada e os modernos mecanismos de produção de prova. Violência doméstica e familiar contra mulher.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- CARVALHO, Natália Oliveira de. A deleção premiada no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Jures, 2009.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação criminal especial comentada: volume único. 5ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 11ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código de Processo Penal*, 3.ª edição, UCP, Lisboa, 2009.

BELEZA, Teresa Pizarro - *Apontamentos de Processo Penal* (com a colaboração de outros autores), 3 volumes, AAFDL, Lisboa, 1995

.SILVA, Germano MARQUES DA - *Curso de Processo Penal*, 3 volumes, Verbo, Lisboa, vol. I (5ª ed.) 2008, vol. II (4ª ed.) 2008, vol. III (2ª ed.) 2000 .

#### ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I – SIMULADA– CÍVEL I

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Análise teórica e prática jurídica cível através da forma de estruturação das peças jurídicas (introdução, desenvolvimento e conclusão). Modo de construção das peças jurídicas: Competência, do direito, dos fatos, do valor da causa. Produção de procuração *ad judícia*, declaração de insuficiência econômica e substabelecimento. Produção de peças a partir de situações hipotéticas. Produção de peças e recursos na área cível.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. *Prática no processo civil : cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos* 21. ed., rev. e atual. -- São Paulo: Atlas, 2017.

BERTOLO, José Gilmar. *Prática processual civil anotada*. 8. ed., rev., atual, 2017.

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. Técnica da petição inicial. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense – Processo Civil. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 2005.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO, Costa. Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Barueri-SP: Manole, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil v.2: processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2012.

### **ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I – REAL – CÍVEL I -**

**CARGA HORÁRIA:** 60 h

**EMENTA:** Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos estagiários no atendimento à população carente e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, simuladas ou não, em primeiro grau e em grau recursal. Acompanhamento processual. Exame de autos findos no NPJ. Simulação de audiências. Simulação de defesa oral. Participação em audiências de instrução e julgamento cíveis de primeiro grau e em julgamentos do pleno do tribunal de justiça, sendo esse fato comprovado por meio de certidão emitida pelo órgão judicial. Visitas acompanhadas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Mediação e conciliação.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil : cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos 21. ed., rev. e atual. -- São Paulo: Atlas, 2017.

BERTOLO, José Gilmar. Prática processual civil anotada. 8. ed., rev., atual, 2017.

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. Técnica da petição inicial. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense – Processo Civil. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 2005.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MACHADO, Costa. Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Barueri-SP: Manole, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil v.2: processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2012.

<b>8º SEMESTRE</b>
--------------------

**DIREITO TRIBUTÁRIO I**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: O Estado e o Poder de Tributar. Tributação, Direito Tributário e Tributo. Espécies Tributárias. Código Tributário Nacional. Normas Gerais de Direito Tributário. Sistema e Princípios Constitucionais Tributários. Limita es Constitucionais ao Poder de Tributar. Competência Tributária. Obriga o Tributária.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 21<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo. 8.ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar; MOTA, Sérgio R.Ferreira. Manual básico de Direito Tributário ilustrado, Fpolis: Editora Insular, 2016

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2013

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 7. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Renovar, 2000.

**DIREITO EMPRESARIAL I**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Conceito. Histórico. Atos de comércio. Comerciante: qualidade, prerrogativas e obriga es. Empresa e empresário. Registro de comércio. Propriedade industrial. Comerciante individual. Títulos de crédito no direito brasileiro.Arbitragem comercial.Comércio eletrônico. Comércio exterior.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**



COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva. 2016.  
 MARTINS, Fran; ABRAÃO, Carlos Henrique. Curso de Direito Comercial. 30ª ed. São Paulo: Forense. 2016.  
 REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva. 2015. 1 e 2v.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 13 ed., 2012.  
 MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 6 ed., 2012.  
 RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquemático. Rio de Janeiro: Método, 2 ed., 2012.

#### **DIREITO FINANCEIRO**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Definição e conteúdo do Direito Financeiro. Aspectos constitucionais. Competência legislativa. Princípios orçamentários. Atividade Financeira do Estado e sua evolução. Sistema Financeiro Nacional. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Responsabilidade Fiscal.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CREPALDI, Sílvio et al. Direito financeiro: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2009.  
 HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2015.  
 JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de direito financeiro e tributário. 14. ed.- Imprensa: São Paulo, Saraiva, 2016.  
 OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 7. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.  
 TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário - Imprensa: Rio de Janeiro, Renovar, 2013.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FURTADO, J. R. Caldas. Elementos de direito financeiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.  
 ROSA JR., Luiz Emygdio. Manual de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 1998.

SOUTO MAIOR BORGES, José. Introdução ao Direito Financeiro. São Paulo: Max Limonad, 1998.

### **ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA I - TCC I**

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA: Epistemologia do Conhecimento Científico. Sistematização do processo de pesquisa. Normas da ABNT. ELaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Especificidades do projeto de pesquisa na área do Direito. O projeto da monografia. Elaboração do projeto de pesquisa da monografia final do curso de Direito.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 14. Ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

CARNEIRO, Maria Francisca. Metodologia da aprendizagem: aspectos, questões e aproximações, Curitiba: Juruá, 2017

MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 8. Ed. São Paulo: Atlas.2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2016.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar um Projeto de Pesquisa. 4. Ed. São Paulo. Atlas, 2002.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 3. Ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa. 35. Ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

### **DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

CARGA HORÁRIA:60h

EMENTA: A sociedade internacional. Origens históricas do direito internacional público. Conceito, denominações e divisões. Relação entre o direito internacional público e o direito

interno. Fundamento e fontes do direito internacional público. Direito dos Tratados. Direito diplomático. Personalidade jurídica internacional. O Estado no direito internacional público. Contencioso internacional. Litígios internacionais, guerra e neutralidade. Organizações internacionais. Os indivíduos e o direito internacional. Domínio público internacional.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 9ª ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. Vol.I e II.

REZEK, J. F. Curso elementar de direito internacional público. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A obrigação universal de desarmamento nuclear. Brasília: Funag, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2000.

AGO, Roberto. Características gerais da Comunidade Internacional e do seu direito. Revista “Seqüência” – Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, n.º 56 (2008).

ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. Curso de Direito internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

### **ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II – SIMULADA – CÍVEL II**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Técnicas de estruturação das peças jurídicas (introdução, desenvolvimento e conclusão). Modo de construção das peças jurídicas: Competência, do direito, dos fatos, do valor da causa. Produção de peças a partir de situações hipotéticas. Produção de peças simuladas na área de direito constitucional, administrativo e tributário.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil : cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos 21. ed., rev. e atual. -- São Paulo: Atlas, 2017.

BERTOLO, José Gilmar. Prática processual civil anotada. 8. ed., rev., atual, 2017.

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. Técnica da petição inicial. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense – Processo Civil. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 2005.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de prática forense civil. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACHADO, Costa. Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Barueri-SP: Manole, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil v.2: processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 734 p.

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1v

### **ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II – REAL – CÍVEL II**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos estagiários no atendimento à população carente e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, simuladas ou não, em primeiro grau e em grau recursal. Acompanhamento processual. Exame de autos findos no NPJ. Simulação de audiências. Simulação de defesa oral. Participação em audiências de instrução e julgamento cíveis de primeiro grau e em julgamentos do pleno do tribunal de justiça, sendo esse fato comprovado por meio de certidão emitida pelo órgão judicial. Visitas acompanhadas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil : cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. 21. ed., rev. e atual. -- São Paulo: Atlas, 2017.

BERTOLO, José Gilmar. Prática processual civil anotada. 8. ed., rev., atual, 2017.

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. Técnica da petição inicial. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense – Processo Civil. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 2005.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de prática forense civil. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACHADO, Costa. Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Barueri-SP: Manole, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil v.2: processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 734 p.

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1v

<b>9º SEMESTRE</b>
--------------------

#### **DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A seguridade social. Lei e regulamento de custeio da previdência social. Lei e regulamento de benefícios de previdência social. Assistência social. A saúde. Previdência estatal. Regimes especiais de previdência. O Estado e o bem estar social. O não trabalho na constituição: direitos do cidadão. A seguridade social: o trabalhador público e privado. Receita da previdência. Contribuições da sociedade. Ações de natureza previdenciária: acidentes, doenças ocupacionais, revisão de pensões. Aposentadoria.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito da seguridade social previdência social, saúde e assistência social 3. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 20ª ed. Brasília: Impetus. 2015.

MAGALHÃES FILHO, Inácio. Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no serviço público. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. 36.ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PERSIANI, Mattia. Direito da Previdência Social. Trad. Coord. Wagner Balera. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

#### **DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Direito internacional privado. Noções básicas do direito internacional privado. Direito internacional privado e as disciplinas jurídicas afins. Conceito. Fontes. Codificação internacional. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos de lei no espaço. Cooperação internacional. Homologação de sentença estrangeira. Extradução. Os direitos fundamentais no âmbito do direito internacional privado.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Privado. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2017.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado – Teoria e Prática. 18.ed. São Paulo. Saraiva, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEL'OMO, Florisbal de Souza; JÚNIOR, Augusto Jaeger. Curso de Direito Internacional Privado. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

FRAGA, Milor. Comentários ao Estatuto do Estrangeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de direito internacional privado. 30v. São Paulo: Bookseller, 2002.

STRENGER. Direito Internacional Privado. São Paulo: LTr, 2005.

**DIREITO EMPRESARIAL II**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Sociedades empresariais. Sociedade não personificada. Sociedade em conta de participação. Da sociedade personificada. Da sociedade simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedade coligadas. Liquidação da sociedade. Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades. Sociedade dependente de autorização: sociedade nacional e estrangeira. Estabelecimento. Dos institutos complementares: registro, nome empresarial, prepostos, escrituração.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário; Rio de Janeiro: Renovar, 15ª edição. 2017.
- COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva. 2016.
- MARTINS, Fran; ABRAÃO, Carlos Henrique. Curso de Direito Comercial. 30ª ed. São Paulo: Forense. 2016.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva. 2015. 1 e 2v.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 13 ed., 2012.
- MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 6 ed., 2012.
- RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado. Rio de Janeiro: Método, 2 ed., 2012.

**DIREITO TRIBUTÁRIO II**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Crédito tributário e Lançamento. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Processo Administrativo e Judicial Tributário.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MARINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro. Administrativo e Judicial. 10.ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo. 8.ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BALTHAZAR, Ubaldo Cesar; MOTA, Sérgio R.Ferreira. Manual básico de Direito Tributário ilustrado, Fpolis: Editora Insular, 2016
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2013
- TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 7. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Renovar, 2000.

#### **ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA - TCC II**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Adequação da monografia às normas técnicas vigentes no país, aos regulamentos internos da UERR e ao vernáculo. Sistematização da pesquisa bibliográfica e documental. Realização do desenvolvimento e estruturação da monografia. Conclusão. Defesa da monografia.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 14. Ed. São Paulo: Saraiva. 2016.
- CARNEIRO, Maria Francisca. Metodologia da aprendizagem: aspectos, questões e aproximações, Curitiba: Juruá, 2017
- MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 8. Ed. São Paulo: Atlas.2017.
- MARTINS, Gilberto de Andrade Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2016.



**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BASTOS, Núbia Maria Garcia. Metodologia do Trabalho Acadêmico. 4.ed. Fortaleza: Nacional, 2007.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. (Org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica: Fundamentos e Técnicas. 9.ed. Campinas/SP: Papirus, 2000.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. O Método das Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa. 35. Ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KÖCHE, J. C. Fundamentos da Metodologia Científica: teoria da ciência e prática de pesquisa. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

**ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA REAL III - TRABALHISTA**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Orientação à população em matéria trabalhista. Audiências trabalhistas simuladas. Exames de autos findos em matéria trabalhista. Participação em audiências judiciais conforme resolução específica. Atendimento a população carente com orientação jurídica na esfera trabalhista.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BERTOLO, José Gilmar. Prática processual trabalhista anotada. 5. ed., rev. e atual. 2017.

CASTRO, Denilton Odair de. Guia prático do advogado trabalhista. 2. Ed. Mundo Jurídico, 2017.

PEREIRA, Leone. Prática trabalhista. 6. ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALMEIDA, André Luiz Paes de. Prática Trabalhista - Vol.7, 4ªEd. *Prática Forense, RT:Rio de Janeiro,2010*.

CORTEZ, Julpiano Chaves. Prática trabalhista - cálculos. 13. ed. São Paulo: LTr, 2002.

MARTINS, Adalberto. Manual didático de Direito Processual do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: Malheiros. 2006.

### **ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA III - TRABALHISTA**

EMENTA: Técnicas de realização de peças processuais trabalhistas. Trabalhos simulados e produção de peças trabalhistas simuladas: iniciais, contestações, recursos e outras intervenções processuais, etc.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- BERTOLO, José Gilmar. Prática processual trabalhista anotada. 5. ed., rev. e atual. 2017.
- CASTRO, Denilton Odair de. Guia prático do advogado trabalhista. 2. Ed. Mundo Jurídico, 2017.
- PEREIRA, Leone. Prática trabalhista. 6. ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- ALMEIDA, André Luiz Paes de. Prática Trabalhista - Vol.7, 4ªEd. *Prática Forense, RT:Rio de Janeiro,2010*.
- CORTEZ, Julpiano Chaves. Prática trabalhista - cálculos. 13. ed. São Paulo: LTr, 2002.
- MARTINS, Adalberto. Manual didático de Direito Processual do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: Malheiros. 2006.

<b>10º SEMESTRE</b>
---------------------

### **DIREITO EMPRESARIAL III**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Teoria geral do direito falimentar. Extraterritorialidade. Direito falimnetar no tempo. Requerimento de falência. Processo de falência. Sentença declaratória de falência. Efeitos. Responsabilidade dos sócios e administradores na falência da sociedade. Encerramento da falência. Extinção das obrigações. Recuperação judicial e extrajudicial da empresa.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CAMPINHO, Sergio. Falência e recuperação de empresa o novo regime da insolvência empresarial; Rio de Janeiro: Renovar, 2017. 8ª edição.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial; 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. Lei de falência e Recuperação de Empresas; 7.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

SALOMÃO, Luis Felipe. Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática; Rio de Janeiro: Forense, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 13 ed., 2012.

MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 6 ed., 2012.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquemático. Rio de Janeiro: Método, 2 ed., 2012.

**MEDICINA FORENSE****CARGA HORÁRIA: 30H**

EMENTA: Conceito de Medicina Forense; Perícias em geral; Peritos; Documentos Médico-Forense; Introdução ao Estudo da Medicina Legal; Perícia Médico-legal; Antropologia Médico-legal; Traumatologia Médico-legal; Periclitacão da Vida e da Saúde; Sexologia Criminal; Transtornos Sexuais e da Identidade Sexual; Gravidez, Parto e Puerpério; Aborto Legal e Aborto Criminoso; Investigação de Paternidade e Maternidade; Tanatologia Médico-legal; Deontologia Médica. Toxicologia forense; Lesões corporais leves, graves e gravíssimas; Identificação e distinção de Homicídios, suicídios e acidentes; Traumatologia forense; Asfixiologia forense.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALCÂNTARA, H. R. Perícia médica judicial. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

GALVÃO, Luis Carlos Cavalcante. Medicina legal. 2. ed. São Paulo: Editora Santos, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BINA, Ricardo Ambrosio Fazzani. Medicina legal. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CROCE JR., Delton. Manual de Medicina Legal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANÇA, Genival Veloso de. Fundamentos de medicina legal. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

**DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

CARGA HORÁRIA: 60H

**EMENTA**

A Tutela dos Direitos Difusos, coletivos e Individuais Homogêneos; Fundamentos de uma teoria geral de “novos direitos”, Direitos Fundamentais, inclusão e exclusão social na positivação dos direitos humanos e difusos; A dignidade da pessoa humana como axioma do Estado democrático de direito - “mulheres”, “homossexuais”, “transgêneros”, integrantes de “grupos étnico-raciais”, “crianças e adolescentes”, “idosos”, “estrangeiros” e “minorias religiosas” - Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Responsabilidade Penal. Política de Atendimento. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas e adoção; Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso; Portador de Necessidades Especiais; - Da ordem econômica: Vinculação da economia nacional a um sistema internacional financeiro e comercial; trabalho análogo ao de escravo; Direito do Consumidor Conceitos e princípios no Código de Defesa do Consumidor (CDC) Âmbito de aplicação das normas de Direito do Consumidor;

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo .Curso de Direito da Criança e do Adolescente - Aspectos Teóricos e Práticos - 10ª Ed. Saraiva, São Paulo, 2017;

MASSON, Cleber; ANDRADE, Adriano; ANDRADE, Landolfo Elsevier. Interesses Difusos e Coletivos - 7ª Ed. São Paulo: Ed. Método, 2017;

MIZZILLI, Hugo Nigro. Tutela Dos Interesses Difusos e Coletivos - 7ª Ed. Saraiva, São Paulo: 2014.

PIOVESAN, Flavia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional - 16ª Ed. Saraiva 2016

VALENÇA, Carolina Ferraz / Glauber Salomão Leite. Direito À Diversidade. Ed Atlas 2015

WOLKMER, Antonio Carlos & MORATO LEITE, José Rubens (orgs.). Os Novos Direitos no Brasil. 3ª ed. São Paulo, ed. Saraiva, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- ARAGÃO, Selma Regina. Direitos Humanos na Ordem Mundial. São Paulo, Forense, 2000.
- ARENDRT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- ATHAIDE, Austregésilo de & IKEDA, Daisaku. Direitos Humanos no Século XXI. São Paulo, 2ª ed., Record, 2001.
- CAMPOS, André; POCHMAN, Marico; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie. “Atlas da exclusão social no Brasil”. São paulo: Cortez, 2003. v. 2.
- CRUET, Jean. A Vida do Direito e a Inutilidade das Leis. Salvador, Edijur, 2a. ed., 1978.
- SMANIO, Gianpaolo Poggio. Interesses difusos e coletivos, São Paulo, Atlas, 2002.

**DIREITO AMBIENTAL**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Teoria geral do direito ambiental. Conceito. Fontes. Princípios. Campos de avaliação. O direito e os recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. As conferências internacionais sobre o meio ambiente e ecologia. O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Estudo de impacto ambiental. Meio ambiente urbano. Proteção jurídica de diversidades biológicas. Crimes ambientais. Políticas energéticas e meio ambiente. Terras indígenas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 19 ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2017.
- FARINHA, Renato. Direito Ambiental. São Paulo: CL Edjur, 2006.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 17ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- LISBOA, Roberto Sinise. Contratos difusos e coletivos. São Paulo: RT, 2000.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 24ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2016.

VENTURA, Vanderlei José; RAMBELLI, Ana Maria. Legislação federal sobre o meio ambiente. Taubaté/SP: Editora Vana, 1999.

## **PSICOLOGIA DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA: Psicologia e Psicologia Jurídica. Psicologia e Direito Civil. Psicologia, Infância e Juventude. Psicologia e Direito de Família. Psicologia, Direito Penal e Lei das Execuções Penais. Provas periciais, perícias e avaliações psicológicas e sua importância no processo. Noções de desenvolvimento da Personalidade Humana. Psicopatologia forense

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DIAZ, Miguel Clemente. Psicologia Jurídica. São Paulo: Pirâmide, 2017.

FIGLIOLI, José Osir. Psicologia jurídica / José Osir Figlioli, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini. – 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MACIEL, José Fábio Rodrigues, Psicologia Jurídica. Coleção Direito Vivo. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SPADONI, Lila. Psicologia realmente aplicada ao direito – 2 ed. São Paulo: Ltr. 2016.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BREITMAN, S. e PORTO, A. C. Mediação Familiar: uma intervenção em busca da paz. Porto Alegre: Criação Humana. 2001.

LOPEZ, Emílio Mira. Manual de Psicologia Jurídica. 2ª ed. Servanda, 2011.

ZIMMERMAN, David e COLTRO, Antônio Carlos Martins. Aspectos Psicológicos na prática jurídica. Campinas: Millennium. 2002.

## **DIREITO ELEITORAL**

CARGA HORÁRIA 60h

EMENTA: Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 1965 e respectivas atualizações). Domicílio eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade, efeitos e prazos. Recursos perante as juntas e juízos eleitorais e tribunais regionais. Crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral. Processo

penal eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação penal. Competência criminal em matéria eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. Lei das Eleições (Lei n. 9.504, de 1997).

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGRA, Walber de Moura. Manual prático de direito eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2016.  
 ALVIM, Frederico Franco. Curso de direito eleitoral. Curitiba: Juruá, 2016.  
 CHIMENTI, Ricardo Cunha. Direito Eleitoral. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.  
 BRASIL. Código Eleitoral. Código Eleitoral: Lei n. 4.737/65. Organização Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. *O que é voto distrital*. Porto Alegre: Fabris. 2014  
 DECOMAIN, Pedro Roberto. *Elegibilidade e inelegibilidade*. São Paulo: Dialética. 2012.  
 MEZZAROBA, Orides. Comentários ao Art. 17 da CF de 1988. In: CANOTILHO, J. J. A *Constituição Brasileira Comentada*. São Paulo: Saraiva, 2014.

### **ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA IV (PENAL)**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Instruções para elaboração de peças criminais a partir de situações hipotéticas de primeiro e segundo grau (recurso em sentido estrito, apelação, agravo em execução penal, correição parcial, etc.). Elaboração de *habeas corpus* e mandado de segurança criminal a partir de simulações.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEVECHI, Antonio. Prática Processual Penal. 9ª ed. Curitiba: Juruá. 2012.  
 SILVA, Davi André Costa, EBERHARDT, Marcos e GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Manual de Prática Penal. Teoria e Prática. 9ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017.  
 TOURINHO FILHO; Fernando Costa. Manual de Processo Penal. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DELMANTO, Celso. Código penal comentado. 6 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.  
 LUZ, Valdemar p. da. Manual do advogado. 21ª. Campinas: Conceito Editorial, 2008.

### **ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA REAL IV (PENAL)**

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Procedimentos: Comuns e Especial do Júri no Código de Processo Penal e Especiais, previstos em legislação extravagante. Análise de autos findos em matéria criminal Audiências de instrução de primeiro grau na vara criminal e sessões para julgamento criminal pelo tribunal, sendo essas audiências demonstradas por meio de certidão emitida pelo órgão judicial. Júri Simulado. Orientação à comunidade em questões criminais. Visitas ao Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Instituições Prisionais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DEVECHI, Antonio. Prática Processual Penal. 9ª ed. Curitiba: Juruá. 2012.  
 SILVA, Davi André Costa, EBERHARDT, Marcos e GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Manual de Prática Penal. Teoria e Prática. 9ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017.  
 TOURINHO FILHO; Fernando Costa. Manual de Processo Penal. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DELMANTO, Celso. Código penal comentado. 6 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.  
 LUZ, Valdemar p. da. Manual do advogado. 21ª. Campinas: Conceito Editorial, 2008.

### **15.1. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DISCIPLINA OPTATIVA**

#### **LIBRAS**

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Pressupostos teóricos sobre a sistematização da língua de sinal francesa e sua contribuição para a origem das LIBRAS. Fundamentação histórica, filosófica e cultural da Educação de Surdos no Brasil. Concepções do bilinguismo: português como segunda língua para surdos. Legislação brasileira vigente referente à Língua Brasileira de Sinais. Prática da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e os processos de pesquisa.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**



FERNANDES, Eulália, QUADROS, Ronice Muller de... [et al] Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FELIPE, Tânia A. Libras em Contexto: curso básico do estudante. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília.

QUADROS, Ronice Muller de; SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006 (Coleção pedagogia e educação).

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

2005 BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Nº 10.436. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal Nº 5.626. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2005.

### **16. VIGÊNCIA DO PPC REGRA DE TRANSIÇÃO E EQUIVALÊNCIAS**

O presente PPC passa a ser aplicado a partir da data da publicação da Resolução do Conselho Universitário que o aprovar e terá vigência por 15 (quinze) semestres, 07 (sete) anos e meio, prazo máximo de integralização da matriz curricular para os acadêmicos que ingressarem a partir do semestre 2018.1.

As disposições deste PPC alcançam todos os alunos matriculados no curso de Direito, ficando apenas resguardado o direito dos acadêmicos que ingressaram na vigência do anterior PPC a integralizarem a matriz daquele projeto (Anexo I), cujas disciplinas serão ofertadas regularmente para as referidas turmas até o semestre 2021.2, conforme ementário daquela matriz (Anexo II) sendo vedada a oferta de componentes curriculares em caráter extraordinário para os alunos que, por algum motivo, deixarem de integralizar o componente curricular no semestre em que for regularmente ofertado.

Os alunos que ingressaram antes da vigência deste PPC e que, porventura, até o semestre 2021.2 não integralizarem a matriz curricular antiga (Anexo I), deverão migrar para a matriz deste PPC, concluindo os demais componentes curriculares para a sua integralização, aplicando-se as equivalências aos componentes cursados.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

A fim de propiciar uma referência segura para o aproveitamento dos componentes curriculares é que a tabela seguinte estabelece equivalência de disciplinas na comparação entre as duas matrizes curriculares do Curso de Direito.

Quaisquer dissonâncias relacionadas à carga horária no momento da aplicação das equivalências serão sanadas mediante complementação de carga horária através de atividades extraclasse.

O Curso de Direito garantirá aos discentes, remanescentes da matriz curricular anterior, a integralização curricular devida.

**16.1. TABELA DE EQUIVALÊNCIAS**

Grade Nova	Grade Antiga
<p><b>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO</b> 1º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Noção de Direito: origem do direito. Direito e Moral. Direito, sociedade e Estado. Direito e justiça. Direito Natural e Direito Positivo. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Direito público, direito privado, direito social, direitos difusos e coletivos. As fontes do direito. Norma jurídica: espécies, processo legislativo, interpretação e integração. Teoria do Mínimo Ético. Teoria tridimensional do direito. Sistemas jurídicos ocidentais: <i>Common Law e Civil Law</i>. Hermenêutica Jurídica. Validade, vigência e eficácia da norma jurídica. Antinomias e lacunas legais. Hierarquia das normas. Relações jurídicas. Estudo da LINDB.</p>	<p><b>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO</b> 1º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: Noção de Direito: origem do direito. Direito e Moral. Direito, equidade e justiça. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. As fontes do direito. Teoria da Norma jurídica (interpretação e integração). Teoria do ordenamento jurídico. Teoria tridimensional do direito. Hermenêutica e propedêutica. Validade, vigência e eficácia da norma. Antinomias e lacunas. Hierarquia das normas. Relações jurídicas: sujeitos de direitos.</p>
<p><b>TEORIA ECONÔMICA E DIREITO</b> 1º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Análise histórica do pensamento econômico. Acumulação primitiva do capital, formação do mercado mundial e revoluções burguesas. Valor, distribuição e acumulação na teoria econômica clássica, o “<i>Laissez-faire</i>” e o Direito, liberalismo econômico (Adam Smith e David Ricardo). Dirigismo estatal Marxista, a crítica ao modelo econômico de Karl Marx: trabalho, mercadoria, valor, exploração, mais-valia. O Direito na teoria Marxista. Escola Econômica Keynesiana e a de Chicago. Direito, Política e Economia.</p>	<p><b>INTRODUÇÃO À ECONOMIA</b> 2º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: A fisiocracia: economia vista como uma ciência natural. Conceitos fundamentais de Economia Política. Evolução histórica do pensamento econômico: Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e Alfred Marshal. O equilíbrio do mercado. As leis da oferta e da procura. Custos de produção. Estruturas de mercado. A firmação e a distribuição da renda. A moeda. Cenários internacionais e comércio internacional. Globalização de mercados.</p>
<p><b>CRIMINOLOGIA</b> 1º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Conceito, método objeto, sistema e funções da Criminologia. História do pensamento criminológico. Criminologia do consenso e do conflito. Escola de Chicago. Associação Diferencial. Teoria da Anomia. Subcultura delinquente. Labelling Approach Prevenção do delito. Sistemas de reação do delito. Temas especiais de criminologia.</p>	<p>Não há equivalência.</p>
<p><b>REDAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA</b> 1º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Técnicas básicas de redação: uso da linguagem jurídica; Siglas e abreviaturas na linguagem jurídica. Vernáculo e brocardos em latim. Redação oficial. Decisões judiciais: a linguagem das decisões e da necessidade de ser compreendida. Redação de peças jurídicas.</p>	<p><b>COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA</b> 1º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: Estudo sobre a interatividade da linguagem e suas características discursivas; mecanismos de leitura e de produção textual.</p> <p><b>PORTUGUÊS JURÍDICO</b> 1º Semestre - 72h</p> <p>EMENTA: Comunicação jurídica. Vocabulário jurídico. Brocardos jurídicos e locuções latinas. A argumentação jurídica. Ética da argumentação: dialogicidade e impessoalidade. Tipos de argumentos:</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

	<i>ab auctoritate, ad hominem, exemplar, ad rem, ab absurdo, a contrario sensu, a pari, a fiori, a maior ad minus, a minor ad maius, por entinema, a priori e a posteriori.</i> Retórica. A linguagem judicial: teoria e prática dos textos jurídicos.
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO 1º Semestre – 60h EMENTA: Iniciação ao pensamento científico. Ciência e conhecimento científico: o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. O método científico: a questão do método, métodos científicos, métodos e técnicas de pesquisa social. Organização do trabalho acadêmico, registro de informações e normas da ABNT. Redação de textos de divulgação científica.	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO 1º Semestre - 72h EMENTA: A Universidade: compreensão da importância dos estudos no ensino superior. A leitura, análise e interpretação de textos na vida acadêmica. Técnicas de leitura: análise textual, temática, interpretativa e problematização. Métodos de estudo: fichamento, resenhas e mapa conceitual. As normas da ABNT e sua aplicação na organização do trabalho científico. Etapas do projeto de pesquisa.
HISTÓRIA DO DIREITO 1º Semestre – 60h EMENTA: A História do Direito. Direito Antigo, Direito Romano, Direito Medieval, Direito Anglo-saxônico, Direito Contemporâneo. História e Instituições Jurídica. História do Direito no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Imperial e Brasil Republicano.	DIREITO ROMANO 1º Semestre – 72h EMENTA: O Direito Romano: história, organização social, órgãos políticos, fontes e divisão do direito. Instituições de Direito Romano. O Direito Romano e o Direito Civil brasileiro: Direito de Família: o <i>status familiae</i> . Direito das Coisas, Direito das Obrigações e Direito das Sucessões. Aspectos relevantes da história do direito (gênese e desenvolvimento). Evolução história dos direitos fundamentais.
DIREITO CIVIL I 2º Semestre – 60h EMENTA: Das pessoas naturais e jurídicas: personalidade, capacidade, ausência, constituição, domicílio, sucessão provisória e definitiva; dos bens: públicos, considerados em si mesmo, movei e imóveis, fungíveis e consumíveis, divisíveis, singulares e coletivos, reciprocamente considerados; dos fatos jurídicos: representação, condição, termo e encargo, dos defeitos do negócio jurídico, erro ou ignorância, dolo, coação e estado de perigo, lesão, fraude contra credores e invalidade do negócio jurídico, dos atos jurídicos lícitos e ilícitos, da prescrição e decadência e provas.	DIREITO CIVIL I – Parte Geral 3º Semestre - 72 h EMENTA: introdução ao Direito Civil. Fonte do Direito. Lei de Introdução ao Código Civil. Sujeitos de Direito. Objeto das Relações Jurídicas. Dos Fatos, Atos e Negócios Jurídicos. Do Ato Ilícito. Da prescrição e da decadência.
TEORIA GERAL DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA 2º Semestre – 60h EMENTA: Evolução das instituições e do pensamento político. Teorias sobre a origem da sociedade humana. Origem, nascimento, evolução histórica e extinção do Estado. Elementos essenciais do Estado. As relações entre o Estado e o Direito. Formas de Estado, formas e sistemas de governo. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Problemas do Estado Contemporâneo.	CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO 2º Semestre – 72h EMENTA: A ciência política. As relações entre o Estado, o Poder e o Direito. Origem e evolução dos Estados. Formas de Estado, formas e sistemas de governo e regimes políticos. As principais mudanças políticas no Brasil e América Latina. O Estado moderno e os direitos fundamentais.
DIREITO PENAL I 2º Semestre – 60h EMENTA: História, fundamentos, definição e delimitação do Direito Penal. Princípios Limitadores do	DIREITO PENAL I – Parte Geral 4º Semestre: 72 h EMENTA: Introdução crítica, histórica e conceitual, fontes (princípios e regras/normas) do Direito Penal.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>Poder Punitivo. Teoria da Norma Penal. Lei Penal no Tempo. Lei Penal no Espaço. Conflito aparente de Normas. Teoria Geral do Delito. Conceito de Crime. Conduta Punível. Tipicidade Penal. Ilicitude Penal. Culpabilidade Penal. Erro de Tipo e de Proibição. Tentativa. Concurso de Crimes.</p>	<p>Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Disposições gerais do código. Teoria geral do crime (tipicidade, ilicitude e culpabilidade). Concurso de pessoas. Concurso de crimes.</p>
<p><b>SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO</b> 2º Semestre – 60h. EMENTA: Sociologia Geral. O problema da autonomia: O Feticismo. O Biologismo. O Psicologismo. O Sociologismo. O problema do objeto: Sociologia Enciclopédica e Sociologia Especial. Sociologia Material ou Cultural e Sociologia Formal. Sociologia Naturalista e Culturalista, O problema do método da sociologia. A sociologia jurídica. Fundadores. Objeto. Teorias sociológicas do Direito. Antropologia Jurídica. Pluralismo Jurídico. Escolas antropológicas. Concepções de cultura.</p>	<p><b>SOCIOLOGIA JURÍDICA E ANTROPOLOGIA</b> 2º Semestre - 72 h EMENTA: O positivismo. Organicismo. Cientificismo. Darwinismo Social. Ordem e Progresso. DURKHEIM. O fato social. Consciência coletiva. Tipos de fatos sociais. O papel do cientista. A evolução e a coesão social de MAX WEBER. A sociedade sob uma perspectiva histórica. A ação social: uma ação com sentido. Tipos puros de ações sociais. História e totalidade, materialismo histórico. As classes sociais. A origem histórica do capitalismo. O salário. O trabalho, valor e lucro. Antropologia. Conceito de alteridade, etnia e cultura.</p>
<p><b>FILOSOFIA DO DIREITO</b> 2º Semestre – 60h EMENTA: Noções de Filosofia. A Filosofia e suas implicações no estudo do Direito. Positivismo Jurídico e Jusnaturalismo. Principais pensadores da Filosofia do Direito. Hermenêutica jurídica. Métodos de interpretação. Tipos de interpretação. Interpretação e integração. Argumentação. Aplicação do Direito. Tipologia dos argumentos jurídicos. Razoabilidade da decisão. Hermenêutica e jurisprudência.</p>	<p><b>FILOSOFIA DO DIREITO</b> 2º Semestre - 72h EMENTA: Evolução histórica da Jusfilosofia. Conceito, significado e âmbito da Filosofia Jurídica. As idéias filosóficas sobre Justiça e Direito. A Filosofia Jurídica e a Igualdade formal e material. Direito Natural e Direito Positivo no pensamento clássico, no pensamento medieval e no pensamento dos séculos XVII e XVIII. Direito Natural Dogmático. Racionalismo jurídico. O normativismo na Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen: análise crítica. Abordagem Zetéctica do Direito. Abordagem Dogmática do Direito.</p>
<p><b>DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b> 2º SEMESTRE-60H EMENTA: Origem histórica dos direitos humanos. Direitos fundamentais e direitos humanos, uma questão conceitual. Características dos direitos humanos. Princípio da dignidade humana. Os tratados internacionais de direitos humanos e sua incorporação no ordenamento jurídico brasileiro. Questões polêmicas do Estatuto de Roma e Tribunal Penal Internacional. Meio ambiente e direitos humanos. Direitos humanos, ações afirmativas e grupos vulneráveis. Política Nacional de Direitos Humanos. Lei de Migração e direitos humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH. Direitos humanos, segurança pública e cidadania.</p>	<p>Não há equivalência.</p>
<p><b>DIREITO CIVIL II</b> 3º Semestre – 60h EMENTA: Introdução ao Direito das Obrigações. Classificação das obrigações. Modos de extinção das</p>	<p><b>DIREITO CIVIL II – Obrigações I</b> 4º Semestre - 72 h EMENTA: Introdução ao Direito das Obrigações. Noção de obrigação. Fontes das obrigações.</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>obrigações: pagamento, pagamento por consignação. Pagamento com sob-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Transação. Confusão. Remissão das dívidas. Extinção da relação obrigacional sem pagamento. Conseqüências da inexecução das obrigações por fato imputável ao devedor: inadimplemento voluntário. Mora, perdas e danos. Cláusula penal. Transmissão das obrigações.</p>	<p>Classificação das obrigações. Efeitos das obrigações. Modos de extinção das obrigações: pagamento, pagamento por consignação. Pagamento com sob-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Transação. Confusão. Remissão das dívidas.</p>
<p>DIREITO PENAL II 3º Semestre – 60h EMENTA: Princípios Gerais da Pena. Penas Privativas de Liberdade. Penas Restritivas e Direito. Penas Pecuniárias. Aplicação da Pena. Concurso de Crimes. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Medidas de Segurança. Extinção da Punibilidade. Prescrição.</p>	<p>DIREITO PENAL II 5º Semestre - 72 h EMENTA: Teoria das penas. Sistema das penas. As penas no direito penal brasileiro. Benefícios penais: da suspensão condicional da pena, do livramento condicional e da reabilitação. A aplicação e individualização da pena: dosimetria penal. As medidas de segurança. Efeitos da condenação. Punibilidade e causas de extinção.</p>
<p>ÉTICA GERAL E DAS PROFISSÕES JURÍDICAS 3º Semestre – 60h EMENTA: A questão ética fundamental: o fenômeno humano e a liberdade. As relações entre ética e direito. Da Deontologia Jurídica. A ética profissional na atividade da Magistratura, Ministério Público e advocacia. O Estatuto da OAB e o Código de ética e disciplina. Advocacia pública e privada. Da bioética.</p>	<p>ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL 3º Semestre - 72 h. EMENTA: A ética: objeto e relação com as outras ciências. A Deontologia jurídica. A ética e o direito. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. A ética e a globalização.</p>
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO I 3º Semestre – 60h EMENTA: Atividades e funções do Estado. O direito administrativo: sua posição, fontes, conceito e sua codificação. Sujeitos de direito administrativo. A administração pública direta e indireta. Entidades administrativas e órgãos públicos. Federação e descentralização administrativa. Teoria geral do serviço público. Poder de polícia. Servidores Públicos: Agentes administrativos e agentes políticos. Responsabilidade do Estado pelos atos de seus agentes.</p>	<p>DIREITO ADMINISTRATIVO I 9º Semestre - 72 h EMENTA: Atividades e funções do Estado. O direito administrativo: sua posição, fontes, conceito e sua codificação. Sujeitos de direito administrativo. Pessoas administrativas. A administração pública. Teoria geral do serviço público. Poder de polícia. Agentes administrativos. Responsabilidade do Estado pelos atos de seus agentes. Perspectivas do direito administrativo.</p>
<p>DIREITO CONSTITUCIONAL I 3º Semestre – 60h EMENTA: A Constituição. O Constitucionalismo. Poder Constituinte. Poder Constituinte Originário. Poder Constituinte Derivado. Mutação Constitucional. Das normas constitucionais. Espécies. Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação Constitucional. Elementos tradicionais de interpretação. Elementos atuais. Princípios específicos de interpretação constitucional.</p>	<p>TEORIA DA CONSTITUIÇÃO 2º Semestre - 72 h EMENTA: Constitucionalismo: conceitos, origem e evolução histórica. Características do constitucionalismo. Classificação das constituições. Formação constitucional no Brasil. A Constituição como sistema aberto de normas. Princípios e regras. A supremacia jurídica das constituições. Hermenêutica e interpretação. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. O Poder Constituinte (originário, derivado e decorrente). Mudanças constitucionais. Limites do poder constituinte.</p>
<p>DIREITO INDÍGENA 3º Semestre – 60h</p>	<p>DIREITO INDÍGENA 10º Semestre - 36 h</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>EMENTA: Noções preliminares necessárias à introdução da temática indígena. Evolução Histórica do Direito Indigenista. Brasil Colônia, Império e República. A questão da escravidão, cidadania e terras. A Assembleia Nacional Constituinte. Os direitos constitucionais indígenas. Os instrumentos internacionais de proteção aos direitos dos povos indígenas. O Direito Indígena Contemporâneo. A demarcação de terras indígenas.</p>	<p>EMENTA: Conceito de Direito Indígena. Evolução Histórica do Direito Indigenista. O Direito Indígena Contemporâneo.</p>
<p>DIREITO CIVIL III 4º Semestre – 60h EMENTA: Noções gerais de responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil. Causas excludentes da responsabilidade civil subjetiva. Responsabilidade civil objetiva. Responsabilidade civil por ato de terceiro. Responsabilidade civil pelo fato da coisa ou do animal. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil contratual. Da indenização.</p>	<p>DIREITO CIVIL III – OBRIGAÇÕES II. 5º Semestre - 72 h EMENTA: Extinção da relação obrigacional sem pagamento. Conseqüências da inexecução das obrigações por fato imputável ao devedor: inadimplemento voluntário. Mora, perdas e danos. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Noções gerais de responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil. Causas excludentes da responsabilidade civil subjetiva. Responsabilidade civil objetiva. Responsabilidade civil por ato de terceiro. Responsabilidade civil pelo fato da coisa ou do animal. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil contratual. Da indenização.</p>
<p>DIREITO CONSTITUCIONAL II 4º Semestre – 60h EMENTA: Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. A trajetória Constitucional brasileira. A Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição da República Federativa de 1988. Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais: Dos Direitos e deveres individuais e coletivos. Dos direitos sociais. Do direito de nacionalidade. Dos direitos de cidadania. Garantias Constitucionais. Da Ordem Social.</p>	<p>DIREITO CONSTITUCIONAL I 4º Semestre: 72 h EMENTA: teoria dos direitos e garantias fundamentais. Remédios constitucionais. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Ordem econômica, financeira e social.</p>
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO II 4º Semestre – 60h EMENTA: Dos atos administrativos: conceito, características, classificação, requisitos, invalidade, atos nulos e anuláveis. Da licitação. Dos contratos administrativos: conceito, espécies, controle e fiscalização. Do controle da administração pública: conceito, modalidade, privilégios da administração pública em juízo. Limitações da propriedade privada. Desapropriação. Domínio público. Bens públicos. Recursos naturais. Perspectivas do direito administrativo.</p>	<p>DIREITO ADMINISTRATIVO II 10º Semestre - 72 h EMENTA: Dos atos administrativos: conceito, características, classificação, requisitos, invalidade, atos nulos e anuláveis. Da licitação. Dos contratos administrativos: conceito, espécies, controle e fiscalização. Do controle da administração pública: conceito, modalidade, privilégios da administração pública em juízo. Limitações da propriedade privada. Desapropriação. Domínio público. Bens públicos. Recursos naturais. Perspectivas do direito administrativo.</p>
<p>DIREITO PENAL III 4º Semestre – 60h EMENTA: Teoria geral da parte especial. Os tipos penais e a proteção dos bens jurídicos. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes</p>	<p>DIREITO PENAL III – PARTE ESPECIAL 6º Semestre - 72 h EMENTA: Teoria geral da parte especial. Os tipos penais e a proteção dos bens jurídicos. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Lesões corporais. Periclitamento da saúde e a vida. Rixa. Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade individual. Crimes</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.</p>	<p>contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito as mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família.</p>
<p>TEORIA GERAL DO PROCESSO 4º Semestre – 60h EMENTA: Noções introdutórias e históricas. O direito processual como ciência, suas características e fontes. Compreensão do fenômeno jurisdicional, do processo como instrumento da realização da jurisdição e da ação como provocação da jurisdição. Princípios gerais do direito processual. Tutela constitucional do processo. Jurisdição e princípios fundamentais. Noções de competência, ação e processo.</p>	<p>TEORIA GERAL DO PROCESSO 3º Semestre - 72 h EMENTA: Noções introdutórias e históricas. O direito processual como ciência, suas características e fontes. Compreensão do fenômeno jurisdicional, do processo como instrumento da realização da jurisdição e da ação como provocação da jurisdição. Princípios gerais do direito processual. Tutela constitucional do processo. Jurisdição e princípios fundamentais.</p>
<p>DIREITO AGRÁRIO 4º Semestre – 60h EMENTA: Conceito do direito agrário e atividade agrária. Fundamentos econômicos e sociais. As grandes diretrizes jurídicas: reforma agrária e desenvolvimento rural. A reforma agrária no Brasil. A função social da propriedade rural. Terras públicas e terras particulares. Áreas de conflito de terras. Imóvel rural. A "propriedade familiar". Módulo rural. Empresa rural; O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Colonização - pública e particular. Incentivos e legislação pertinente. A Transamazônica e o processo colonizador. Imigração. As migrações internas e o êxodo rural; A desapropriação para fins da Reforma Agrária; A função do imposto territorial rural - ITR; Uso ou posse temporária da terra. O arrendamento rural. A parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa.</p>	<p>DIREITO AGRÁRIO 8º Semestre - 36 h EMENTA: Objeto, autonomia e fontes do Direito Agrário. Institutos jurídicos agrários. Reforma agrária. Institutos básicos. Imóvel Rural. Contratos agrários. Posse agrária. Usucapião Especial. Zoneamento e Cadastro. Colonização. Tributação da Terra. Legitimação de Posse. Assistência à Economia Rural. Cooperativismo. Crédito Rural. Política Agrícola. Contratos Agrários.</p>
<p>DIREITO PENAL IV 5º Semestre – 60h EMENTA: Lei das contravenções penais. Lei dos crimes hediondos. Lei do crime organizado. Lei da lavagem de dinheiro. Crimes de trânsito. Abuso de autoridade Crimes previstos no estatuto do desarmamento. Interceptação telefônica. Terrorismo. Tortura. Lei de drogas.</p>	<p>DIREITO PENAL IV 7º Semestre - 72h EMENTA: Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Contravenções penais. Direito penal econômico. Direito penal ambiental. Outras leis penais especiais: tóxicos, segurança nacional, abuso de autoridade, crimes de responsabilidade, lei de imprensa, sonegação fiscal, lei dos crimes hediondos, lei de tortura, terrorismo. Interceptação telefônica e crime organizado.</p>
<p>DIREITO CIVIL IV 5º Semestre – 60h EMENTA: Teoria geral dos contratos. Conceito e requisitos. Classificações gerais. Formação, conteúdo, perfeição, interpretação, imprevisão e revisão dos contratos. Princípios fundamentais. Efeitos quanto às partes e terceiros. Compra e venda. Permuta. Doação. Locação. Empreitada. Empréstimo. Depósito. Mandato. Do transporte. Seguro. Jogo e aposta. Fiança. Contratos</p>	<p>DIREITO CIVIL IV – CONTRATOS 6º Semestre - 72 h EMENTA: Teoria geral dos contratos. Conceito e requisitos. Classificações gerais. Formação, conteúdo, perfeição, interpretação, imprevisão e revisão dos contratos. Princípios fundamentais. Efeitos quanto às partes e terceiros. Compra e venda. Permuta. Doação. Locação. Empreitada. Empréstimo. Depósito. Mandato. Do transporte. Seguro. Jogo e</p>



## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>inominados. Figuras especiais. Declarações unilaterais de vontade: títulos ao portador, promessa de recompensa, gestão de negócios.</p>	<p>aposta. Fiança. Contratos inominados. Figuras especiais. Declarações unilaterais de vontade: títulos ao portador, promessa de recompensa, gestão de negócios.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL I 5º Semestre – 60h EMENTA: O processo penal no Estado Democrático de Direito. A humanização do processo penal. Princípios Constitucionais processuais penais e direitos fundamentais do acusado. Sistemas de processo penal. Fontes e interpretação da lei processual penal. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Inquérito Policial. Audiência de custódia. Jurisdição e Competências. Incidentes processuais. Prova. Ação civil <i>ex delicto</i>.</p>	<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL I 5º Semestre - 72 h EMENTA: Princípios processuais penais e direitos fundamentais do acusado. Noções. Denominação. Conceito. Objeto. Fontes. Evolução histórica. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Inquérito Policial. Da denúncia ou queixa. Ação Penal. Sujeitos do processo. Competências. Conflitos de jurisdição. Questões e processos incidentes. O processo: interrogatório, vítima, testemunhas, documentos, perícias, indícios e reconhecimento. Prova. Ação civil <i>ex delicto</i>.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL I 5º Semestre – 60h EMENTA: Das normas processuais civis. Da função jurisdicional. Dos Sujeitos do Processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Do Juiz e dos auxiliares da Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Defensoria Pública. Dos atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo.</p>	<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL I 4º Semestre - 72 h EMENTA: Das partes. Da assistência e do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Dos órgãos judiciários e auxiliares da justiça. Competência, as regras constitucionais e as justiças especiais. As garantias constitucionais do juiz. Os serventários e o oficial de justiça. O perito. O depositário. O interprete dos atos processuais. Das nulidades processuais.</p>
<p>DIREITO CONSTITUCIONAL III 5º Semestre – 60h EMENTA: Da organização do Estado. Da estrutura básica da Federação. O Federalismo brasileiro e sua assimetria. Repartição de Competências dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. Da divisão orgânica do Poder: Poder Executivo. Poder Legislativo. Poder Judiciário. Das funções essenciais à justiça. Divisão Orgânica do Poder do Estado e Município. Direito Constitucional Estadual. A atuação estadual no processo de reforma da Constituição Federal.</p>	<p>DIREITO CONSTITUCIONAL II 5º Semestre - 72 h EMENTA: Estrutura e organização do Estado brasileiro. Direito constitucional estadual e municipal. Organização dos poderes: executivo, legislativo e judiciário. Do processo legislativo. Do controle de constitucionalidade das leis. Funções essenciais à justiça. Tributação e orçamento. O STF como guardião supremo da constituição.</p>
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO III 5º Semestre – 60h EMENTA: Estado e Políticas Públicas. Ética e moralidade na Administração Pública. Improbidade administrativa. O combate à corrupção na Administração Pública. Ilícitos administrativos. Sindicância. Processo administrativo: conceito, requisitos, princípios, classificação, espécies e fases. Administração pública nos Poderes Judiciário e Legislativo e no Ministério Público. A atuação administrativa do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e dos tribunais de contas. Perspectivas do direito administrativo.</p>	<p>Não há equivalência.</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>DIREITO DO TRABALHO 6º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Direito do trabalho: evolução histórica, conceito, natureza jurídica, fontes e princípios. Aplicação e interpretação das normas trabalhistas. Contrato de trabalho. Segurança e medicina do trabalho. Espécies de trabalhadores Salário e remuneração. Alterações das condições de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Duração do trabalho. Repouso semanal remunerado. Férias. Estabilidade. FGTS. Extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio. Organização Sindical. Liberdade Sindical e Representação de Trabalhadores nos Locais de Trabalho. Conflitos Coletivos de Trabalho. Autonomia Coletiva dos Grupos. Negociação Coletiva. Acordos e convenções coletivas. Formas de Composição de Conflitos Coletivos.</p>	<p>DIREITO DO TRABALHO I 6º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: Direito do trabalho: evolução histórica, conceito, divisão e fontes. Princípios do direito do trabalho. Aplicação e interpretação das normas de direito do trabalho. Direito internacional do trabalho. Indisponibilidade e flexibilização de direitos trabalhistas. Contrato de trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho (empregado e empregador). Segurança e medicina do trabalho. Fiscalização do trabalho. Trabalho da mulher. Trabalho da criança e do adolescente. Trabalhador rural. Nacionalização do trabalho. Salário e remuneração. Alterações das condições de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.</p> <p>DIREITO DO TRABALHO II CARGA HORÁRIA: 72 h</p> <p>EMENTA: Duração do trabalho: jornada. Intervalos para descanso. Repouso semanal remunerado. Férias. Estabilidade. Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio. Assistência na rescisão do contrato de trabalho. Direito coletivo do trabalho. Organização sindical. Liberdade sindical. Representação dos trabalhadores nas empresas. Negociação coletiva. Autonomia privada coletiva. Convenções e acordos coletivos. Contrato coletivo de trabalho. Conflitos coletivos. Greve</p>
<p>DIREITO CIVIL V 6º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: A constitucionalização da posse e da propriedade. Posse e sua proteção: classificação, aquisição, interditos possessórios, percepção dos frutos, retenção de benfeitorias, perda da posse. Propriedade e sua proteção: propriedade, classificação, aquisição da propriedade móvel e imóvel, aquisição por usucapião, limitações do direito de propriedade, direito de vizinhança, condomínio ordinário e especial. Incorporação imobiliária, perda da propriedade. Direitos reais sobre coisa alheia. Usufruto. Uso. Habilitação. Renda constituída sobre imóvel. Servidão. Direitos de superfície. Enfitéuse. Direitos reais de garantia. Hipoteca. Penhor. Anticrese. Direitos reais de aquisição.</p>	<p>DIREITO CIVIL V – DIREITO DAS COISAS 7º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: A constitucionalização da posse e da propriedade. Posse e sua proteção: classificação, aquisição, interditos possessórios, percepção dos frutos, retenção de benfeitorias, perda da posse. Propriedade e sua proteção: propriedade, classificação, aquisição da propriedade móvel e imóvel, aquisição por usucapião, limitações do direito de propriedade, direito de vizinhança, condomínio ordinário e especial. Incorporação imobiliária, perda da propriedade. Direitos reais sobre coisa alheia. Usufruto. Uso. Habilitação. Renda constituída sobre imóvel. Servidão. Direitos de superfície. Enfitéuse. Direitos reais de garantia. Hipoteca. Penhor. Anticrese. Direitos reais de aquisição.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL II 6º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: As partes no processo penal. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Citações e intimações. Sentença. Procedimentos. O rito do júri. Nulidades.</p>	<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL II 6º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: Prisão cautelar e liberdade provisória. Citações, intimações e notificações. Processo: comum da competência do juiz singular. O tribunal do júri. Processo nos crimes: de imprensa, da honra, falimentares, de tóxicos e abuso de autoridade.</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>Recursos em espécie. Ações de impugnação. Reabilitação. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais. Carta rogatória.</p>	<p>Sentença. Juizados especiais criminais. Nulidades processuais. Recursos. Embargos: especial, extraordinário e ordinário constitucional. Revisão criminal, <i>habeas corpus</i>, mandado de segurança e correição parcial. Lei de execução penal.</p>
<p>DIREITO CONSTITUCIONAL IV 6º Semestre – 60h EMENTA: Controle de Constitucionalidade Federal e Estadual. Da Administração Pública. Das Finanças Públicas e do Orçamento. Da Ordem Econômica. Atos das disposições gerais. Atos das disposições constitucionais transitórias: definição, considerações gerais e dispositivos mais relevantes.</p>	<p>Não há equivalência.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL II 6º Semestre – 60h EMENTA: Da tutela provisória. Do procedimento comum: da petição inicial; da improcedência liminar do pedido; da audiência de conciliação ou de mediação; da contestação; da reconvenção; da revelia; das providências preliminares e do saneamento; do julgamento conforme o estado de processo; da audiência de instrução e julgamento; das provas; da sentença e da coisa julgada; da liquidação de sentença. Do cumprimento de sentença.</p>	<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL II 5º Semestre - 72 h EMENTA: Processo comum ordinário e sumário: fase postulatória, instrutória e decisória. Coisa julgada como direito fundamental. A coisa soberanamente julgada. Dos juizados especiais. Da ação rescisória. Do princípio e garantia do contraditório. Dos meios de prova. A prova ilícita e sua proibição no ordenamento jurídico brasileiro. Dos recursos. Do princípio do duplo grau de jurisdição.</p>
<p>DIREITO ECONÔMICO 6º Semestre – 60h EMENTA: Conceito, objeto, método e autonomia. Constituição econômica. Ordem jurídico-econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico. Empresa e poder econômico. Empresas estatais. Regime de economia de mercado. O Direito da concorrência. Órgãos brasileiros de defesa da concorrência. Atuação do CADE e do Poder Judiciário na defesa da Concorrência.</p>	<p>Não há equivalência.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL 7º Semestre – 60h EMENTA: Princípios processuais constitucionais. Análise processualística das seguintes ações: Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i>, <i>habeas data</i>, <i>mandado de injunção</i> e <i>ação popular</i>. Aspectos processuais das ações do Controle de constitucionalidade das leis: ADI, ADC, ADPF. A competência constitucional dos tribunais. Outros instrumentos processuais constitucionais.</p>	<p>DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL 10º Semestre - 72 h EMENTA: Princípios processuais constitucionais. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>. Controle de constitucionalidade das leis. A competência constitucional dos tribunais. O papel da cidadania e do processo na Constituição. Outros instrumentos processuais constitucionais.</p>
<p>DIREITO CIVIL VI 7º Semestre – 60h EMENTA: Do direito pessoal: do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração de bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Da tutela e da curatela. Da adoção e da guarda. Princípios</p>	<p>DIREITO CIVIL VI – FAMÍLIA E SUCESSÕES. 8º Semestre - 72 h EMENTA: Do direito pessoal: do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração de bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Da tutela e da curatela. Da adoção e da guarda.</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

gerais do direito sucessório. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.	Princípios gerais do direito sucessório. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.
<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL III 7º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Dos procedimentos especiais. Dos procedimentos de jurisdição voluntária. Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo de execução. Dos processos nos Tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais. Das disposições finais e transitórias.</p>	<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL III 6º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: Tutela executiva: tutela jurisdicional na execução. Execução <i>latu sensu</i> (das sentenças de natureza executiva) e execução <i>strictu sensu</i>. Dos princípios do processo de execução. Das condições da ação e dos pressupostos processuais do processo de execução e sua falta. A exceção de pré-executoriedade. Do mérito e a garantia do contraditório e ampla defesa no processo de execução. Das ações prejudiciais à execução. Das execuções da tutela específica. Execução por quantia certa contra devedor solvente: fases e características. Embargos do executado e de terceiros. <u>Tutela de urgência</u>: espécies: tutela antecipatória, inibitória e cautelar. Distinções, características e pressupostos. Colisão e garantias constitucionais e formas de solução da tutela antecipada: princípio da proporcionalidade. Tutela cautelar: parte geral e cautelares em espécie.</p> <p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV 7º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: Procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação codificada. Legislação extravagante. Autocomposição, mediação e arbitragem.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 7º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Direito processual do trabalho: histórico, conceito, princípios constitucionais fundamentais e princípios próprios, peculiaridades. Organização e competências da justiça do trabalho. Dissídios individuais. Audiência. Provas. Sentença. Procedimentos especiais. Recursos. Processo de execução. Dissídio coletivo.</p>	<p>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 8º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: Direito processual do trabalho: histórico, conceito, princípios constitucionais fundamentais e princípios próprios, peculiaridades. Organização e competências da justiça do trabalho. Dissídios individuais. Audiência. Provas. Sentença. Procedimentos especiais. Recursos. Processo de execução. Dissídio coletivo.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL III 7º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Execução penal. Atribuições da Polícia Federal. Identificação criminal. Aspectos processuais da Interceptação telefônica, lavagem de dinheiro, organização criminosa e juízos colegiados. Deleção premiada e os modernos mecanismos de produção de prova. Violência doméstica e familiar contra mulher.</p>	<p>Não há equivalência.</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA REAL I (CÍVEL I) 7º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Análise teórica da prática jurídica cível através da forma de estruturação das peças jurídicas (introdução, desenvolvimento e conclusão). Modo de construção das peças jurídicas: Competência, do direito, dos fatos, do valor da causa. Produção de procuração <i>ad judícia</i>, declaração de insuficiência econômica e substabelecimento. Produção de peças a partir de situações hipotéticas. Produção de peças e recursos na área cível.</p> <p>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA I (CÍVEL I) 7º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos estagiários no atendimento à população carente e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, simuladas ou não, em primeiro grau e em grau recursal. Acompanhamento processual. Exame de autos findos no NPJ. Simulação de audiências. Simulação de defesa oral. Participação em audiências de instrução e julgamento cíveis de primeiro grau e em julgamentos do pleno do tribunal de justiça, sendo esse fato comprovado por meio de certidão emitida pelo órgão judicial. Visitas acompanhadas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Mediação e conciliação.</p>	<p>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA III – PROCESSO CIVIL 9º Semestre - 75 h</p> <p>EMENTA: Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos estagiários no atendimento a população carente e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, simuladas ou não, em primeiro grau e em grau recursal. Participação e acompanhamento de 05 (cinco) audiências de instrução cíveis de primeiro grau e de 03 (três) julgamentos do pleno do tribunal de justiça, sendo esse fato comprovado por meio de certidão emitida pelo órgão judicial.</p>
<p>DIREITO TRIBUTÁRIO I 8º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: O Estado e o Poder de Tributar. Tributação, Direito Tributário e Tributo. Espécies Tributárias. Código Tributário Nacional. Normas Gerais de Direito Tributário. Sistema e Princípios Constitucionais Tributários. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Competência Tributária. Obrigação Tributária.</p>	<p>DIREITO TRIBUTÁRIO I 9º Semestre -72 h</p> <p>EMENTA: o Estado e o poder de tributar. Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. Obrigação tributária: conceito, espécies. Fato gerador (hipóteses de incidência). Sujeitos ativo e passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Tributos federais, estaduais e municipais.</p>
<p>DIREITO EMPRESARIAL I 8º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Conceito. Histórico. Atos de comércio. Comerciante: qualidade, prerrogativas e obrigações. Empresa e empresário. Registro de comércio. Propriedade industrial. Comerciante individual. Títulos de crédito no direito brasileiro. Arbitragem comercial. Comércio eletrônico. Comércio exterior.</p>	<p>DIREITO EMPRESARIAL I 7º Semestre: 72 h</p> <p>EMENTA: Conceito. Histórico. Atos de comércio. Comerciante: qualidade, prerrogativas e obrigações. Empresa e empresário. Registro de comércio. Propriedade industrial. Comerciante individual. Direito Societário. Tipos de sociedade. Arbitragem comercial. Títulos de crédito no direito brasileiro.</p>
<p>Direito Financeiro 8º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Definição e conteúdo do Direito Financeiro. Aspectos constitucionais. Competência legislativa.</p>	<p>Não há equivalência.</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>Princípios orçamentários. Atividade Financeira do Estado e sua evolução. Sistema Financeiro Nacional. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Responsabilidade Fiscal.</p>	
<p><b>ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA I</b> 8º Semestre – 60h EMENTA: Epistemologia do Conhecimento Científico. Sistematização do processo de pesquisa. Normas da ABNT. ELaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Especificidades do projeto de pesquisa na área do Direito. O projeto da monografia. Elaboração do projeto de pesquisa da monografia final do curso de Direito.</p>	<p><b>TCC I – PROJETO DE PESQUISA.</b> 9º Semestre - 36 h EMENTA: Elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Especificidades do projeto de pesquisa na área do Direito. O projeto da monografia. Elaboração do projeto de pesquisa da monografia final do curso de Direito.</p>
<p><b>DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO</b> 8º Semestre – 60h EMENTA: A sociedade internacional. Origens históricas do direito internacional público. Conceito, denominações e divisões. Relação entre o direito internacional público e o direito interno. Fundamento e fontes do direito internacional público. Direito dos Tratados. Direito diplomático. Personalidade jurídica internacional. O Estado no direito internacional público. Contencioso internacional. Litígios internacionais, guerra e neutralidade. Organizações internacionais. Os indivíduos e o direito internacional. Domínio público internacional.</p>	<p><b>DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO</b> 8º Semestre - 72 h EMENTA: Direito internacional público: noções gerais. Relações como o direito interno. Fontes. Personalidade internacional. Pessoas internacionais. Estado. Dimensão pessoal e territorial. Direito diplomático. Organizações internacionais. Pessoas internacionais. Contencioso internacional. Litígios internacionais, guerra e neutralidade. Proteção internacional dos direito fundamentais. Anistia internacional.</p>
<p><b>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA REAL II – (CÍVEL II)</b> 8º Semestre – 60h EMENTA: Técnicas de estruturação das peças jurídicas (introdução, desenvolvimento e conclusão). Modo de construção das peças jurídicas: Competência, do direito, dos fatos, do valor da causa. Produção de peças a partir de situações hipotéticas. Produção de peças simuladas na área de direito constitucional, administrativo e tributário.</p>	<p><b>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA III – PROCESSO CIVIL</b> 9º Semestre - 75 h EMENTA: Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos estagiários no atendimento a população carente e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, simuladas ou não, em primeiro grau e em grau recursal. Participação e acompanhamento de 05 (cinco) audiências de instrução cíveis de primeiro grau e de 03 (três) julgamentos do pleno do tribunal</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA II – (CÍVEL II) 8º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos estagiários no atendimento à população carente e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, simuladas ou não, em primeiro grau e em grau recursal. Acompanhamento processual. Exame de autos findos no NPJ. Simulação de audiências. Simulação de defesa oral. Participação em audiências de instrução e julgamento cíveis de primeiro grau e em julgamentos do pleno do tribunal de justiça, sendo esse fato comprovado por meio de certidão emitida pelo órgão judicial. Visitas acompanhadas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.</p>	<p>de justiça, sendo esse fato comprovado por meio de certidão emitida pelo órgão judicial.</p>
<p>DIREITO ELEITORAL 9º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 1965 e respectivas atualizações). Domicílio eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade, efeitos e prazos. Recursos perante as juntas e juízos eleitorais e tribunais regionais. Crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral. Processo penal eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação penal. Competência criminal em matéria eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. Lei das Eleições (Lei n. 9.504, de 1997).</p>	<p>DIREITO ELEITORAL 9º Semestre - 72 h.</p> <p>EMENTA: Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 1965 e respectivas atualizações). Domicílio eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade, efeitos e prazos. Recursos perante as juntas e juízos eleitorais e tribunais regionais. Crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral. Processo penal eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação penal. Competência criminal em matéria eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. Lei das Eleições (Lei n. 9.504, de 1997).</p>
<p>DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 9º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Direito internacional privado. Noções básicas do direito internacional privado. Direito internacional privado e as disciplinas jurídicas afins. Conceito. Fontes. Codificação internacional. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos de lei no espaço. Cooperação internacional. Homologação de sentença estrangeira. Extradicação. Os direitos fundamentais no âmbito do direito internacional privado.</p>	<p>DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 9º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: Direito internacional privado. Noções básicas do direito internacional privado. Direito internacional privado e as disciplinas jurídicas afins. Conceito. Fontes. Codificação internacional. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos de lei no espaço. Coperação internacional. Homologação de sentença estrangeira. Extradicação. Os direitos fundamentais no âmbito do direito internacional privado.</p>
<p>DIREITO EMPRESARIAL II 9º Semestre – 60h</p> <p>EMENTA: Sociedades empresariais. Sociedade não personificada. Sociedade em conta de participação. Da sociedade personificada. Da sociedade simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedade coligadas. Liquidação da sociedade. Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades. Sociedade dependente de autorização: sociedade nacional e estrangeira.</p>	<p>Não há equivalência.</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Estabelecimento. Dos institutos complementares: registro, nome empresarial, prepostos, escrituração.	
<p>DIREITO TRIBUTÁRIO II 9º Semestre – 60h EMENTA: Crédito tributário e Lançamento. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Processo Administrativo e Judicial Tributário.</p>	<p>DIREITO TRIBUTÁRIO II 10º Semestre - 72 h EMENTA: Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição de indébito. Responsabilidade tributária. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. Sistema tributário nacional. Princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário.</p>
<p>ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA II 9º Semestre – 60h EMENTA: Adequação da monografia às normas técnicas vigentes no país, aos regulamentos internos da UERR e ao vernáculo. Sistematização da pesquisa bibliográfica e documental. Realização do desenvolvimento e estruturação da monografia. Conclusão. Defesa da monografia.</p>	<p>TCC II – MONOGRAFIA JURÍDICA 10º Semestre - 72 h EMENTA: Trabalho científico, nos termos do art. 9º da Portaria MEC n. 1888/94, em que o universitário demonstre domínio da Ciência Jurídica e de suas possíveis aplicações e onde, eventualmente, propõe inovações na área de atuação, seguindo uma metodologia adequada ao assunto proposto e executando-o conforme regulamento próprio, anexado a este projeto. Desenvolvimento de trabalho monográfico, sob a orientação de um professor e defesa do trabalho perante uma banca presidida pelo orientador e mais dois professores.</p>
<p>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA REAL III (TRABALHISTA) 9º Semestre – 60h EMENTA: Orientação à população em matéria trabalhista. Audiências trabalhistas simuladas. Exames de autos findos em matéria trabalhista. Participação em audiências judiciais conforme resolução específica. Atendimento a população carente com orientação jurídica na esfera trabalhista.</p> <p>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA III – TRABALHISTA 9º Semestre – 60h EMENTA: Técnicas de realização de peças processuais trabalhistas. Trabalhos simulados e produção de peças trabalhistas simuladas: iniciais, contestações, recursos e outras intervenções processuais, etc.</p>	<p>PRÁTICA JURÍDICA II – PROCESSO TRABALHISTA 8º Semestre - 75 h EMENTA: Atendimento a população carente com orientação jurídica na esfera trabalhista. Trabalhos simulados ou não de orientação prática trabalhista. Elaboração de peças processuais: iniciais, contestações, recursos e outras intervenções processuais. Assistência à 05 (cinco) audiências de instrução trabalhista em primeiro grau e 03 (três) audiências de conciliação, sendo estas comprovadas por meio de certidão judicial.</p>
<p>DIREITO EMPRESARIAL III 10º Semestre – 60h EMENTA: Teoria geral do direito falimentar. Extraterritorialidade. Direito falimentar no tempo. Requerimento de falência. Processo de falência. Sentença declaratória de falência. Efeitos. Responsabilidade dos sócios e administradores na</p>	<p>DIREITO EMPRESARIAL II 8º Semestre - 72 h EMENTA: Aspectos históricos do direito falimentar brasileiro. Caracterização do estado de falência. Partes no processo de falência. Juízo competente da falência. Efeitos jurídicos da sentença declaratória. Massa falida. Pagamento dos credores. Venda dos</p>



## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>falência da sociedade. Encerramento da falência. Extinção das obrigações. Recuperação judicial e extrajudicial da empresa.</p>	<p>bens. Revogação dos atos do falido. Administração da falência. Contratos do falido. Procedimentos falimentares especiais. Crimes falimentares. Encerramento da falência. Recuperação judicial e extrajudicial. Responsabilidade dos Sócios. Desconsideração da Personalidade Jurídica.</p>
<p><b>DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS</b> 10º Semestre – 60h EMENTA: A Tutela dos Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos; Fundamentos de uma teoria geral de “novos direitos”, Direitos Fundamentais, inclusão e exclusão social na posituação dos direitos humanos e difusos; A dignidade da pessoa humana como axioma do Estado democrático de direito - “mulheres”, “homossexuais”, “transgêneros”, integrantes de “grupos étnico-raciais”, “crianças e adolescentes”, “idosos”, “estrangeiros” e “minorias religiosas” - Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Responsabilidade Penal. Política de Atendimento. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas e adoção; Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso; Portador de Necessidades Especiais; - Da ordem econômica: Vinculação da economia nacional a um sistema internacional financeiro e comercial; trabalho análogo ao de escravo; Direito do Consumidor Conceitos e princípios no Código de Defesa do Consumidor (CDC) Âmbito de aplicação das normas de Direito do Consumidor.</p>	<p><b>DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS</b> 10º Semestre - 72 h EMENTA: Direito Difusos: conceito e características. A Tutela dos Direitos Difusos, coletivos e Individuais Homogêneos. Transição e Mutação no Tempo e no Espaço. Áreas Conflituosas Propícias à Revelação de interesses Difusos. Interesses difusos coletivos e individuais homogêneos. Direitos Fundamentais. Liberdade. Igualdade. Fraternidade. Direitos Coletivos. Características dos direitos coletivos. Tutela dos Direitos Constitucionais Difusos. Tutela do Meio Ambiente; dos direitos da Criança e do adolescente; do Consumidor; da Ordem Econômica; da Moralidade Pública; do Patrimônio Cultural; de outros Direitos e Interesses Difusos. Tutela Coletiva de Direitos. Ação Civil Pública: conceito e conteúdo. O objeto da Ação Civil Pública. O Interesse à propositura da Ação Civil Pública. O Interesse Individual. Os Interesses Coletivos. Os Interesses e sua inserção entre os Direitos Subjetivos e os Interesses Simples. Legitimação Para Agir. Os Co- Legitimados Ativos. O Procedimento na Ação Civil Pública. Coisa Julgada nas Ações Coletivas. Ação Popular. Mandado de Segurança Coletivo.</p>
<p><b>DIREITO AMBIENTAL</b> 10º Semestre – 60h EMENTA: Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Teoria geral do direito ambiental. Conceito. Fontes. Princípios. Campos de avaliação. O direito e os recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. As conferências internacionais sobre o meio ambiente e ecologia. O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Estudo de impacto ambiental. Meio ambiente urbano. Proteção jurídica de diversidades biológicas. Crimes ambientais. Políticas energéticas e meio ambiente. Terras indígenas.</p>	<p><b>DIREITO AMBIENTAL</b> 8º Semestre - 36 h EMENTA: Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Teoria geral do direito ambiental. Conceito. Fontes. Princípios. Campos de avaliação. O direito e os recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. As conferências internacionais sobre o meio ambiente e ecologia. O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Estudo de impacto ambiental. Meio ambiente urbano. Proteção jurídica de diversidades biológicas. Crimes ambientais. Políticas energéticas e meio ambiente. Terras indígenas.</p>
<p><b>PSICOLOGIA DO DIREITO</b> 10º Semestre – 60h EMENTA: Psicologia e Psicologia Jurídica. Psicologia e Direito Civil. Psicologia, Infância e Juventude. Psicologia e Direito de Família. Psicologia, Direito Penal e Lei das Execuções Penais. Provas periciais, perícias e avaliações psicológicas e sua importância no</p>	<p><b>PSICOLOGIA APLICADA</b> 2º Semestre - 72 h EMENTA: A psicologia e a gestão de conflitos. A importância dos aspectos emocionais na construção do acordo. Processos contemporâneos de gestão de conflitos: mediação, conciliação, negociação e arbitragem. O processo de mediação. A mediação</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

<p>processo. Noções de desenvolvimento da Personalidade Humana. Psicopatologia forense</p>	<p>aplicada à diversos setores: família, instituições escolares, planos de saúde, espaços públicos e organizações empresariais. A mediação nos processos de direito de família. O lugar dos filhos nos processos de separação: aspectos emocionais.</p>
<p><b>DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL</b> 10º Semestre – 60h EMENTA: A seguridade social. Lei e regulamento de custeio da previdência social. Lei e regulamento de benefícios de previdência social. Assistência social. A saúde. Previdência estatal. Regimes especiais de previdência. O Estado e o bem estar social. O não trabalho na constituição: direitos do cidadão. A seguridade social: o trabalhador público e privado. Receita da previdência. Contribuições da sociedade. Ações de natureza previdenciária: acidentes, doenças ocupacionais, revisão de pensões. Aposentadoria.</p>	<p><b>DIREITO PREVIDENCIÁRIO</b> 9º Semestre: 36 h EMENTA: A seguridade social. Lei e regulamento de custeio da previdência social. Lei e regulamento de benefícios de previdência social. Assistência social. A saúde. Previdência estatal. Regimes especiais de previdência. O Estado e o bem estar social. O não trabalho na constituição: direitos do cidadão. A seguridade social: o trabalhador público e privado. Receita da previdência. Contribuições da sociedade. Ações de natureza previdenciária: acidentes, doenças ocupacionais, revisão de pensões. Aposentadoria.</p>
<p><b>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA REAL IV - (PENAL)</b> 10º Semestre – 60h EMENTA: Instruções para elaboração de peças criminais a partir de situações hipotéticas de primeiro e segundo grau (recurso em sentido estrito, apelação, agravo em execução penal, correição parcial, etc.). Elaboração de <i>habeas corpus</i> e mandado de segurança criminal a partir de simulações.</p> <p><b>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA IV - (PENAL)</b> 10º Semestre – 60h EMENTA: Procedimentos: Comuns e Especial do Júri no Código de Processo Penal e Especiais, previstos em legislação extravagante. Análise de autos findos em matéria criminal Audiências de instrução de primeiro grau na vara criminal e sessões para julgamento criminal pelo tribunal, sendo essas audiências demonstradas por meio de certidão emitida pelo órgão judicial. Júri Simulado. Orientação à comunidade em questões criminais. Visitas ao Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Instituições Prisionais.</p>	<p><b>ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I – PROCESSO PENAL</b> 7º Semestre - 72 h EMENTA: Atendimento a população carente. Elaboração de peças práticas e teóricas na esfera administrativa e judicial criminal (inquérito policial, instrumentos e procedimentos ordinários, sumário, no júri, nos juizados especiais criminais). Elaboração de peças processuais de segundo grau (recurso em sentido estrito, apelação, agravo em execução penal, correição parcial. Elaboração de <i>habeas corpus</i> e mandado de segurança criminal. Assistência a 05 (cinco) audiências de instrução de primeiro grau na vara criminal e 03 (três) sessões para julgamento criminal pelo tribunal, sendo essas audiências demonstradas por meio de certidão emitida pelo órgão judicial.</p>
<p><b>ÉTICA, SOCIEDADE E AMBIENTE</b> CARGA HORÁRIA: 60 h EMENTA: Análise e reflexão sobre as primeiras sociedades humanas até a consolidação dos princípios éticos e filosóficos das sociedades contemporâneas. O papel das ciências sociais na compreensão dos debates ambientais e tecnológicos, bem como seus aspectos sócio-éticos.</p>	<p><b>HUMANIDADES</b> 1º Semestre: 72 h EMENTA: Estudo e compreensão de questões relativas ao surgimento da racionalidade ocidental pertinentes ao processo de construção cognitiva. Humanização do homem dentro dos diversos campos do saber, dialogando com outras áreas do conhecimento que tratem de temas que tenham o humano como objeto de investigação, em todas as suas dimensões, nas categorias de tempo e espaço.</p>

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Não há equivalência.	<p><b>DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b> 4º Semestre - 72 h</p> <p>EMENTA: A doutrina da proteção integral. A história da proteção da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente. O direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Família natural e família substituta. Medidas aplicáveis aos pais e responsáveis. Modalidades de colocação em família substituta. Perda e suspensão do pátrio poder (poder familiar). Medidas de proteção. O ato infracional e os direitos individuais do adolescente. Medias sócio-educativas. Equipe técnica interprofissional nos processos de perda ou suspensão do pátrio poder, de colocação em família substituta e de apuração de ato infracional.</p>
Não há equivalência.	<p><b>TEMAS EMERGENTES</b> 10º Semestre - 36 h</p> <p>EMENTA: Estudo de temas atuais do direito, frente às mudanças decorrentes do contexto social global que implicam em novas interpretações e aplicações do mundo jurídico. O desenvolvimento de conhecimento diversificado sobre os novos direitos introduzidos no ordenamento jurídico e suas relações com a realidade social. A atualização das discussões sobre diferentes instituições de direito.</p>

## 17. DA PÓS-GRADUAÇÃO

### 17.1 DA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

O Curso de Direito da UERR ofertará especialização em direito a partir do disposto no Artigo 44, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional - LDB (Lei N.º 9.394/96), segundo o que a educação superior “abrangerá os cursos e programas de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*), os cursos de especialização (*Lato Sensu*), aperfeiçoamento (...) abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino”.

Em consonância com a LDB, o Curso de Direito da Universidade Estadual de Roraima ofertará curso de Especialização para atender a uma demanda dos operadores do direito do Estado de Roraima.

A ausência de um Curso de Especialização em Direito presencial, ofertado por IES pública no Estado de Roraima, faz com que a UERR promova o curso com a oferta de disciplinas fundamentais aos interesses de profissionais que atuam em contexto econômico-regional dominado pelo Poder Público.

Com efeito, a formação docente, consolidada na graduação, deve ser complementada por meio de cursos de Pós-Graduação em virtude das constantes transformações e necessidades de avanços e melhorias. As necessidades de qualificação profissional nas diversas instâncias do conhecimento também justificam a criação desta especialização. Neste sentido, a Universidade Estadual de Roraima como instituição formadora e qualificadora de profissionais objetiva reforçar o conhecimento da comunidade jurídica do Estado.

Diante de tais desafios é que o curso de especialização tem como meta a identificação e discussão de problemas teóricos e práticos com foco no aprimoramento dos profissionais do direito, de modo a incentivá-los à atuação científica e à adequada atuação profissional na área de direito.

## **17.2 .DA PÓS-GRADUAÇÃO**

O corpo docente efetivo do Curso de Direito atua em âmbito de Graduação, de Especialização em Direito e, em caráter associativo, de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MSPDHC).

O Curso de Graduação em Direito apresenta viés interdisciplinar manifesto no eixo de formação fundamental do direito e no núcleo das disciplinas comuns da UERR, contidos no item 8.3 deste projeto, com vistas à integração do estudante do Curso de Direito com outras áreas do saber.

Nesta linha, em atenção à vocação de discentes do curso para pesquisas em nível de mestrado e doutorado é que o Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MPSDHC) - ofertado em perspectiva interdisciplinar - estará associado ao Curso de Direito da UERR a partir da aprovação deste Projeto Pedagógico, devendo o referido mestrado ser norteado por regimento próprio.

O coordenador e o vice-coordenador do referido Mestrado Profissional deverão ter seus nomes aprovados pelo colegiado do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MSPDHC) e pelo colegiado do Curso de Direito,

respectivamente, com mandato para um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos imediatamente ao cargo uma única vez.

Em virtude de sua perspectiva interdisciplinar o MSPDHC terá seu corpo docente composto por professores do Curso de Direito e de outros cursos da UERR de acordo com as necessidades e diretrizes do programa.

Portanto, a pós-graduação apresenta-se como questão relevante no âmbito do Curso de Direito da UERR.

## 18. DA EXTENSÃO

A UERR através da Pró-Reitoria de Extensão estabelece que:

[...] a extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. É na política de extensão universitária que se constitui o processo educativo, artístico-cultural, científico e tecnológico onde a relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças significativas, uma vez que alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender, pois, como via de interação entre a Universidade e a sociedade, constitui elemento capaz de operacionalizar a relação teoria e prática.

A Universidade Estadual de Roraima tem na Extensão um instrumento de integração do ensino e da pesquisa e, ao mesmo tempo, de mobilização da comunidade acadêmica para o debate e o diálogo com a sociedade, numa troca enriquecedora do conhecimento. A proposta da UERR é tomar todas as medidas necessárias para reforçar o serviço de extensão à comunidade, especialmente nas atividades que objetivam a eliminação da pobreza, violência, analfabetismo, fome e enfermidades, realizando este trabalho de modo interdisciplinar e transdisciplinar que oriente a análise de desafios, de problemas e das mais variadas temáticas. (Fonte: Site da UERR [www.uerr.edu.br](http://www.uerr.edu.br))

Diante disso, vale ressaltar - no que se refere à integração entre ensino e extensão - que o Curso de Direito da UERR promoverá anualmente as seguintes práticas de extensão: Júri Simulado, Semana Jurídica, Seminários, Congressos Jurídicos, Cursos de Extensão, ações sociais e demais atividades, todas certificadas pela Pró-Reitoria de Extensão.

**19 BIBLIOGRAFIA DO PROJETO**

BRASIL. Diretrizes Curriculares Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Superior/ Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior, 26/02/ 1999.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Superior. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais. DCN dos cursos de graduação. Parecer 67/2003 de 11/03/2003. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 10.861/2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394/96 – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC. CNE. Diretrizes curriculares para o curso de graduação. <disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>

\_\_\_\_\_. MEC/CONAES. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP, 2004.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CES n. 08/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CP nº. 009/2001.

\_\_\_\_\_. Portaria MEC nº. 1.886/94.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CES nº. 09, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da UERR.

PPI – Projeto Pedagógico Institucional da UERR.

Resoluções CEE/RR n. 07/2006, n. 12/2011, n. 26/2014, n. 053/2017.

Resolução nº 010/2017 – CONUNI/UERR.

Resolução nº 022/2010 – CONUNI/UERR.

Resolução nº 037/2017 – CONUNI/UERR.

Pareceres CEE/RR n. 16/2011, n. 044/2017, 12/2019, n. 29/2019.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**ANEXO I**  
**MATRIZ CURRICULAR ANTIGA**

SEM.	CÓDIGO	DISCIPLINAS	PRÉ - REQUISITO	CH
1º	Dir. Rom.	Direito Romano		72
	Hum.	Humanidades		72
	COE	Comunicação Oral e Escrita		72
	MTC	Metodologia do Trabalho Científico		72
	IED	Introdução ao Estudo do Direito		72
2º	Filos. Dir.	Filosofia do Direito		72
	Port. Jur.	Português Jurídico		72
	C. Pol. e TGE	Ciência Política e Teoria Geral do Estado		72
	Econ. Política	Economia Política		72
	Soc. Jur. E Antropologia.	Sociologia Jurídica e Antropologia		72
3º	Teoria Const.	Teoria da Constituição	IED	72
	Psicol. Dir.	Psicologia Aplicada		72
	TGP	Teoria Geral do Processo	IED	72
	E.G.P.	Ética Geral e Profissional		72
	Dir. Civil I	Direito Civil I – Parte Geral	IED	72
4º	Dir. Penal I	Direito Penal I – Parte Geral	IED	72
	Dir. Const. I	Direito Constitucional I	IED / Teoria Const	72
	Dir. Civil II	Direito Civil II – Obrigações I	Dir Civil I	72
	DCA	Direito da Criança e do Adolescente	IED	72
	DPC I	Direito Processual Civil I	TGP	72
5º	Dir. Penal II	Direito Penal II – Das Penas	Dir. Penal I	72
	Dir. Civil III	Direito Civil III – Obrigações II	Dir. Civil I	72
	DPP I	Direito Processual Penal I	TGP	72
	DPC II	Direito Processual Civil II	TGP	72
	Dir. Const. II	Direito Constitucional II	Teoria Const	72
6º	Dir. do Trab I	Direito do Trabalho I	IED	72
	Dir. Civil IV	Direito Civil IV – Contratos	Dir. Civil I	72
	DPP II	Direito Processual Penal II	TGP	72
	Dir. Penal III	Direito Penal III – Parte Especial.	Dir. Penal I	72
	DPC III	Direito Processual Civil III	TGP	72
7º	Dir. do Trab.II	Direito do Trabalho II	IED	72
	Dir. Penal IV	Direito Penal IV – Legislação Extravagante	Dir. Penal I	72
	Dir. Civil V	Direito Civil V – Direito das Coisas	Dir. Civil I	72
	DPC IV	Direito Processual Civil IV	TGP	72
	Dir. Emp I	Direito Empresarial I	IED	72
	EPJ I	Estágio de Prática Jurídica I – Processo Penal		75
8º	Dir. Civil VI	Direito Civil VI – Família e Sucessões	Dir. Civil I	72
	Dir. Emp II	Direito Empresarial II	IED	72
	D.P.Trab.	Direito Processual do Trabalho	TGP	72
	EPJ II	Estágio de Prática Jurídica II – Processo Trabalhista		75
	DIP	Direito Internacional Público	IED	72
	Dir. Agrário	Direito Agrário	IED	36
	Dir. Amb.	Direito Ambiental	IED	36

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

9º	Dir. Eleitoral.	Direito Eleitoral	IED	72
	D.I.Priv.	Direito Internacional Privado	IED	72
	Dir. Adm.	Direito Administrativo I	IED	72
	Dir. Trib.	Direito Tributário I	IED	72
	EPJ III	Estágio de Prática Jurídica III – Processo Civil I		75
	TCC I	Projeto de Pesquisa – TCC I	MTC	36
	Dir. Prev.	Direito Previdenciário	IED	36
10º	D.P.Const.	Direito Processual Constitucional	TGP	72
	Dir. Adm.	Direito Administrativo II	IED	72
	Dir Trib.	Direito Tributário II	IED	72
	DDC	Direitos Difusos e Coletivos	IED	72
	Tem. Emerg.	Temas Emergentes do Direito	IED	36
	Dir. Indígena.	Direito Indígena	IED	36
	EPJ IV	Estágio de Prática Jurídica IV – Processo Civil II		75
	TCC II	Monografia Jurídica – TCC II	TCC I	72
Total de disciplinas				3672
Estagio supervisionado				300
Atividades Complementares				300
Total geral do Curso				4272



**ANEXO II**  
**EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DA MATRIZ ANTIGA**

<b>1º SEMESTRE</b>
--------------------

**DIREITO ROMANO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: O Direito Romano: história, organização social, órgãos políticos, fontes e divisão do direito. Instituições de Direito Romano. O Direito Romano e o Direito Civil brasileiro: Direito de Família: o *status familiae*. Direito das Coisas, Direito das Obrigações e Direito das Sucessões. Aspectos relevantes da história do direito (gênese e desenvolvimento). Evolução história dos direitos fundamentais.

**BIBLIOGRAFIA**

ALVES, José Carlos Moreira. Direito romano. Vol I e II. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

COULANGES, Fustel de. A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Hemus, 1996.

CRETILLA Júnior, José. Curso de Direito Romano: o direito romano e o direito civil brasileiro no novo código civil. 29 ed. Revisada. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamento da história do Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

**HUMANIDADES**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Estudo da inter-relação de conhecimentos produzidos ao longo da experiência humana em suas diferentes escolas. A filosofia das ciências e do conhecimento. Métodos de produção do saber técnico-científico. O arcabouço da cultura humanística imprescindível ao desenvolvimento das capacidades de expressão, compreensão, crítica e síntese, fundamentais em qualquer carreira profissional e da clareza do mundo.

**BIBLIOGRAFIA**

BERLIN, Isaiha. Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUZZI, Arcângelo R. Filosofia para principiantes: a existência humana no mundo. 14 ed. Petrópolis:

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Vozes, 2003.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2003.

LATOURETTE, Bruno. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

NIETZSCHE, Friedrich. Humano, demasiadamente humano: um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

## **COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Estudo sobre a interatividade da linguagem e suas características discursivas; mecanismos de leitura e de produção textual.

### **BIBLIOGRAFIA**

ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES, Antônio. Língua Portuguesa: Noções básicas para Cursos Superiores. São Paulo: Atlas, 2004.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Matoso. Manual de expressão oral e escrita. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA VAL, Maria G. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KOCH, Ingedore. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Cortez, 1999

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. (trad.) Cláudia Schinling. 6 Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998

## **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: A Universidade: compreensão da importância dos estudos no ensino superior. A leitura, análise e interpretação de textos na vida acadêmica. Técnicas de leitura: análise textual, temática, interpretativa e problematização. Métodos de estudo: fichamento, resenhas e mapa conceitual. As normas da ABNT e sua aplicação na organização do trabalho científico. Etapas do projeto de pesquisa.

### **BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, C. A grande jogada: Manual construtivista de como estudar. 12. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

BOAVENTURA, E. Metodologia da Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2004.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2005

**INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Noção de Direito: origem do direito. Direito e Moral. Direito, equidade e justiça. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. As fontes do direito. Teoria da Norma jurídica (interpretação e integração). Teoria do ordenamento jurídico. Teoria tridimensional do direito. Hermenêutica e propedêutica. Validade, vigência e eficácia da norma. Antinomias e lacunas. Hierarquia das normas. Relações jurídicas: sujeitos de direitos.

**BIBLIOGRAFIA**

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito, 17 Ed, São Paulo: Saraiva, 2005.

DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27 Ed, São Paulo: Saraiva, 2004.

<b>2º SEMESTRE</b>
--------------------

**FILOSOFIA DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Evolução histórica da Jusfilosofia. Conceito, significado e âmbito da Filosofia Jurídica. As idéias filosóficas sobre Justiça e Direito. A Filosofia Jurídica e a Igualdade formal e material. Direito Natural e Direito Positivo no pensamento clássico, no pensamento medieval e no pensamento dos séculos XVII e XVIII. Direito Natural Dogmático. Racionalismo jurídico. O normativismo na Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen: análise crítica. Abordagem Zetética do Direito. Abordagem Dogmática do Direito.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**BIBLIOGRAFIA**

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. São Paulo: Atlas, 2005.

BOBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1999.

KELSON, Hans. Teoria pura do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NADER, Paulo. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2000.

**PORTUGUÊS JURÍDICO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Comunicação jurídica. Vocabulário jurídico. Brocardos jurídicos e locuções latinas. A argumentação jurídica. Ética da argumentação: dialogicidade e impessoalidade. Tipos de argumentos: *ab auctoritate*, *ad hominem*, *exemplar*, *ad rem*, *ab absurdo*, *a contrario sensu*, *a pari*, *a priori*, *a maior ad minus*, *a minor ad maius*, por entinema, *a priori e a posteriori*. Retórica. A linguagem judicial: teoria e prática dos textos jurídicos.

**BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Alaôr Caffé. Lógica: pensamento formal e argumentação – elementos para o discurso jurídico. Bauru: Edipro, 2000.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de português jurídico. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, De Plácido e. Vocabulário jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no direito: (linguagem forense). 17 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

**CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: A ciência política. As relações entre o Estado, o Poder e o Direito. Origem e evolução dos Estados. Formas de Estado, formas e sistemas de governo e regimes políticos. As principais mudanças políticas no Brasil e América Latina. O Estado moderno e os direitos fundamentais.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**BIBLIOGRAFIA**

- AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 23 Ed. São Paulo: Globo, 2005.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. 5 Ed, revista e ampliada. São Paulo. Malheiros Editores Ltda. 2004.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elemento da Teoria Geral do Estado. 25 Ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FRIEDE, Reis. Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado. 3 Ed 2006. ed. Forense Universitária.

**ECONOMIA POLÍTICA**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Introdução geral às Ciências Econômicas. A teoria economia e a Economia como ciência. Objeto da ciência econômica. Leis econômicas. Evolução histórica das Escolas e Doutrinas Econômicas. Organização de atividade econômica. Fatores de produção. Os sistemas econômicos. Estrutura de um sistema econômico. Conceito dos principais agregados. Fenômenos econômicos e sua dimensão política. A Teoria da produção. Modos e relações de produção. Teoria do consumidor: abordagem Cardinal e Ordinal. O setor público. O setor financeiro e monetário. O setor externo - comércio internacional. Estrutura de mercado. O mercado real. Mercado de trabalho. Mercado monetário. Balança de pagamentos. Crescimento econômico.

**BILIOGRAFIA**

- ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do pensamento econômico. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia política. São Paulo: Saraiva, 2006.
- HUNT, T. História do pensamento econômico. 8 Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROSSETTI, José Paschoal, Introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2002.
- VASCONCELOS, Márcio Antônio S. GARCIA, Manoel E. Fundamentos de Economia. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

**SOCIOLOGIA JURÍDICA E ANTROPOLOGIA**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: O positivismo. Organiscismo. Cientificismo. Darwinismo Social. Ordem e Progresso. DURKHEIM. O fato social. Consciência coletiva. Tipos de fatos sociais. O papel do cientista. A evolução e a coesão social de MAX WEBER. A sociedade sob uma perspectiva histórica. A ação social: uma ação com sentido. Tipos puros de ações sociais. História e totalidade, materialismo histórico. As classes sociais. A origem histórica do capitalismo. O salário. O trabalho, valor e lucro. Antropologia. Conceito de alteridade, etnia e cultura.

**BIBLIOGRAFIA**

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de sociologia jurídica. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. Sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2005.

NETO, Pedro Scuro. Manual de sociologia geral e jurídica: lógica e método do direito, problemas Sociais, comportamento criminoso, controle social. 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SOUTO, C; FALÇÃO, J. Sociologia e Direito. Textos Básicos para a disciplina da sociologia jurídica. São Paulo: Pioneira, 2002.

**3º SEMESTRE****TEORIA DA CONSTITUIÇÃO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Constitucionalismo: conceitos, origem e evolução histórica. Características do constitucionalismo. Classificação das constituições. Formação constitucional no Brasil. A Constituição como sistema aberto de normas. Princípios e regras. A supremacia jurídica das constituições. Hermenêutica e interpretação. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. O Poder Constituinte (originário, derivado e decorrente). Mudanças constitucionais. Limites do poder constituinte.

**BIBLIOGRAFIA**

ARAÚJO, Luiz Alberto David; Jr. Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional, 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 19 Ed. São Paulo: Atlas. 2006.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 27 Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 2 Ed revista e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2003.

TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 20 Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

**PSICOLOGIA APLICADA**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: A psicologia e a gestão de conflitos. A importância dos aspectos emocionais na construção do acordo. Processos contemporâneos de gestão de conflitos: mediação, conciliação, negociação e arbitragem. O processo de mediação. A mediação aplicada à diversos setores: família, instituições escolares, planos de saúde, espaços públicos e organizações empresariais. A mediação nos processos de direito de família. O lugar dos filhos nos processos de separação: aspectos emocionais.

**BIBLIOGRAFIA**

ALTOÉ, Sônia. Sujeito de direito sujeito de desejo. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

BRITO, L. M. Temas de psicologia jurídica. 2 Ed. São Paulo: Relume Dumará, 2005.

GRUNSPUN, Haim. Mediação familiar. São Paulo: Ltr, 2000.

HAYNES, John M; MARODIN, Marilene. Fundamentos da mediação familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SILVA, Denise Maria Perissini da. Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

**TEORIA GERAL DO PROCESSO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Noções introdutórias e históricas. O direito processual como ciência, suas características e fontes. Compreensão do fenômeno jurisdicional, do processo como instrumento da realização da jurisdição e da ação como provocação da jurisdição. Princípios gerais do direito processual. Tutela constitucional do processo. Jurisdição e princípios fundamentais.

**BIBLIOGRAFIA**

ALVIM, José Eduardo C. Elementos de Teoria Geral do Processo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense,

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

2006.

CÂNDIDO, Rangel. Teoria Geral do Processo. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CORREIA, Marcos Orione Gonçalves. Teoria Geral do Processo. 4 Ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* Teoria Geral do Processo. 22 Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

WEBER, Adriana et al. Noções Introdutórias de Teoria Geral do Processo. 2 Ed. São Paulo: Livraria do Advogado. 2004.

### **ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL**

CARGA HORÁRIA: 72 h.

EMENTA: A ética: objeto e relação com as outras ciências. A Deontologia jurídica. A ética e o direito. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. A ética e a globalização.

#### **BIBLIOGRAFIA**

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica: ética geral e profissional. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia jurídica: ética das profissões jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. Comentários ao novo estatuto da advocacia e da OAB. Brasília: Brasília Jurídica, 1996.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 4 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

VITRAL, Waldir (Coligador). Deontologia do Magistrado, do Promotor de Justiça e do Advogado: decálogo, mandamentos, preces, máximas e pensamentos. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

### **DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: introdução ao Direito Civil. Fonte do Direito. Lei de Introdução ao Código Civil. Sujeitos de Direito. Objeto das Relações Jurídicas. Dos Fatos, Atos e Negócios Jurídicos. Do Ato Ilícito. Da prescrição e da decadência.

#### **BIBLIOGRAFIA**

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 23 ed. São Paulo: Saraiva. 2003. 1v.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. 6ª ed. São Paulo: Saraiva. 2005. 1v.



## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Vol. II. 34ª ed. São Paulo: Saraiva. 2003. 1v.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2005. 1v.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas. 2005.

<b>4º SEMESTRE</b>
--------------------

**DIREITO PENAL I – PARTE GERAL**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Introdução crítica, histórica e conceitual, fontes (princípios e regras/normas) do Direito Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Disposições gerais do código. Teoria geral do crime (tipicidade, ilicitude e culpabilidade). Concurso de pessoas.

**BIBLIOGRAFIA**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2003, 1v.

GOMES, Luis Flávio de. Direito Penal – Parte Geral. Vol. 1. São Paulo: RT, 2006.

JESUS, Damásio E, de. Direito Penal. Parte Geral, 28ª ed. Saraiva, São Paulo, 2005.

MIRABETE, Júlio Fabrini - Manual de Direito Penal, Parte Geral, vol. 1, 23ª Ed. Editora Atlas, 2006.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral. São Paulo: RT, 2006, 1v.

**DIREITO CONSTITUCIONAL I**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: teoria dos direitos e garantias fundamentais. Remédios constitucionais. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Ordem econômica, financeira e social.

**BIBLIOGRAFIA**

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2006.

CARVALHO, Kildera Gonçalves. Direito constitucional didático. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SZANIAWSKI, Elimar. Direito da personalidade e sua tutela. São Paulo: RT, 2005.

**DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES I**

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**CARGA HORÁRIA:** 72 h

**EMENTA:** Introdução ao Direito das Obrigações. Noção de obrigação. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Efeitos das obrigações. Modos de extinção das obrigações: pagamento, pagamento por consignação. Pagamento com sob-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Trasação. Confusão. Remissão das dívidas.

**BIBLIOGRAFIA**

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 19 ed. São Paulo: Saraiva. 2004. 2v.
- PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil - Obrigações. São Paulo: Saraiva. 2004. 2v.
- RODRIGUES, Silvio. Parte Geral das Obrigações. São Paulo: Saraiva. 2002. 2v.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2005. 2v.
- VENOSA, Silvio de Salvo. Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas. 2004. 2v.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**CARGA HORÁRIA:** 72 h

**EMENTA:** A doutrina da proteção integral. A história da proteção da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente. O direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Família natural e família substituta. Medidas aplicáveis aos pais e responsáveis. Modalidades de colocação em família substituta. Perda e suspensão do pátrio poder (poder familiar). Medidas de proteção. O ato infracional e os direitos individuais do adolescente. Medidas sócio-educativas. Equipe técnica interprofissional nos processos de perda ou suspensão do pátrio poder, de colocação em família substituta e de apuração de ato infracional.

**BIBLIOGRAFIA**

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Atlas, 2006.
- CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Estatuto da Criança e do Adolescente – doutrina e jurisprudência. São Paulo: Premier, 2005.
- ISHIDA, Walter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente – doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2005.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

TAVARES, José de Faria. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Das partes. Da assistência e do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Dos órgãos judiciários e auxiliares da justiça. Competência, as regras constitucionais e as justiças especiais. As garantias constitucionais do juiz. Os serventuários e o oficial de justiça. O perito. O depositário. O interprete dos atos processuais. Das nulidades processuais.

**BIBLIOGRAFIA**

CAMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. 12 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2002, 1v.

DINAMARCO, C. R. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Malheiros, 2005, 1v.

MARINONI. Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto, Curso de Direito Processual Civil. 44 Ed. São Paulo: Forense. 2005. 1v.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. 7 Ed. São Paulo: RT, 2005, 1v.

**5º SEMESTRE****DIREITO PENAL II – DAS PENAS**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Teoria das penas. Sistema das penas. As penas no direito penal brasileiro. Benefícios penais: da suspensão condicional da pena, do livramento condicional e da reabilitação. A aplicação e individualização da pena: dosimetria penal. Concurso de crimes. As medidas de segurança. Efeitos da condenação. Punibilidade e causas de extinção.

**BIBLIOGRAFIA**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2004. 2v.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal – Parte Especial – Volume II. São Paulo. Atlas. 2006.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2003.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal – Volume II – Parte Geral. São Paulo. Saraiva, 2005.

PRADO, Luis Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Geral. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, 2v.

### **DIREITO CIVIL III – OBRIGAÇÕES II**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Extinção da relação obrigacional sem pagamento. Conseqüências da inexecução das obrigações por fato imputável ao devedor: inadimplemento voluntário. Mora, perdas e danos. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Noções gerais de responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil. Causas excludentes da responsabilidade civil subjetiva. Responsabilidade civil objetiva. Responsabilidade civil por ato de terceiro. Responsabilidade civil pelo fato da coisa ou do animal. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil contratual. Da indenização.

### **BIBLIOGRAFIA**

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 19 ed. São Paulo: Saraiva. 2004. 3v.

GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. Vol. IV. 1ª ed. São Paulo: Saraiva. 2004. 2v e 3v.

RODRIGUES, Silvio. Parte geral das obrigações. São Paulo: Saraiva. 2002. 3v.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. São Paulo: Atlas. 2004. 4v.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Princípios processuais penais e direitos fundamentais do acusado. Noções. Denominação. Conceito. Objeto. Fontes. Evolução histórica. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Inquérito Policial. Da denúncia ou queixa. Ação Penal. Sujeitos do processo. Competências. Conflitos de jurisdição. Questões e processos incidentes. O processo: interrogatório, vítima, testemunhas, documentos, perícias, indícios e reconhecimento. Prova. Ação civil *ex delicto*.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**BIBLIOGRAFIA**

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 13ª ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal Comentado. 22ª ed. São Paulo: Saraiva. 2005

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 11ª ed. Minas Gerais: Lúmen Júris. 2006

TOURINHO FILHO; Fernando Costa. Manual de Processo Penal. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Processo comum ordinário e sumário: fase postulatória, instrutória e decisória. Coisa julgada como direito fundamental. A coisa soberanamente julgada. Dos juizados especiais. Da ação rescisória. Do princípio e garantia do contraditório. Dos meios de prova. A prova ilícita e sua proibição no ordenamento jurídico brasileiro. Dos recursos. Do princípio do duplo grau de jurisdição.

**BIBLIOGRAFIA**

AMARAL SANTOS, Moacyr, Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva. 2004. Vol 2.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos, O Novo Processo Civil Brasileiro. 24ª ed. São Paulo: Forense. 2006.

GREGO FILHO, Vicente, Direito Processual Civil Brasileiro. São Paulo:Saraiva. 2005. vol. 2.

FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil. Vol. II. 3ª ed. São Paulo: Forense. 2005.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, 1v e 2v.

**DIREITO CONSTITUCIONAL II**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Estrutura e organização do Estado brasileiro. Direito constitucional estadual e municipal. Organização dos poderes: executivo, legislativo e judiciário. Do processo legislativo. Do controle de constitucionalidade das leis. Funções essenciais à justiça. Tributação e orçamento. O STF como guardião supremo da constituição.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**BIBLIOGRAFIA**

- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 19 ed. São Paulo: Atlas. 2006.
- SCAFF, Fernando Facuri (org). Constitucionalizando direitos. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2006
- TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2005.

**6º SEMESTRE****DIREITO DO TRABALHO I**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Direito do trabalho: evolução histórica, conceito, divisão e fontes. Princípios do direito do trabalho. Aplicação e interpretação das normas de direito do trabalho. Direito internacional do trabalho. Indisponibilidade e flexibilização de direitos trabalhistas. Contrato de trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho (empregado e empregador). Segurança e medicina do trabalho. Fiscalização do trabalho. Trabalho da mulher. Trabalho da criança e do adolescente. Trabalhador rural. Nacionalização do trabalho. Salário e remuneração. Alterações das condições de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

**BIBLIOGRAFIA**

- BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 1 Ed. São Paulo: LTR. 2005.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 22 Ed. São Paulo: Atlas. 2006.
- DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 5 Ed. São Paulo: LTR. 2006
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 19 Ed. São Paulo: Saraiva. 2004.
- SUSSEKIND, Arnaldo. MARANHÃO, Délio. VIANNA, Segadas. TEIXEIRA FILHO, João de Lima. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2004.

**DIREITO CIVIL IV – CONTRATOS**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Teoria geral dos contratos. Conceito e requisitos. Classificações gerais. Formação, conteúdo, perfeição, interpretação, imprevisão e revisão dos contratos. Princípios fundamentais. Efeitos quanto às partes e terceiros. Compra e venda. Permuta. Doação.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Locação. Empreitada. Empréstimo. Depósito. Mandato. Do transporte. Seguro. Jogo e aposta. Fiança. Contratos inominados. Figuras especiais. Declarações unilaterais de vontade: títulos ao portador, promessa de recompensa, gestão de negócios.

**BIBLIOGRAFIA**

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 3v.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas. 2005. 2v.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2005, 4v.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2006, 3v.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Direito das Coisas. São Paulo. Saraiva, 2005. 3v.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL II**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Prisão cautelar e liberdade provisória. Citações, intimações e notificações. Processo: comum da competência do juiz singular. O tribunal do júri. Processo nos crimes: de imprensa, da honra, falimentares, de tóxicos e abuso de autoridade. Sentença. Juizados especiais criminais. Nulidades processuais. Recursos. Embargos: especial, extraordinário e ordinário constitucional. Revisão criminal, *habeas corpus*, mandado de segurança e correição parcial. Lei de execução penal.

**BIBLIOGRAFIA**

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 13 Ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 11 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal Comentado. 22 Ed. São Paulo: Saraiva. 2005

TOURINHO FILHO; Fernando Costa. Manual de Processo Penal. 7 Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 11 Ed. Minas Gerais: Lúmen Júris. 2006

**DIREITO PENAL III – PARTE ESPECIAL**

CARGA HORÁRIA: 72 h

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

EMENTA: Teoria geral da parte especial. Os tipos penais e a proteção dos bens jurídicos. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Lesões corporais. Periclitação da saúde e a vida. Rixa. Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família.

## BIBLIOGRAFIA

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2003. 3v.
- COSTA JR, Paulo José. Comentários ao Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DELMANTO, Celso. Código Penal Anotado. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- PRADO, Luis Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Geral. 5 Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, 3v.
- ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal. Parte Especial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Tutela executiva: tutela jurisdicional na execução. Execução *latu sensu* (das sentenças de natureza executiva) e execução *strictu sensu*. Dos princípios do processo de execução. Das condições da ação e dos pressupostos processuais do processo de execução e sua falta. A exceção de pré-executoriedade. Do mérito e a garantia do contraditório e ampla defesa no processo de execução. Das ações prejudiciais à execução. Das execuções da tutela específica. Execução por quantia certa contra devedor solvente: fases e características. Embargos do executado e de terceiros. Tutela de urgência: espécies: tutela antecipatória, inibitória e cautelar. Distinções, características e pressupostos. Colisão e garantias constitucionais e formas de solução da tutela antecipada: princípio da proporcionalidade. Tutela cautelar: parte geral e cautelares em espécie.

## BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA MOREIRA, José Carlos, O Novo Processo Civil Brasileiro. 24 Ed. São Paulo: Forense. 2006.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. 8 Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005, 2 e 3v.



## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

GREGO FILHO, Vicente, Direito Processual Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2005. vol. 3.

MARCATO, Antônio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas, 2005.

THEODORO JÚNIOR, Humberto, Curso de Direito Processual Civil. 44 Ed. São Paulo: Forense. 2005. Vol. 3.

<b>7º SEMESTRE</b>
--------------------

**DIREITO DO TRABALHO II**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Duração do trabalho: jornada. Intervalos para descanso. Repouso semanal remunerado. Férias. Estabilidade. Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio. Assistência na rescisão do contrato de trabalho. Direito coletivo do trabalho. Organização sindical. Liberdade sindical. Representação dos trabalhadores nas empresas. Negociação coletiva. Autonomia privada coletiva. Convenções e acordos coletivos. Contrato coletivo de trabalho. Conflitos coletivos. Greve.

**BIBLIOGRAFIA**

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 1ª ed. São Paulo: LTR. 2005.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 5ª ed. São Paulo: LTR. 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 22ª ed. São Paulo: Atlas. 2006.

MACHADO JUNIOR, César Pereira da Silva. Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 1999.

SANTOS, Orlando Gomes dos; GOTTSCHALK, Élson. Curso de Direito do Trabalho. Vol. 2. 17ª São Paulo: Forense. 2005.

**DIREITO PENAL IV - LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE**

CARGA HORÁRIA: 72h

EMENTA: Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Contravenções penais. Direito penal econômico. Direito penal ambiental. Outras leis penais especiais: tóxicos, segurança nacional, abuso de autoridade, crimes de responsabilidade, lei de imprensa, sonegação fiscal, lei dos crimes hediondos, lei de tortura, terrorismo. Interceptação telefônica e crime organizado.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

## BIBLIOGRAFIA

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2004. 3v e 4v.
- CAPEZ, Fernando. Legislação penal especial. São Paulo: Edições Paloma, 2002. 1v e 2v
- CONSTANTINO, Carlos Ernani. Delitos Ecológicos. São Paulo: Lemos & Crus, 2005.
- GOMES, Luis Flávio, *ett all*. Nova lei de drogas comentada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- JESUS, Damásio E de. Lei das Contravenções Penais Anotada. São Paulo: Saraiva, 1997.

**DIREITO CIVIL V – DIREITO DAS COISAS**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: A constitucionalização da posse e da propriedade. Posse e sua proteção: classificação, aquisição, interditos possessórios, percepção dos frutos, retenção de benfeitorias, perda da posse. Propriedade e sua proteção: propriedade, classificação, aquisição da propriedade móvel e imóvel, aquisição por usucapião, limitações do direito de propriedade, direito de vizinhança, condomínio ordinário e especial. Incorporação imobiliária, perda da propriedade. Direitos reais sobre coisa alheia. Usufruto. Uso. Habilitação. Renda constituída sobre imóvel. Servidão. Direitos de superfície. Efitense. Direitos reais de garantia. Hipoteca. Penhor. Anticrese. Direitos reais de aquisição.

## BIBLIOGRAFIA

- DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 4v.
- LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil. São Paulo: RT. 2006. 4v.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2006. 4v.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. São Paulo. Saraiva. 2004. 6v.
- VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas. 2006. 5v.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação codificada. Legislação extravagante. Autocomposição, mediação e arbitragem.

## BIBLIOGRAFIA

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

BARBOSA MOREIRA, José Carlos, O Novo Processo Civil Brasileiro. 24ª ed. São Paulo: Forense. 2006.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 8 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005, 2 e 3v.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, 2 e 3v.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. 6ª ed. São Paulo: RT, 2005, 3V.

## **DIREITO EMPRESARIAL I**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Conceito. Histórico. Atos de comércio. Comerciante: qualidade, prerrogativas e obrigações. Empresa e empresário. Registro de comércio. Propriedade industrial. Comerciante individual. Direito Societário. Tipos de sociedade. Arbitragem comercial. Títulos de crédito no direito brasileiro.

### **BIBLIOGRAFIA**

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva. 2005. Vol. I e II.

GUSMÃO, Mônica. Direito Empresarial. 4ª ed. Brasília: Impetus, 2005.

MARTINS, Fran; ABRAÃO, Carlos Henrique. Curso de Direito Comercial. 30ª ed. São Paulo: Forense. 2005.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. Tratado de Direito Comercial Brasileiro. São Paulo: Russel. 2005. vol. 1, 2 e 3.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva. 2005. 1 e 2v.

## **ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I – PROCESSO PENAL**

CARGA HORÁRIA: 75 h

EMENTA: Atendimento a população carente. Elaboração de peças práticas e teóricas na esfera administrativa e judicial criminal (inquérito policial, instrumentos e procedimentos ordinários, sumário, no júri, nos juizados especiais criminais). Elaboração de peças processuais de segundo grau (recurso em sentido estrito, apelação, agravo em execução penal, correição parcial. Elaboração de *habeas corpus* e mandado de segurança criminal. Assistência a 05 (cinco) audiências de instrução de primeiro grau na vara criminal e 03 (três) sessões para julgamento criminal pelo tribunal, sendo essas audiências demonstradas por meio de certidão

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

emitida pelo órgão judicial.

**BIBLIOGRAFIA**

- DEVECHI, Antonio. Prática Processual Penal. 2 Ed. Curitiba: Juruá. 2006.
- GARCIA, Ismar Estulano. Prática Processual Penal. 5 Ed. Goiânia: AB. 2000.
- JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal Comentado. 22 Ed. São Paulo: Saraiva. 2005
- MATOS, João Carvalho de. Prática e Teoria do Direito penal e Processual Penal. 4ª ed. São Paulo: Bookseller. 2004.
- TOURINHO FILHO; Fernando Costa. Manual de Processo Penal. 7 Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

**8º SEMESTRE****DIREITO CIVIL VI – FAMÍLIA E SUCESSÕES.**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Do direito pessoal: do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração de bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Da tutela e da curatela. Da adoção e da guarda. Princípios gerais do direito sucessório. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

**BIBLIOGRAFIA**

- DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 5v e 6v..
- LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil. São Paulo: RT. 2004. 5v e 6v.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. São Paulo. Saraiva. 2004. 6v. e 7v.
- VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil – Direito de família. São Paulo: Atlas. 2006. 6v e 7v..
- WALD, Arnold. O novo direito de família. São Paulo: Saraiva, 2004.

**DIREITO EMPRESARIAL II**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Aspectos históricos do direito falimentar brasileiro. Caracterização do estado de falência. Partes no processo de falência. Juízo competente da falência. Efeitos jurídicos da sentença declaratória. Massa falida. Pagamento dos credores. Venda dos bens. Revogação dos

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

atos do falido. Administração da falência. Contratos do falido. Procedimentos falimentares especiais. Crimes falimentares. Encerramento da falência. Recuperação judicial e extrajudicial. Responsabilidade dos Sócios. Desconsideração da Personalidade Jurídica.

**BIBLIOGRAFIA:**

- ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de falência e concordata. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Nova lei de recuperação e falências comentada. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2005. 3v.
- MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. Tratado de Direito Comercial Brasileiro. São Paulo: Russel. 2005. vol. 1, 2 e 3.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de direito falimentar. São Paulo: Saraiva, 2006.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Direito processual do trabalho: histórico, conceito, princípios constitucionais fundamentais e princípios próprios, peculiaridades. Organização e competências da justiça do trabalho. Dissídios individuais. Audiência. Provas. Sentença. Procedimentos especiais. Recursos. Processo de execução. Dissídio coletivo.

**BIBLIOGRAFIA**

- CARRION, Calentin. Comentários à CLT. São Paulo: Saraiva, 2004.
- GIGLIO, Wagner. Direito processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2005.
- MALTA, Chistovão Piragibe Tostes. Prática do processo trabalhista. São Paulo: LTr, 2005.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Atlas, 2006.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva. 2002.

**ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II – PROCESSO TRABALHISTA**

CARGA HORÁRIA: 75 h

EMENTA: Atendimento a população carente com orientação jurídica na esfera trabalhista. Trabalhos simulados ou não de orientação prática trabalhista. Elaboração de peças processuais: iniciais, contestações, recursos e outras intervenções processuais. Assistência a

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

05 (cinco) audiências de instrução trabalhista em primeiro grau e 03 (três) audiências de conciliação, sendo estas comprovadas por meio de certidão judicial.

**BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 16ª ed. São Paulo: Saraiva. 2005.

CARRION, Valentin. Comentários à CLT. São Paulo: Saraiva, 2005.

MALTA, Chistovão Pirajube Totes. Manual de Prática Processo Trabalhista. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual esquemático de Direito e Processo do Trabalho. 14ª ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

MARTINS, Adalberto. Manual didático de Direito Processual do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: Malheiros. 2006.

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Direito internacional público: noções gerais. Relações como o direito interno. Fontes. Personalidade internacional. Pessoas internacionais. Estado. Dimensão pessoal e territorial. Direito diplomático. Organizações internacionais. Pessoas internacionais. Contencioso internacional. Litígios internacionais, guerra e neutralidade. Proteção internacional dos direito fundamentais. Anistia internacional.

**BIBLIOGRAFIA**

ANDRADE, Agenor Pereira de. Manual de direito internacional público. São Paulo: Sugestões Literárias, 2005.

ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. Curso de direito internacional público. São Paulo: Forense, 2006.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15ªed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. Vol.I e II.

REZEK, J. F. Curso elementar de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, Geraldo E. do nascimento e; ACIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional. São Paulo: Saraiva, 2002.

**DIREITO AGRÁRIO**

CARGA HORÁRIA: 36 h

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

EMENTA: Objeto, autonomia e fontes do Direito Agrário. Institutos jurídicos agrários. Reforma agrária. Institutos básicos. Imóvel Rural. Contratos agrários. Posse agrária. Usucapião Especial. Zoneamento e Cadastro. Colonização. Tributação da Terra. Legitimação de Posse. Assistência à Economia Rural. Cooperativismo. Crédito Rural. Política Agrícola. Contratos Agrários.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, Lucas de Abreu; LISITA, Cristiani. Direito Agrário Contemporâneo. 1ª Ed. Minas Gerais: Del Rey. 2004.
- BORGES, Antonio Moura. Curso Completo de Direito Agrário. 1ª Ed. São Paulo. Edijur Editora Jurídica. 2006.
- MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. 5ª Ed. São Paulo: AB. 2004.
- MIRANDA, Gursen D. Direito Agrário e Ambiental. 1ª Ed. São Paulo: Forense. 2003.
- OLIVEIRA, Umberto Machado D. Princípios de Direito Agrário na Constituição Vigente. Paraná: Juruá. 2005.

**DIREITO AMBIENTAL**

CARGA HORÁRIA: 36 h

EMENTA: Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Teoria geral do direito ambiental. Conceito. Fontes. Princípios. Campos de avaliação. O direito e os recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. As conferências internacionais sobre o meio ambiente e ecologia. O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Estudo de impacto ambiental. Meio ambiente urbano. Proteção jurídica de diversidades biológicas. Crimes ambientais. Políticas energéticas e meio ambiente. Terras indígenas.

## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2006.
- FARINHA, Renato. Direito Ambiental. São Paulo: CL Edjur, 2006.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.
- LISBOA, Roberto Sinise. Contratos difusos e coletivos. São Paulo: RT, 2000.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

<b>9º SEMESTRE</b>
--------------------

**DIREITO ELEITORAL**

CARGA HORÁRIA 72 h.

EMENTA: Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 1965 e respectivas atualizações). Domicílio eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade, efeitos e prazos. Recursos perante as juntas e juízos eleitorais e tribunais regionais. Crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral. Processo penal eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação penal. Competência criminal em matéria eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. Lei das Eleições (Lei n. 9.504, de 1997).

**BIBLIOGRAFIA**

DA CUNHA, Sérgio Sérulo, Manual das Eleições. 3ª edição. Saraiva. 2006

TELES, Ney Moura. Direito eleitoral: comentários a Lei 9.100, de 29 de setembro de 1995. São Paulo: LED, Edição atualizada.

D'ALMEIDA, Noely Manfredini. Legislação eleitoral para iniciantes: a dança. Curitiba: Juruá, Edição atualizada.

NASCIMENTO, Tupinamba Miguel Castro do. Lineamentos de direito eleitoral. Porto Alegre: Síntese, Edição atualizada.

BRASIL. Código Eleitoral (1965). Código Eleitoral: Lei n. 4.737, de 15-07-65. Organização Juarez de Oliveira. 14. São Paulo: Saraiva, Edição atualizada.

**DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Direito internacional privado. Noções básicas do direito internacional privado. Direito internacional privado e as disciplinas jurídicas afins. Conceito. Fontes. Codificação internacional. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos de lei no espaço. Coperação internacional. Homologação de sentença estrangeira. Extradição. Os direitos fundamentais no âmbito do direito internacional privado.

**BIBLIOGRAFIA**



## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2005.

DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. São Paulo: Saraiva, 2005.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado – teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2005.

STRENGER. Direito Internacional Privado. São Paulo: LTr, 2005.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO I**

**CARGA HORÁRIA:** 72 h

**EMENTA:** Atividades e funções do Estado. O direito administrativo: sua posição, fontes, conceito e sua codificação. Sujeitos de direito administrativo. Pessoas administrativas. A administração pública. Teoria geral do serviço público. Poder de polícia. Agentes administrativos. Responsabilidade do Estado pelos atos de seus agentes. Perspectivas do direito administrativo.

### **BIBLIOGRAFIA**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

CRETELA, Júnior. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2001.

PIETRO, Maria Sylvania Zanella di. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2006.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO I**

**CARGA HORÁRIA:** 72h

**EMENTA:** o Estado e o poder de tributar. Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. Obrigação tributária: conceito, espécies. Fato gerador (hipóteses de incidência). Sujeitos ativo e passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Tributos federais, estaduais e municipais.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**BIBLIOGRAFIA**

- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 27 ed. São Paulo: Ed. Malheiros. 2006.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 17ª ed. São Paulo: Saraiva. 2005.
- BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, 11ª ed. São Paulo: Forense. 2005.
- MARTINS, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 7ª edição. São Paulo: Saraiva. 2005.
- TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 13ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

**ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA III – PROCESSO CIVIL I**

**CARGA HORÁRIA:** 75 h

**EMENTA:** Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos estagiários no atendimento a população carente e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, simuladas ou não, em primeiro grau e em grau recursal. Participação e acompanhamento de 05 (cinco) audiências de instrução cíveis de primeiro grau e de 05 (cinco) julgamentos do pleno do tribunal de justiça, sendo esse fato comprovado por meio de certidão emitida pelo órgão judicial.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALVIM NETO, José Manoel de Arruda. Manual de Direito Processual Civil. Vol I e II. 10ª ed. São Paulo: RT. 2006.
- BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Cível. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense – Processo Civil. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 2005.
- DINAMARCO, C. R. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros, 2005. 1v.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1v

**PROJETO DE PESQUISA - TCC I**

**CARGA HORÁRIA:** 36 h

**EMENTA:** Elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Especificidades do projeto de pesquisa na área do Direito. O projeto da monografia. Elaboração do projeto de pesquisa da monografia final do curso de Direito.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**BIBLIOGRAFIA**

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedor Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: Makron Books, 1996.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FORTES, N. C. de O. A., *ett all.*. Manual de metodologia científica: uma orientação para trabalhos acadêmicos. Itumbiara: ILES, 2003.

MEZZAROBBA, O.; MONTEIRO, C. S. Manual de metodologia da pesquisa no direito. São Paulo: Saraiva, 2005.

LIMA, Teófilo Lourenço de. Manual básico para elaboração de monografia. Canoas: ULBRA, 2002.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

CARGA HORÁRIA: 36 h

EMENTA: A seguridade social. Lei e regulamento de custeio da previdência social. Lei e regulamento de benefícios de previdência social. Assistência social. A saúde. Previdência estatal. Regimes especiais de previdência. O Estado e o bem estar social. O não trabalho na constituição: direitos do cidadão. A seguridade social: o trabalhador público e privado. Receita da previdência. Contribuições da sociedade. Ações de natureza previdenciária: acidentes, doenças ocupacionais, revisão de pensões. Aposentadoria.

**BIBLIOGRAFIA**

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 7ª ed. Brasília: Impetus. 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. Curso de Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Ed. Imperius, 2006.

MARTINS, Wladimir Novaes. Comentários à lei básica da previdência social. São Paulo: LTr, 2005.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

SABOIA, Maximiliano Silveira. Petições Previdenciárias. São Paulo: Ed. Vale do Mogi, 2006.

<b>10º SEMESTRE</b>
---------------------

**DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Princípios processuais constitucionais. Mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*. Controle de constitucionalidade das leis. A competência constitucional dos

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

tribunais. O papel da cidadania e do processo na Constituição. Outros instrumentos processuais constitucionais.

**BIBLIOGRAFIA**

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. 6ª edição. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2000.

RAMOS JÚNIOR, Luiz Galdino. Princípios Constitucionais do Processo – visão crítica. São Paulo : Juarez de Oliveira, 2000.

RODRIGUES. Marcelo Abelha. Elementos de Direito Processual Civil. Volume 2. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

GONÇALVES Correia, Marcus Orione. Direito Processual Constitucional. 2ª edição. Saraiva.

**DIREITO ADMINISTRATIVO II**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Dos atos administrativos: conceito, características, classificação, requisitos, invalidade, atos nulos e anuláveis. Da licitação. Dos contratos administrativos: conceito, espécies, controle e fiscalização. Do controle da administração pública: conceito, modalidade, privilégios da administração pública em juízo. Limitações da propriedade privada. Desapropriação. Domínio público. Bens públicos. Recursos naturais. Perspectivas do direito administrativo.

**BIBLIOGRAFIA**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

CRETELA, Júnior. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2001.

LENZA, Pedro. Teoria geral da ação civil pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2001.

**DIREITO TRIBUTÁRIO II**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição de indébito. Responsabilidade tributária.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. Sistema tributário nacional. Princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário.

**BIBLIOGRAFIA**

- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 27 Ed. São Paulo: Ed. Malheiros. 2006.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 17 Ed. São Paulo: Saraiva. 2005.
- BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, 11 Ed. São Paulo: Forense. 2005.
- MARTINS, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 7ª edição. São Paulo: Saraiva. 2005.
- TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 13 Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

**DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Direito Difusos: conceito e características. A Tutela dos Direitos Difusos, coletivos e Individuais Homogêneos. Transição e Mutação no Tempo e no Espaço. Áreas Conflituosas Propícias à Revelação de interesses Difusos. Interesses difusos coletivos e individuais homogêneos. Direitos Fundamentais. Liberdade. Igualdade. Fraternidade. Direitos Coletivos. Características dos direitos coletivos. Tutela dos Direitos Constitucionais Difusos. Tutela do Meio Ambiente; dos direitos da Criança e do adolescente; do Consumidor; da Ordem Econômica; da Moralidade Pública; do Patrim nio Cultural; de outros Direitos e Interesses Difusos. Tutela Coletiva de Direitos. Ação Civil Pública: conceito e conteúdo. O objeto da Ação Civil Pública. O Interesse à propositura da Ação Civil Pública. O Interesse Individual. Os Interesses Coletivos. Os Interesses e sua inserção entre os Direitos Subjetivos e os Interesses Simples. Legitimação Para Agir. Os Co-Legitimados Ativos. O Procedimento na Ação Civil Pública. Coisa Julgada nas Ações Coletivas. Ação Popular. Mandado de Segurança Coletivo.

**BIBLIOGRAFIA**

- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses difusos: conceito e legitimação para agir. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1988.
- \_\_\_\_\_. Ação Popular. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- GIDI, Antônio. Coisa julgada e litispendência em a es coletivas. São Paulo: Saraiva. 1995.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A legitimação para a defesa dos interesses difusos no direito brasileiro.

Temas de direito processual. 3 Ed. São Paulo: Saraiva. 1994.

**TEMAS EMERGENTES DO DIREITO**

CARGA HORÁRIA: 36 h

EMENTA: Estudo de temas atuais do direito, frente às mudanças decorrentes do contexto social global que implicam em novas interpretações e aplicações do mundo jurídico. O desenvolvimento de conhecimento diversificado sobre os novos direitos introduzidos no ordenamento jurídico e suas relações com a realidade social. A atualização das discussões sobre diferentes instituições de direito.

**BIBLIOGRAFIA**

A ser definida quando a disciplina for oferecida.

**DIREITO INDÍGENA**

CARGA HORÁRIA: 36 h

EMENTA: Conceito de Direito Indígena. Evolução Histórica do Direito Indigenista. O Direito Indígena Contemporâneo.

**BIBLIOGRAFIA**

BARRETO, Helder Girão, Direitos Indígenas. Curitiba. Ed. Juruá. 2003.

JUNQUEIRA, Carmen. Antropologia Indígena: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil. São Paulo: Educ, 1991.

MIRANDA, Alcir Gursen de. Direito e o Índio. Belém-Pará. Ed. Cejup. 1994.

SANTILLI, Juliana. Os Direitos Indígenas e a Constituição. Porto Alegre. Editor Sergio Antonio Fabris, 1993.

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Direito e Justiça na América Indígena: da Conquista à colonização. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 1998.

**ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV – PROCESSO CIVIL II**

CARGA HORÁRIA: 75 h

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

EMENTA: Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos estagiários no atendimento a população carente e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, simuladas ou não, em primeiro grau e em grau recursal. Participação e acompanhamento de 05 (cinco) audiências de instrução cíveis de primeiro grau e de 05 (cinco) julgamentos do pleno do Tribunal de Justiça, sendo esse fato comprovado por meio de certidão emitida pelo órgão judicial.

**BIBLIOGRAFIA**

- CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CAMPOS, Valdir. Manual de Prática Forense Civil. São Paulo: Lemos e Cruz Ltda, 2009.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil IV. 3ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2009.
- THEODORO, Humberto Júnior. Curso de Direito Processual Civil. *Processo de execução e cumprimento de sentença, Processo Cautelar e Tutela de Urgência. Volume II. 45ª edição.* Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- THEODORO, Humberto Júnior. Curso de Direito Processual Civil. *Procedimentos Especiais. Volume III. 42 edição.* Rio de Janeiro: Forense, 2010.

**MONOGRAFIA JURÍDICA - TCC II**

CARGA HORÁRIA: 72 h

EMENTA: Trabalho científico, nos termos do art. 9º da Portaria MEC n. 1888/94, em que o universitário demonstre domínio da Ciência Jurídica e de suas possíveis aplicações e onde, eventualmente, propõe inovações na área de atuação, seguindo uma metodologia adequada ao assunto proposto e executando-o conforme regulamento próprio, anexado a este projeto. Desenvolvimento de trabalho monográfico, sob a orientação de um professor e defesa do trabalho perante uma banca presidida pelo orientador e mais dois professores.

**BIBLIOGRAFIA**

- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedor Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: Makron Books, 1996.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FORTES, N. C. de O. A., *ett all.* Manual de metodologia científica: uma orientação para trabalhos acadêmicos. Itumbiara: ILES, 2003.
- MEZZAROBBA, O.; MONTEIRO, C. S. Manual de metodologia da pesquisa no direito. São Paulo:

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Saraiva, 2005.

LIMA, Teófilo Lourenço de. Manual básico para elaboração de monografia. Canoas: ULBRA, 2002.